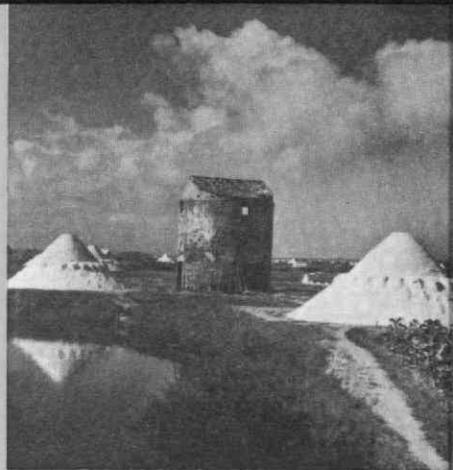


AVEIRO E O SEU DISTRITO



PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

NÚMERO

3

1967

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

DIRECÇÃO
EDICÇÃO
PROPRIEDADE



DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO
bibRIA



Assinatura anual 20\$00
Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

**OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO**



bibRIA



**PORTARIA DE 1 DE JUNHO DE 1959, PUBLICADA
NO DIÁRIO DO GOVERNO, II SÉRIE, DA MESMA DATA:**

Aprovada, de harmonia com o disposto no artigo 14.º do Código Administrativo, a constituição heráldica das armas, selo e bandeira da Câmara Municipal de Anadia, nos termos seguintes:

Armas: — De negro, com uma vide de prata com dois ramos passados em aspa, folhados de verde, e frutada de dois cachos de uvas de púrpura, um a cada lado. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com a palavra «Anadia» de negro.

Selo: — Circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal de Anadia».

Bandeira: — Esquartelada de branco e púrpura. Cordões e borlas de prata e púrpura. Haste e lança douradas.

bibRIA

Sal de Aveiro — Epopeia dos marnotos

Pelo Dr. Victor Manuel Machado Gomes

Licenciado em Direito,

Presidente do Grémio da Lavoura de Aveiro e Ílhavo

Quem estende a vista pela imensa planície líquida da Ria de Aveiro e a fixa no caprichoso mosaico composto pelas marinhas de sal,
está longe de se aperceber do esforço heróico
do marnoto aveirense.

O que ele luta, Santo Deus, para arrancar das águas lagunares os cristais de sal...

A região de Aveiro não goza de condições climáticas propícias a uma fácil e regular evaporação.
Por isso o marnoto tem de multiplicar os seus esforços para suprir as deficiências climáticas.

—
Numa passagem dêsse admirável monumento da nossa Literatura — A Holanda, de Ramalho Ortigão, lê-se esta impressionante verdade:

— «Deus fez o Mundo, e o holandês fez a Holanda».

Ora,

parafraseando aquela legenda de Ramalho pode dizer-se:

— a Natureza cria o sal, mas o marnoto aveirense **faz o seu...**

Se é certo que o Sol e o Vento são os grandes geradores do sal, provocando a evaporação da água salgada enclausurada em recipientes expostos à sua acção no Salgado de Aveiro é o marnoto o sublime escultor dos seus finos cristais.

A Natureza, essa, limita-se, avaramente, a ajudá-lo, mais parecendo, todavia, contrariar-lhe as suas propensões artísticas do que prodigalizar-lhe as bênçãos necessárias ao seu trabalho árduo.

É que o sol de Aveiro não aquece... como lá para as bandas do Sul, e fraqueja no seu despique com as investidas eólicas e as brumas espessas que o escondem...

Dest'arte o nosso marnoto tem de vencer o fatalismo geográfico da região, suprindo a escassez das carícias solares, fecundantes, com uma técnica produtora de sal estruturada em moldes próprios.

O factor **humano** que actua na exploração salineira de Aveiro é o seu elemento primordial.

É com arte e beleza, tragédia e glória, que o marnoto esculpe os cristais de sal.

O Sol não o acarinha.

E sem este o Vento baila ineficazmente, não lhe emprestando o sôpro anímico indispensável ao seu nascimento.

O clima de Aveiro é fresco, ventoso e particularmente húmido, pairando sobre uma vastíssima planície líquida retalhada de braços da Ria e de imensos canais.

A região é muito fria, mesmo quando os raios solares a fusilam no pino do Verão.

Até parece que as marinhas se acham arrimadas umas às outras, como que entreajudando-se em busca do abrigo acolhedor.

E o Vouga, coleante, avoluma a tragédia fazendo desabar abundante mistura de água doce nas águas vindas do Mar.

Custa muito a Vida do marnoto de Aveiro!

Manhã cedo, mal o dia rompe, ele aí vai na sua bateira, indispensável companheira para deslizar na Ria, rumo à marinha.

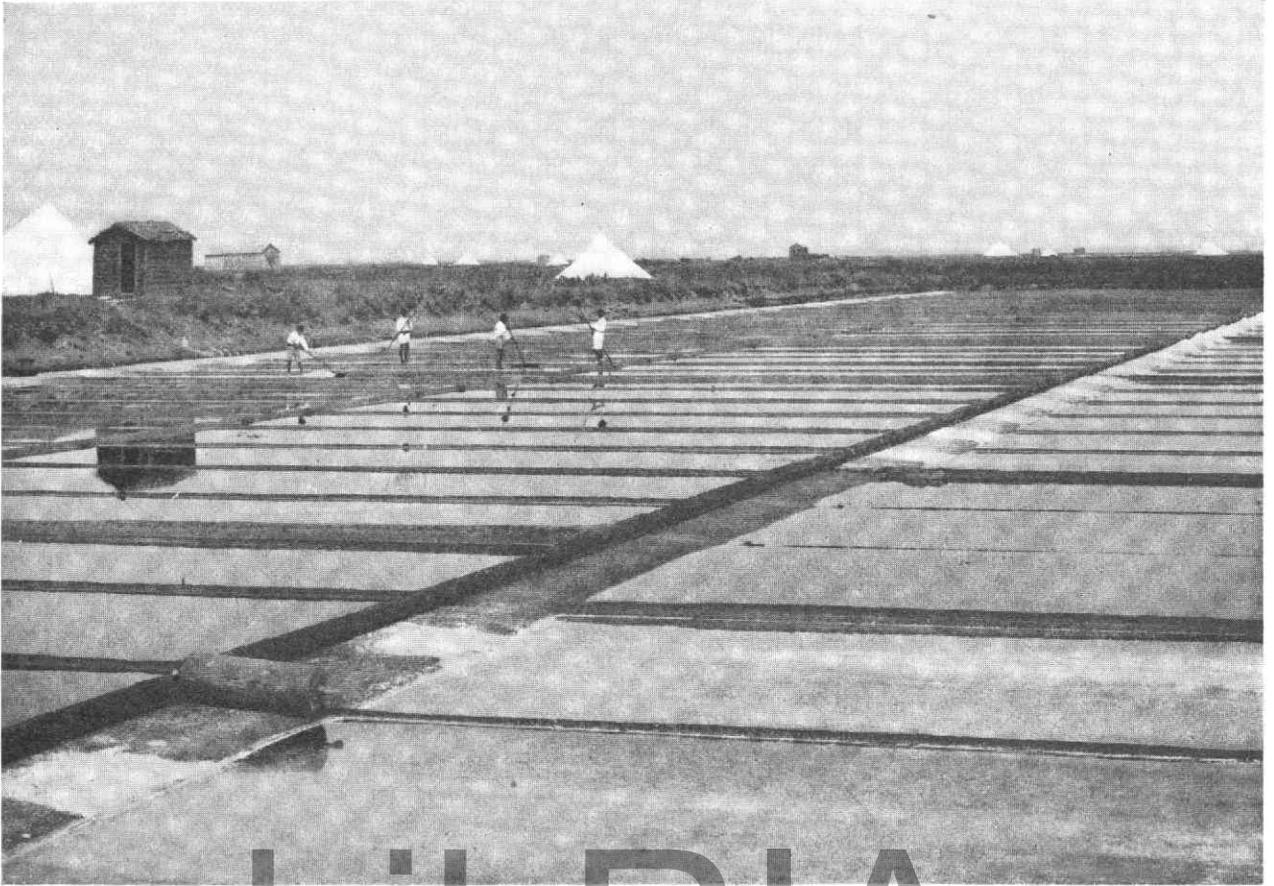
Sabe-se lá que dolorosos monólogos terá ouvido ao marnoto, no seu vaivém diário, quando vencido pelo desalento e tocado de cansaço.

— Que raio de vida esta!...

É duro, muito rijo, o trabalho do marnoto!

Parece, no entanto, que é na singular movimentação da sua faina e no contacto com os caprichos da Natureza que ele adquire uma idiossincracia própria para a luta.

E para a arte.



bibRIA

Encafuado na sua marinha, e acicatado pela ideia de que terá de arrancar em quatro ou cinco meses de labuta quotidiana e permanente o pão que há-de comer durante um ano inteiro,
o marnoto fecha-se no seu pequeno mundo e escreve, aí, o grande poema da sua vida de trabalho e de sofrimento.

É um trabalhador singular, misto de lavrador que arregala os olhos para o Céu, numa sôfrega ansiedade de receber as suas graças,

e de artista ensimesmado quando plasma e dá vida às concepções do seu génio.

E, curioso:

não obstante o vendaval interior que atormenta o marnoto, nascido da incerteza de receber os favores da Natureza, é com ternura que prepara o berço onde o sal há-de nascer e acarinha este quando o **rê** suavemente.

É precisamente na aptidão com que o trata e o colhe no seu leite, é que se encontra a razão de ser das virtualidades e particularidades do sal de Aveiro.

Desde o momento em que se inicia a preparação da marinha para a gestação do sal, passando pela recolha da água nos canais vizinhos, sua **engorda** salineira, e toda aquela teia delicada de que o marnoto se vale na luta heróica pela sua subsistência,

até ao limiar da **morte** do sal em pleno Outono,

sempre o marnoto é tocado de carinho, engenho e arte.

O sal de Aveiro **não nasce**, comô nascem e medram os frutos silvestres.

É feito pelo marnoto, com o seu talento, sofrimento e dedicação.

Sem estes,

que sintetizam toda a valorização desta figura regional tão típica,

o sal de Aveiro não mostraria aquele seu reluzir inebriante quando o Sol lhe cai em cima e o afaga.

O sal de Aveiro tem os seus pergaminhos, e ostenta uma linhagem que o distingue e o torna preferido,

— quer, ainda, pela delicadeza dos seus cristais, provinda da delicadeza com que o acariciam as mãos do nosso marnoto!

Dele colhe, ao nascer, os carinhos indispensáveis à sua fina estirpe, não vão as suas mãos ferí-lo e conspurcá-lo quando é retirado do seu leite natalício que um ténue lençol de água cobre docemente...

...É então que o seu progenitor revela toda a sua arte, **rendo-o** mansamente na terna preocupação de o trazer para a luz do dia são e escorreito.

Este pormenor da natalidade e da vivência do sal de Aveiro,
— com os seus épicos ressaibos
de drama e de glória —

põe em evidência toda a grandiosa epopeia do trabalho do marnoto de Aveiro e o singular merecimento do **nosso sal**.

Dai a produção ser dispendiosa.

E, também, o sal de Aveiro **ter de custar mais caro**,

— tal como as delicadas porcelanas ou as filigranas douradas que transpiram beleza e gosto...

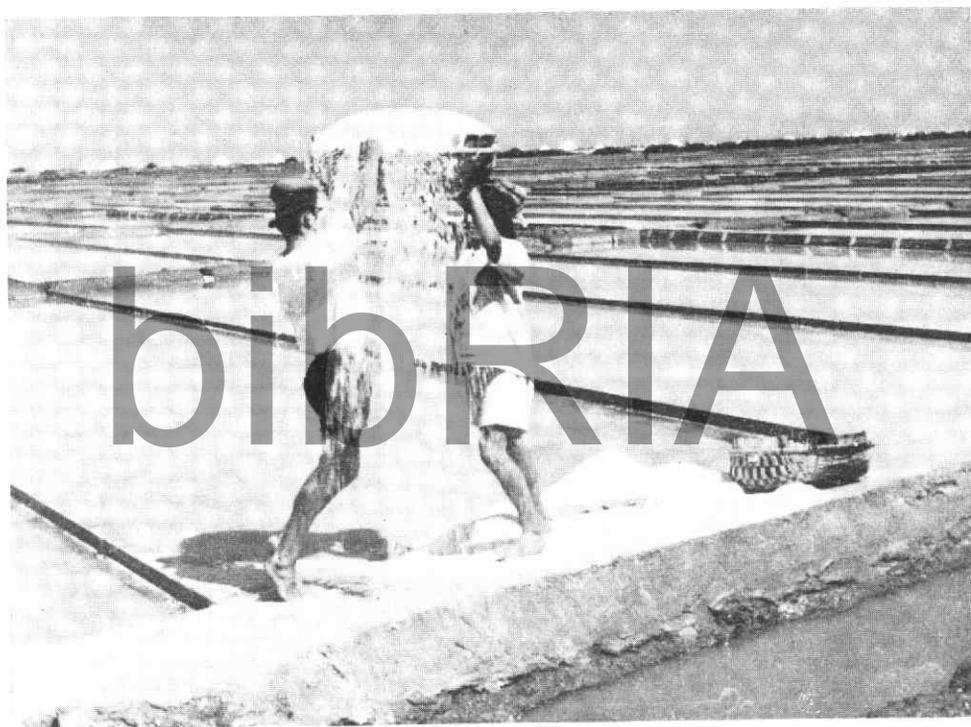
É este sal, nado e criado na laguna aveirense, que depois vai guarnecer as circunvizinhanças da Cidade, proporcionado-lhe uma panorâmica de sonho.

É o marnoto, ainda, que ao erguer os luminosos montes de sal, pacientemente, afanosamente, ergue também eloquentes monumentos ao Trabalho,

— símbolos de sacrifício ou artísticas capelas viradas para o Céu, onde se afogam tantas lágrimas e soluços, inquietações, ilusões, e uma ânsia incontida de garantir o pão nosso de cada dia.

E, então, quando os cristais de sal começam a aflorar na fímbria do horizonte, desde o poente ao nordeste, acumulando-se e crescendo, e ganhando forma plástica que o génio do marnoto modelou,

a riqueza paisagística da Ria de Aveiro encanta o olhar e seduz os espíritos ávidos de Beleza!



É um aspecto muito enternecedor e importante da actividade salineira aveirense e do seu marnoto.

Desta imensa feira-exposição dessa actividade, e de um tão salutar amplexo de brancura panorâmica, advém, ainda, para a Cidade uma pureza ambiental que lhe tonifica o ar atmosférico.

É este sal assim gerado na laguna da Ria de Aveiro que, depois, vai espalhar-se pelo centro e norte do País, numa afirmação de potencialidade económica incontestável e que terá de merecer a justa atenção dos Poderes públicos.

Aqui se produziram nas últimas cinco safras 372 722 toneladas de sal.

Pois apesar de terem sido pagas por um preço desactualizado e que já não permite a rentabilidade desejável, tiveram o mérito de lançar na Economia regional o total de 106 225 000\$00,

— numa média anual de 21 200 000\$00!

Todavia quem se esforçou e sofreu para dar à Economia nacional um contributo tão valioso, não obteve a remuneração adequada à sua condição humana e ao extenuante trabalho que despendeu.

O marnoto vive horas aflitivas, e suporta os maiores sacrifícios para acudir ao seu agregado familiar de tão característica e sentida feição cristã.



O sal que produziu, arrancando-o, com amargura, das águas gláucas da Ria, e que dizem ser o símbolo de Sabedoria utilizado nos ritos baptismais, não tem inspirado às Entidades respectivas a merecida recompensa da epopeia vivida pelo marnoto de Aveiro.

Terá que ser revista a grave situação em que caiu a actividade do marnoto aveirense, incompreendido na sua arraigada fidelidade a uma ancestralidade milenária que os seus avós lhe transmitiram e inferiorizado quando em comparação com os demais trabalhadores.

A faina salineira de Aveiro corre o risco de se perder, se não for compreendida, nem amparada a sua índole muito característica e que outra não pode ser no caprichoso enquadramento climático desta região.

Perdendo-se,

a Economia aveirense ver-se-ia privada de um dos seus mais importantes baluartes; a Cidade e a sua laguna seriam amputadas da nota característica de uma panorâmica encantadora.

O marnoto,

esse,

com todo o simbolismo da sua expressão económica e artística, passaria à história de Aveiro...

Maió de 1967.

A colónia de Garças de S. Jacinto — Aveiro

POR

J. R. dos Santos Júnior

Prof. de Zool. e Antrop. da Fac. de Ciências da Univ. do Porto e Presidente da Sociedade Portuguesa de Ornitologia

Oswaldo A. da S. Freire

Antigo Assistente de Zool. e Antrop. da Fac. de Ciências do Porto e Secretário da Sociedade Portuguesa de Ornitologia

A colónia de garças de S. Jacinto sobressai no quadro da nossa Ornitologia com certa relevância.

No nosso país são do nosso conhecimento apenas três núcleos de criação de garças brancas, o do Leixão do Farol ou Leixão da Gaivota, em Portimão, o do Bunhal ou Paúl do Boquilobo, na Golegã, e o de S. Jacinto.

À colónia de nidificação na costa do Algarve fizeram referência os seguintes autores:

J. A. Reis Júnior, no seu *Catálogo sistemático e analítico das aves de Portugal* (1), pág. 53, refere que a «garcêta» *Egretta garzetta garzetta* (L.) é comum na costa do Algarve e cria em grande quantidade no Leixão da Gaivota, enorme bloco de calcáreo nas proximidades da barra de Portimão, isolado pelo mar e de acesso difficilimo. Trata-se duma «pedrailhada», no género das muitas que se encontram ao longo da costa marinha do sul do nosso país. Reis Júnior acrescenta que desta garça têm sido caçados exemplares na lagoa de Esmoriz e na Ria de Aveiro.

William Tait, a pág. 160 do seu belo livro *The birds of Portugal* (2), foi o primeiro a dar conta desta estranha colónia algarvia de nidificação da «garcêta». Diz que esta garça, a que chama «The charming little egret» é frequente na costa do Algarve, onde a encontrou a criar no Leixão do Farol, pequena, arredondada e inacessível pedrailhada, perto de Portimão. Escreve: «The egrets nested on the short brushwood, and it was very picturesque to see them rise in a white cloud as we approached in a boat.»

Acalenta a esperança de que os nossos serviços oficiais, antes que seja tarde, venham a tomar as convenientes medidas para proteger a fauna em via de desaparecimento, e acrescenta: «They might well proclaim the said small islet a bird sanctuary in order to preserve the Egrets.»

Na Golegã, há alguns anos que o centro de anilhagem da Faculdade de Ciências do Porto, criado e

orientado por um de nós (S. J.), tem procedido à anilhagem de garças juvenis. O número destas aves anilhadas nos ninhos tem sido variável de ano para ano, mas sempre de algumas centenas; num ano atingiu mesmo um pouco mais do milhar. Não devemos andar muito longe da verdade se computarmos a colónia de garças da Golegã, relativamente às duas espécies *Egretta garzetta* (L.) e *Bubulcus ibis* L., na ordem dos 3500 a 400 indivíduos, senão mesmo a passar. A colónia ou núcleo de criação de garças de S. Jacinto é menor, mas, como veremos, nem por isso tem menos interesse científico.

A RIA DE AVEIRO — BREVES CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS

S. Jacinto fica na orla marinha da Ria de Aveiro, que é formada por vasta toalha de água com a superfície aproximada de 6000 hectares.

A Ria de Aveiro é o mais notável acidente do litoral peninsular. O Dr. Dantin Cereceda que foi abalizado geógrafo e catedrático do Instituto de San Isidro, em Madrid, autor do livro *Ensayo acerca de las regiones naturales de España* (3), no *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica* afirma que a Ria de Aveiro «no tiene semejante en todo el litoral ibérico».

Tomando em consideração o que Dantin Cereceda expande no 1.º capítulo do seu referido livro sobre as regiões naturais da Península Ibérica, podemos dizer que a Ria de Aveiro constitui uma singular região natural.

As eruditas considerações que Dantin Cereceda desenvolve sobre o conceito de região natural e os elementos que a constituem permitem afirmar, como ele escreve a pág. 67 do citado trabalho, que uma região natural fica definida e bem determinada pelos seus elementos constituintes: relevo, clima, vegetação, fauna e população humana. O primeiro destes elementos

é considerado por Dantin Cereceda como o princípio director que subordina e relaciona entre si todos os elementos componentes.

Na mesma página 67 Dantin Cereceda escreve: «La region natural aparece como el resultado final de la mutua reciprocidad de los factores integradores que intervienen en su composición, siempre que se tenga presente cómo reacionan entre si y se modifican; término final del conflicto entre principios físicos y biológicos, con todas sus sumas e interferências».

A Ria de Aveiro é uma região onde a completa combinação dos referidos elementos constituintes ou definidores duma região natural são a expressão final, e bem característica, desta notável e singular região.

(moliço) e animais, nomeadamente para as aves palmípedes e pernaltas.

Na Ria há algumas ilhas, das quais, uma das maiores é a chamada «Ilha dos Ovos», que há anos um de nós (S. J.) preconizou fosse considerada como Reserva Zoológica (4), para constituir centro de nidificação da fauna ornitológica da Ria.

A velha designação de «Ilha dos Ovos» faz crer que tal nome tenha resultado da abundância de ninhos nela existentes, o que permitiria aos homens ali fazer ampla colheita de ovos. O mesmo, por exemplo, ainda hoje sucede com os pescadores de Peniche que, todos os anos, fazem abundante colheita de ovos, especialmente de gaivota, nas Berlengas e nos Farilhões.

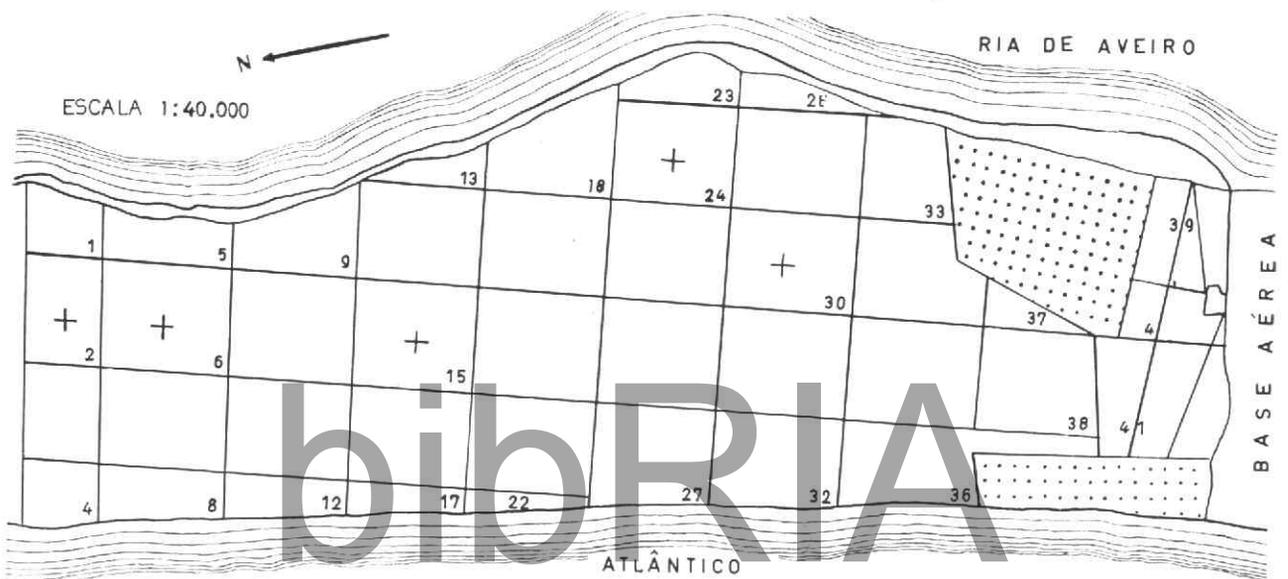


Fig. 1 — Carta -esboço do pinhal de S. Jacinto. O sinal (+) indica os talhões que têm sido ocupados durante as épocas e nidificação e cria. As zonas a pontuado são terrenos de propriedade particular.

A Ria de Aveiro, como dissemos, é formada por uma vasta toalha de água com uma superfície de cerca de 6 000 hectares. Em comunicação com o Atlântico pela «barra», do mar recebe a água salgada, que flui e reflui ao sabor das marés. Por outro lado, dos rios Vouga, Águeda, Antuã, Cértima, Caima e Mau, das ribeiras do Marnel e do Pano, e das valas Negra, do Arrujo e da Vergueira, recebe maior ou menor quantidade de água doce, consoante a maior ou menor queda de chuva e, conseqüentemente, da maior ou menor abundância de água nos referidos rios, ribeiros e valas.

Deste modo a extensa toalha de água da Ria de Aveiro apresenta uma notável diversidade de biótopos, particularmente interessantes e de grande importância faunística. Os quatro braços mais importantes da Ria e a rede labiríntica de canais, valas e esteiros, que os continuam e penetram pelos concelhos de Ovar, Murtosa, Estarreja, Aveiro, Ilhavo, Vagos e Mira, proporcionam diferentes tipos de meios ou «habitats», particularmente favoráveis para a biologia de certas espécies vegetais

A MATA FLORESTAL DE S. JACINTO

S. Jacinto (40° 39' N — 08° 44' W) lugar e praia da freguesia do mesmo nome, concelho de Aveiro, situa-se na ponta sul duma extensa faixa de areia que se ergue entre a costa atlântica e a margem poente do Canal Norte da Ria de Aveiro.

A mata dos Serviços Florestais, começada a semear em 1888 para fixar as dunas, e designada Mata de S. Jacinto, cobre a citada faixa de areia até cerca de 5 Km para norte da povoação de S. Jacinto, que fica no extremo sul da referida faixa.

Naquela mata vive uma colónia de garças, pela primeira vez observada por um de nós (S. J.) em Maio de 1962.

Na mata de S. Jacinto a essência florestal com larga supremacia numérica e de maior porte é o pinheiro bravo *Pinus Pinaster* Sol.

A sementeira dos pinheiros nuns pontos foi feita em linha ou às carreiras, distanciadas umas das outras, em

FARA A EGRETTA GARZETTA

média, 1,20 m. Noutros pontos a sementeira foi praticada irregularmente, a lanço.

A mata apresenta-se regularmente aberta por veredas, sesmos ou galerias florestais que se entrecruzam, dando ao pinhal um aspecto de quadriculado em xadrez, como bem mostra o esquema da fig. 1.

As veredas orientadas no sentido norte-sul são os arifes; as que se orientam normalmente, isto é, no sentido leste-oeste, são os aceiros: uns e outros sesmos delimitam os quadriláteros ou talhões em que a mata está dividida.

Os pinheiros do talhão onde actualmente as garças nidificam, segundo informação local, devem ter cerca de 60 anos. Estão pouco desenvolvidos, apresentando os de maior porte uma altura que pouco deve exceder os 10 metros.

A COLÓNIA DE GARÇAS

A colónia de garças cria na Mata de S. Jacinto há pelo menos 14 anos, e é constituída por duas espécies, a *Egretta garzetta* (L) e a *Bubulcus ibis* L.

Cada uma destas espécies é conhecida entre nós por alguns nomes vulgares. Assim para a *Egretta garzetta* estão registados os seguintes: garça, garça ribeirinha,

Ardea Garzetta Linnaeus, Syst. Nat, Ed. XII, I p. 237 (1766 — «Habitat in Oriente»).

Ardea nivea S. G. Gmelin, Reise d. Russland I.p. 164 (1770 — Südrussland).

Ardea Xanthodactyla Rafinesque, Caratt. nuov. gen. e spec. An. Sicilia, p. 5 (1810 — Italien und Sizilien).

Ardea Orientalis Gray, Zool. Misc., p. 20 (1831 — Indien).

Herodias Lindesmayeri Brehm, Vogelfang, p. 294 (1855 — Griechenland).

Egretta garzetta vulgaris, major A. E. Brehm, Verz, Samml., p. 12 (1866 — Nomina nuda!).

Ardea (Herodias) procerula Cabanis, Journ. f. Orn. 1868, p. 414 (Ostafrika).

Egretta garzetta garzetta (L.), Ernest Hartert, Die Vögel, der paäarktischen Fauna, vol. II, Berlin, 1912, pag. 1239.

Egretta garzetta, L., Paulino de Oliveira, Aves da Península Ibérica e especialmente de Portugal, 2.ª edição, Coimbra, 1910, pág. 162.

Egretta garzetta garzetta (L.), W Tait, The birds of Portugal, 1924. pág. 160; Reis Júnior, Cat. sist. e analí-



Fig. 2 — Vista parcial do pinhal onde as garças nidificaram no ano de 1965.

garça branca (Portimão), garçeta (Faro); chisco (Olhão) Lavandeira (Cabo de S. Vicente e Golegã), garzeta do mar.

Da *Bubulcus ibis* conhecem-se apenas quatro nomes vulgares: garça, garciote, garça boieira (Esmoriz) e garça da Barbária (Alpiarça).

São duas belas aves que têm ampla sinonímia.

Com os elementos bibliográficos de que dispomos pudemos apurar as designações sinonímicas que se indicam:

tico das Aves de Portugal, Porto, 1931, pág. 53; A Thémido, Aves de Portugal, Coimbra, 1952, pág. 178.

PARA A BUBULCUS IBIS

Ardea ibis Linnaeus, Syst. Nat., ed. X, I, P. 144 (1758 — Egito).

Ardea Veranii Roux, F. Bernis, Frontuario de la avifauna española, Madrid, 1955, pag. 12.

Ardea bubulcus Audouin, F. Bernis, id. id. id.

Bubulcus ibis auct. ex. Linn., F. Bernis, id. id. id.

Bubulcus coramandelicus auct., F. Bernis, id. id. id.

Ardeola russata auct. ex. Wagl., F. Bernis, id. id. id.

Bubulcus ibis Hasselg., Paulino de Oliveira, Aves da Península Ibérica e especialmente de Portugal, 2.ª ed. Coimbra, 1910, pág. 102 e 163.

Ardea bubulcus Sav., Paulino de Oliveira, id. id. pág. 163.

Bubulcus ibis ibis (L.), William C. Tait, The Birds of Portugal, Plymouth, 1924, pág. 160.

Ardeola ibis ibis (L.), Reis Júnior, Cat. sist. e analítico das aves de Portugal, Porto, 1931, pág. 52.

Bubulcus ibis ibis A, Themido, Aves de Portugal, Coimbra, 1952, pág. 178.

Bubulcus lucidus (Rafin.), A. Themido, id. id. id. («in Sharpe e Seabra»).

O depoimento deste caçador e ornitologista é bem mais para considerar visto ser autor do livro *The Aveiro marsh* (5) com um capítulo «Birds observed on the Aveiro marshes». Nele indica com a designação científica e os nomes vulgares em português e em inglês as 67 espécies que viu na Ria de Aveiro, e não cita nenhuma das garças da actual colónia de S. Jacinto.

Este depoimento corrobora a informação prestada pelo guarda florestal Sr. Álvaro Lopes Cachaço, e permite-nos considerar o período de 1950 a 1952 como data provável do início desta colónia de garças.

Anteriormente a 1956 as garças nidificaram no talhão n.º 15 (6).

Os talhões utilizados para local de nidificação e cria, em 1956 e nos anos seguintes, e os respectivos períodos de ocupação, são os que a seguir se indicam:



Fig. 3 — Ninhos de garças em pinheiros já com pouca folhagem.

Segundo informação fornecida pelo Sr. Francisco Alves, guarda florestal aposentado, a colónia de garças nidificaria no pinhal de S. Jacinto há cerca de 40 anos.

O Sr. Álvaro Lopes Cachaço, guarda florestal em serviço na Mata de S. Jacinto desde 1956, informou-nos que, no ano em que ali foi colocado, ouviu os assalariados dizerem que as garças nidificavam no pinhal apenas há quatro anos, isto é, a colónia dataria portanto do ano de 1952.

O nosso amigo Sr. Geoffrey M. Tait, que é um distinto ornitologista, caçou na ria de Aveiro durante quase 50 anos, e diz-nos que desde 1910 até 1950 nunca ali viu estas garças. Neste período a sua actividade venatória foi intensa um pouco por toda a ria, a ponto de desde 1912 a 1944 ter morto nada menos de 6145 narcejas, além de muitas outras aves.

Período de ocupação	Número do talhão
? — 1955	15
1956 e 1957	6
1958 e 1959	2
1960 e 1961	30
1962 até à data	24

Como atrás dissemos, esta colónia foi observada por um de nós (S. J.), pela primeira vez, em Maio de 1962. Nesse ano a nidificação ocorreu no talhão n.º 24, no qual se podem distinguir, nitidamente, duas áreas contíguas: uma foi habitada em 1962 e 1963; a outra, a sul daquelas, em 1964 e 1965.

OBSERVAÇÕES EM 1963

Nos pinheiros do talhão n.º 24 contámos, em 25 de Junho de 1963, 186 ninhos em 63 pinheiros, com a seguinte distribuição:

18 pinheiros com 1 ninho
14 » » 2 »
8 » » 3 »
12 » » 4 »
3 » » 5 »
5 » » 6 »
2 » » 7 »
1 » » 9 »

OBSERVAÇÕES EM 1965

Continuámos o estudo da colónia em 1965. No ano de 1964 não foi possível retomar o prosseguimento das observações iniciadas em 1962.

Em 1964 e 1965 a colónia manteve-se no talhão n.º 24, mas numa zona contígua e a sul da que havia sido ocupada em 1962 e 1963 e cujos pinheiros secaram.

A zona ocupada em 1965 tinha, aproximadamente, a extensão de um hectar. No decurso de duas das visitas que efectuámos nesse ano à mata de S. Jacinto, (7 e 23 de Maio de 1965), procedemos à contagem dos ninhos e anilhámos algumas aves em diferentes estados de desenvolvimento mas todas incapazes de voar.

Contámos, também, os filhotes e os ovos existentes nos ninhos.

Registámos os seguintes valores:

Pinheiros ocupados	127
Ninhos	434
Filhotes	344
Ovos	537
Aves anilhadas nos ninhos	240



Fig. 4 — Um pinheiro, quase inteiramente despido de folhagem, com 14 ninhos.

Alguns dos ninhos incluídos na nossa contagem estavam inacabados. Considerámo-los porque nos foi dado observar algumas aves adultas transportando galhos finos e pequenos, o que constituía indício seguro de estarem ainda a edificar os seus ninhos.

O guarda florestal de S. Jacinto informou que, durante o inverno, a nortada tinha destruído os ninhos edificados na época anterior. Esta informação permitiu-nos considerar todos os ninhos contados como construídos para a nidificação em curso no ano de 1965.

Para se evitarem repetições que falseassem as nossas contagens, foram-se marcando os pinheiros com tinta, à medida que iam sendo observados.

Anilhámos somente 240 garças juvenis. Deixámos por anilhar as restantes 104, por serem demasiado pequenas e não segurarem as anilhas.

Em 23 de Maio de 1965 verificámos que os pinheiros da zona ocupada pela colónia estavam quase completamente despídos de folhagem, indício seguro de que a próxima nidificação viria a efectuar-se noutros pinheiros. De facto assim sucedeu.

No solo estendia-se uma espessa camada de agulhas de pinheiro e de galhos secos. Não se via qualquer arbusto ou ervagem. É de crer que o sub-bosque tenha sido totalmente destruído pelos excrementos das aves.

Temos observado facto idêntico em todas as zonas da mata onde as garças nidificaram. Estas zonas apresentam-se totalmente despídas de vegetação quando finda a época da nidificação. Passado algum tempo, porém, desenvolve-se uma rica e densa vegetação espontânea, nomeadamente erbácea.

OBSERVAÇÕES EM 1966

No decurso de algumas visitas a S. Jacinto, no ano de 1966, continuámos a observar esta colónia.

No quadro que se segue, resumimos as contagens efectuadas nos dias 23, 28 e 29 de Maio de 1966.

N.º de árvores observadas	198
N.º de ninhos existentes	577
N.º de ovos	1 198
N.º das aves juvenis	558
N.º de juvenis anilhados	193

A distribuição dos ninhos por unidade florestal era a seguinte:

88 árvores com	1 ninho
36 » »	2 »
19 » »	3 »
17 » »	4 »
14 » »	5 »
5 » »	6 »
3 » »	7 »
2 » »	8 »
6 » »	9 »
1 » »	10 »
2 » »	11 »
1 » »	12 »
3 » »	13 »
1 » »	18 »

Dos 558 garçotes observados, anilharam-se apenas 193, isto é, aqueles que, pelo seu desenvolvimento, permitiram a colocação das anilhas sem risco de estas caírem.

É a seguinte a distribuição das aves anilhadas pelas 2 espécies:

- 84 *E. garzetta*
- 83 *B. ibis*
- 26 indivíduos, não conseguimos apurar a qual



Fig. 5 — Garças pousadas e a sobrevoar pinhal denso na vizinhança da zona de nidificação.

A distribuição dos ninhos pelos pinheiros era a que seguidamente se indica:

34 pinheiros com	1 ninho
32 » »	2 »
20 » »	3 »
6 » »	4 »
9 » »	5 »
10 » »	6 »
6 » »	7 »
3 » »	8 »
2 » »	9 »
2 » »	10 »
1 » »	11 »
1 » »	14 »
1 » »	18 »

das duas espécies pertenciam; não quisemos, no entanto, deixar de os anilhar.

A colónia nidificou em 1966, novamente no talhão n.º 24, numa zona contígua e a sul daquela onde tinha nidificado nos dois anos anteriores.

OBSERVAÇÕES EM 1967

Embora as observações no ano de 1967 tenham sido iniciadas no dia 12 de Abril, julgamos conveniente referir alguns elementos colhidos nessa primeira visita deste ano.

Vimos no chão, debaixo de pinheiros com ninhos,



Fig. 6 — Garça juvenil.

várias cascas de ovos, das quais, supomos, hajam nascido garçotes.

De binóculo vimos chegar uma garça ao ramo dum pinheiro, entrar cuidadosamente no ninho e alapar-se suavemente. Isto nos levou a crer que naquele ninho houvesse já garçotes. Chamamos assim aos juvenis embora este nome figure como nome vulgar da garça boieira.

Nesse mesmo dia, nas observações feitas de manhã e de tarde, verificámos que muitas garças andavam num vai-vem apanhando ramitos secos que levavam para a construção dos ninhos. Parece pois que, em paralelo com uma fase inicial de construção de ninhos, havia garças no choco e em alguns casos, talvez, já ninhos com filhotes.

Uma observação accidental que fizemos foi a seguinte: num pinheiro com 3 ninhos apenas, vimos que aos mesmos chegaram e ali se mantiveram 3 garças brancas, *Egretta garzetta*.

É de crer que no mesmo pinheiro existam lado a lado ninhos de garça branca e de garça boieira, como temos verificado nos salgueiros da importante colónia do Bunhal ou Paúl do Boquilobo, na Golegã. No entanto

pode bem suceder que haja tendência para agrupamento específico. Mais um facto a esclarecer em futuras observações.

A montagem de uma torre permitiria realizar observações cuidadas, de modo mais conveniente, não só para o observador, abrigado na guarita cimeira da torre, mas também para as aves. Estas, não dando conta da nossa presença, ao fim de pouco tempo manter-se-iam calmas, sem a agitação, maior ou menor, que se nota quando as observamos do chão, mesmo encostados ou atrás de um ou outro pinheiro. Além disso poderiam tirar-se fotografias em melhores condições.

A Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, à qual apresentamos, mais uma vez, agradecimentos pelos auxílios que tem prestado aos nossos estudos ornitológicos, acedendo a um pedido nosso, fornecerá, oportunamente, uma torre de observação, desmontável.

As garças da Mata de S. Jacinto, nidificam em pinheiros de uma zona relativamente pequena.

A área de tal zona está, evidentemente, condicionada pelo número de aves que formam a colónia, pela densidade de distribuição dos pinheiros e ainda pelo desenvolvimento e vigor dos mesmos.

Estes três factores condicionam o número de ninhos em cada árvore. Parece que o factor de maior relevância neste aspecto é o porte ou desenvolvimento dos pinheiros.

As nossas observações permitem concluir que é nos pinheiros mais frondosos que há o maior número de ninhos. Vimos um pinheiro bem frondoso que tinha 18 ninhos.

A colónia nidifica, em média, dois anos consecutivos na mesma zona, isto é, nos mesmos pinheiros. Estes



Fig. 7 — Garça juvenil prestes a voar.



Fig. 8 — Pinheiros inteiramente despidos de folhagem e secos, onde as garças nidificaram há 3 anos.

começam a perder a folha a pouco e pouco e terminam por secar. Isto leva as garças a fazerem novos ninhos em pinheiros de ramagem verde.

Os ninhos são muito toscos e frágeis, têm localizações variadas. As mais das vezes nos ramos; algumas vezes no topo do caule. Resultam da acumulação travada, por entrecruzamento, de pequenos galhos secos de pinheiro. O rebordo do ninho é um pouco mais espesso o que lhe confere a forma de bacia, embora pouco profunda.

Nos últimos anos, como atrás se disse, a zona de nidificação tem-se mantido no mesmo talhão n.º 24 em contiguidade com a zona anterior, como que em espraiamento ou expansão na direcção sul.

No período da nidificação e cria a zona é ocupada intensamente por algumas centenas de garças.

Parece que o período de postura e subsequente cria se estende ao longo de alguns meses.

Não nos tem sido possível fazer observações convenientemente periódicas ao longo de todo o ano.

Seria necessário que durante o período de criação as observações fossem repetidas de 10 em 10 dias ou, pelo menos, de 15 em 15 dias com a anilhagem dos garçotes que apresentassem o desenvolvimento indispensável à conveniente adaptação e suporte das anilhas.

O período de postura é, como dissémos, relativamente lato. Em 7 de Maio de 1965, observámos filhotes

nos ninhos, alguns já bastante desenvolvidos, e em 4 de Junho do mesmo ano fomos encontrar muitos filhotes ainda em estado relativamente atrasado de desenvolvimento. Segundo informação do guarda florestal, em Agosto, ainda se viam «passaritos novos». Há portanto garças que nidificam muito cedo e outras que o fazem tardiamente; a menos que façam duas posturas consecutivas, como sucede com algumas aves.

Nos meses intercalares a dois períodos consecutivos de nidificação e cria, conviria que se fizessem observações para averiguar se o local da criação é abandonado inteiramente ou se continua a servir de dormidoiro a maior ou menor número de garças, e, neste caso, se apenas às adultas ou só às juvenis, ou a umas e a outras. As juvenis seriam facilmente reconhecíveis pela presença das anilhas.

Como não temos feito observações directas nos meses intercalares aos períodos de nidificação, procurámos obter informes do pessoal que trabalha na mata e especialmente do referido guarda florestal Alvaro Lopes Cachaço, que tem manifestado vivo interesse pela colónia de garças que há anos vimos estudando.

Informa este guarda que o período de criação vai pelo menos de Maio a Setembro, e que a maior parte das garças abandona o local da nidificação, permanecendo apenas um número reduzido que, ao fim da tarde, ali se junta e ali pernoita.

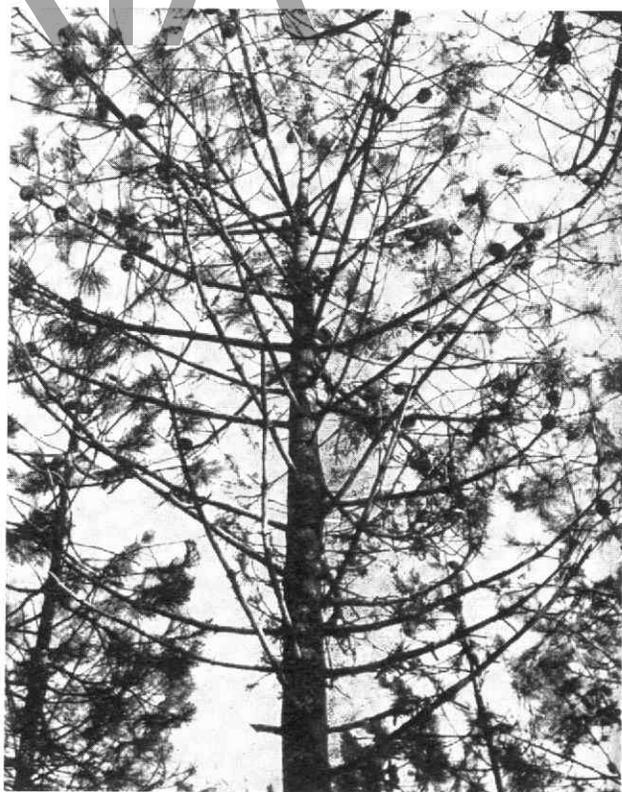


Fig. 9 — Pinheiro quase seco situado entre as zonas de nidificação deste ano e da há 3 anos.

RECUPERAÇÃO DE ANILHAS

Foram anilhadas 433 aves: 240 em 1965 e 193 em 1966.

Temos conhecimento de terem sido abatidas 21 destas aves (4,8%).

Os pormenores relativos à anilhagem e à recuperação das anilhas constam do seguinte quadro:

Baseamo-nos no facto de cada ninho ser habitado por um casal de garças e admitimos que todos os ovos teriam sido viáveis, circunstância esta que não podemos asseverar mas que consideramos como provável.

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

29 de Abril de 1967

Anilha N.º	Espécie	Data de Anilhagem	Data de Recuperação	Local de recuperação
5804 H	? (?)	23-5-65	15-8-65	Salreu — Estarreja
5819 H	? (?)	23-5-65	0-9-65	Vagos — Aveiro
5824 H	? (?)	23-5-65	19-9-65	Fontela — Figueira da Foz
5828 H	? (?)	23-5-65	2-9-65	Quintã — Vagos — Aveiro
5841 H	? (?)	23-5-65	20-11-65	Cacia — Aveiro
5891 H	? (?)	23-5-65	20-11-65	Ria de Aveiro (?)
5924 H	? (?)	23-5-65	?	Aveiro
5947 H	? (?)	23-5-65	15-9-65	Aveiro
5956 H	? (?)	23-5-65	0-11-66	Aveiro
1203 J	<i>Egretta garzetta</i> (L.)	28-5-65	29-1-67	Monte Farinha — Aveiro
1216 J	<i>Bubulcus ibis</i> (L.)	28-5-66	26-11-66	Monte Farinha — Aveiro
1241 J	<i>Egretta garzetta</i> (L.)	28-5-66	0-8-66	Aveiro
1246 J	» » »	29-5-66	28-8-66	Gafanha — Aveiro
1290 J	» » »	29-5-66	15-8-66	Pardilhó — Aveiro
1295 J	» » »	29-5-66	0-12-66	Aveiro
1301 J	» » »	29-5-66	0-9-66	Monte Farinha — Aveiro
1307 J	» » »	29-5-66	0-8-66	Aveiro
1312 J	» » »	29-5-66	12-10-66	Vilalva, Acuña, Pontevedra — Espanha
6016 H	? (?)	23-5-66	0-10-66	Aveiro
6047 H	<i>Egretta garzetta</i> (L.)	23-5-66	0-11-66	Ria Novo do Príncipe — Aveiro
6070 H	» » »	28-5-66	0-10-66	Aveiro

RESUMO DAS CONTAGENS EFECTUADAS EM 1963, 1965 E 1966

Ano	Pinheiros ocupados	Ninhos existentes	Ovos	Garçotes nos ninhos	Garçotes anilhados
1963	63	186	—	—	—
1965	127	434	537	344	240
1966	198	577	1 198	558	193
TOTAL					433

Atendendo às contagens feitas em 1965 e 1966, podemos calcular que em 1965, a população de garças desta colónia seria de cerca de 1750 aves, e que em 1966 atingiria 2 900 aves.

NOTAS :

- (1) J. A. Reis Júnior, *Catálogo sistemático e analítico das aves de Portugal*, Porto, 1931, 136 págs. e 7 figs.
- (2) William C. Tait, *The birds of Portugal*, Plymouth, 1924, XII + 260 págs., 17 figs. e um mapa.
- (3) J. Dantin Cereceda, *Ensayo acerca de las regiones naturales d España*, Madrid, 1922, Tomo I, pág. XV + 386, 4 mapas.
- (4) As reservas zoológicas, como o próprio nome indica, são áreas onde é proibido perseguir, molestar ou matar animais. A reserva pode ser de vários tipos consoante a finalidade que se tem em vista. Pode ser **integral** e chama-se **santuário**, tradução do inglês «Sanctuary». Neste caso a reserva é total, isto é, geológica, botânica e zoológica. Tem importância fundamental no aspecto paisagístico e no aspecto biológico. Pelo que respeita a este último não será permitido na área da reserva perseguir, inquietar ou matar os animais nem mutilar, derrubar ou arrancar qualquer planta, e até removê-la após a sua queda natural. As reservas parciais visam aspectos restritos. Neste particular várias modalidades se podem considerar. **Reservas zoológicas** quando se pretende defender todos os animais da região considerada. **Reservas Ornitológicas** quando se visa a protecção e defesa das aves. Há ainda a considerar os **refúgios** que são reservas destinadas às aves migradoras. Em vários países a protecção às mesmas há muito que vem sendo feita, nomeadamente pela organização de zonas ao longo das habituais rotas migratórias, onde é proibido caçar. Consequentemente ali as aves estão livres da encarniçada perseguição dos caçadores. São zonas de calma, de segurança, de refúgio.
- (5) Geoffrey Murat Tait, *The Aveiro marsh*, Vila Nova de Gaia, 1949, 24 págs., 17 figs. e 1 mapa, Edição limitada a 100 exemplares.
- (6) O guarda florestal da Mata de S. Jacinto, que foi nosso informador, foi colocado em S. Jacinto em 1956, ano em que se verificou a transferência da colónia do talhão n.º 15 para o talhão n.º 6.
- (7) Aves cujo estado de desenvolvimento não permitiu a determinação rigorosa da espécie. Trata-se, todavia, de um indivíduo de uma das 2 espécies mencionadas no texto.

Subsídios para a história da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, de Aveiro

Por Francisco Ferreira Neves

Antigo professor efectivo do Liceu Nacional de Aveiro.

Director da Revista «Arquivo do Distrito de Aveiro»

O bispo de Coimbra, D. João Soares, por provisão dada na sua quinta de S. Martinho a 10 de Julho de 1572, criou na vila de Aveiro três novas freguesias: uma na igreja da Vera Cruz, outra na do Espírito Santo, e outra na de Nossa Senhora das Candeias, todas desmembradas da freguesia de São Miguel, a única que havia nesta vila. A igreja paroquial de São Miguel pertencia à Ordem e Mestrado de Avis de que o rei era governador e perpétuo administrador.

O rei D. Sebastião tinha dado prévio assentimento ao bispo para a erecção das novas freguesias e as três novas igrejas matrizes ficaram pertencendo também à Ordem de Avis.

A apresentação dos vigários das quatro freguesias pertencia ao rei por ser o grão-mestre da Ordem.

A igreja de Nossa Senhora das Candeias era uma ermida que também tinha a invocação de São Gonçalo e estava situada numa pequena elevação junto às salinas do Rossio, as quais já não existem desde os meados do século XIX.

Esta ermida, que tinha sido feita pelo povo nos princípios do século XVI, ficou sendo a matriz da nova freguesia de Nossa Senhora das Candeias, também denominada de São Gonçalo, e mais tarde, de Nossa Senhora da Apresentação.

Serviu este pequeno templo de igreja matriz durante cerca de quarenta anos após os quais uma nova e espaçosa igreja construída noutra local nos princípios do século XVII passou a ser a matriz da freguesia. Esta foi extinta em 1835 e incorporada na da Vera Cruz. Mais tarde, em 26 de Dezembro de 1876, a igreja de São Gonçalo ou de Nossa Senhora da Apresentação passou a ser a matriz da ampliada freguesia da Vera Cruz, por ter sido demolida a igreja paroquial desta.

A NOVA IGREJA DE SÃO GONÇALO OU DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO COMEÇOU A EDIFICAR-SE NO ANO DE 1606

O Sr. Coronel Diamantino Antunes do Amaral publicou em o n.º 1 de «Aveiro e o seu Distrito» um artigo

subordinado ao título **Coisas do passado que desenterrei da poeira dos arquivos**, no qual, entre outros assuntos, estuda a data da construção da actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação, assim denominada por ser esta Senhora a padroeira da igreja, discordando da afirmação de Marques Gomes, nas suas **Memórias de Aveiro**, de que foi edificada em 1606.

Pretende o Sr. Coronel Amaral que esta **nova igreja** foi concluída em 1627 e começada muito depois de 1606, baseando-se no registo que o vigário da freguesia fez do falecimento de Maria Pinheiro em 12 de Setembro de 1627, com a declaração de que foi sepultada na Igreja Nova. E diz o Sr. Coronel Amaral: «foi esta a primeira vez que se aludiu a enterramentos na **Igreja Nova**».

E conclui que, tendo-se começado a utilizar esta igreja no serviço paroquial em 1627, é de parecer que as obras da «Igreja Nova» só neste ano tinham sido completadas; e que não sendo admissível um gasto de vinte e um anos na construção desta igreja, ela devia ter sido começada muito depois de 1606.

Não são exactas as conclusões do Sr. Coronel Diamantino do Amaral nem as afirmações de Marques Gomes.

Demonstraremos que a igreja de Nossa Senhora da Apresentação não foi concluída em 1627 nem construída em 1606.

Começemos então por transcrever o que diz Marques Gomes nas suas **Memórias de Aveiro**, publicadas em 1875:

«Esta igreja que é uma das melhores que Aveiro possui, foi edificada em 1606 no local de uma capela denominada de S. Gonçalo, erecta em freguesia no ano de 1512 (aliás 1572) pelo bispo Conde D. João Soares» (pg. 109);

e na sua obra **O Distrito de Aveiro**, publicada em 1877:

«Foi edificada em 1606 sobre as ruínas duma capela denominada S. Gonçalo, que o bispo con-

de, D. João Soares, havia erigido em freguesia em 1512 (aliás 1572) sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação» (pág. 132).

Nisto há duas inexactidões:

a) A actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação não foi edificada em 1606, mas sim **foi começada a edificar** no ano de 1606;

b) Não foi construída sobre as ruínas da capela ou ermida de S. Gonçalo, mas em local afastado desta, a qual existiu até aos princípios do século XVIII, e serviu de igreja matriz enquanto não foi edificada a actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação, nos princípios do século XVII.

A dita ermida foi substituída por outra de planta hexagonal, acabada de construir em 1732, a qual ficou também com a invocação de São Gonçalo e ainda existe actualmente com a denominação popular de **Capela de S. Gonçalinho**.

Para a demonstração que temos em vista, utilizaremos a informação paroquial de 1721 relativa à freguesia de São Gonçalo ou de Nossa Senhora da Apresentação, datada de 23 de Maio deste ano e dirigida ao Provisor do bispado de Coimbra pelo padre cura Manuel Simões Manso. (1)

Desta informação transcrevemos em ortografia actual o seguinte passo referente às capelas que então havia na freguesia de São Gonçalo:

«Houve outra capela que se arruinou, com o título de S. Gonçalo Velho, que se supõe erecta pelo povo haverá duzentos anos, em cujo sítio se edificou uma capela autorizada com o dito título de S. Gonçalo Velho pelo povo que ainda não está acabada.

E há a igreja paroquial de S. Gonçalo Novo que se começou a edificar na era de mil seiscentos e seis anos como consta de uma pedra que está na porta travessa da dita igreja, tem mais a dita igreja quatro capelas, exceptuando a capela-mor, erectas pelo povo com os títulos seguintes: uma do rei Salvador do mundo, outra de Nossa Senhora da Apresentação que é a padroeira, outra das Almas, outra de São Nicolau.»

Por isto se vê que:

A actual igreja paroquial de S. Gonçalo ou de Nossa Senhora da Apresentação começou a edificar-se no ano de 1606, mas não se indica quando foi concluída; e que esta igreja não foi construída no local nem sobre as ruínas da ermida de S. Gonçalo.

As designações de São Gonçalo Velho e São Gonçalo Novo foram inventadas pelo povo para se distinguir facilmente a velha ermida da nova igreja matriz.

É interessante notar que o padre cura no final da sua referida informação de 1721, faz a seguinte observação:

«Suposto que eu diga nesta igreja de Nossa Senhora da Apresentação no primeiro interrogatório, o título dela e invocação é de São Gonçalo».

Vamos agora determinar a época em que a nova igreja entrou ao serviço paroquial, posto que o Sr. Coro-



Fachada da Igreja da Vera-Cruz

nel Amaral diga que tal facto se deu em 1627 e que neste ano ela deve ter sido concluída, mas, na realidade, a igreja foi concluída muitos anos antes de 1627.

Para demonstrarmos isto, vamos utilizar **documentos coevos**, que neste caso são o **Livro das visitas** da igreja de São Gonçalo ou de Nossa Senhora da Apresentação, que começa na carta de visitação de 19 de Junho de 1613 e finda na de 2 de Novembro de 1675.

Lamentamos não podermos dispor do primeiro livro que grandes esclarecimentos nos daria acerca deste assunto.

(1) Publicada por A. G. da Rocha Madahil no Arq. do Distrit. de Aveiro, vol. I, pág. 41.

A NOVA IGREJA ESTAVA QUASE CONCLUÍDA EM 1613

Começou a igreja a ser edificada em 1606, e atendendo à grande necessidade que dela havia, e à sua simplicidade, pois era de uma só nave e não tinha transepto, em poucos anos ela poderia ser construída. E assim sucedeu, como vamos ver.

A igreja de S. Gonçalo foi visitada em 19 de Junho de 1613 por António de Soveral Osório, Comissário da Santa Inquisição, sendo bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, mas esta igreja devia ser a velha ermida que estaria a servir ainda de matriz.

O relatório da visita registado no referido Livro é muito pequeno e nele diz em especial o visitador:

«Faço saber que visitando eu esta igreja de São Gonçalo da vila de Aveiro em presença do vigário e alguns fregueses por serviço de Nosso Senhor, ordenei o seguinte:

«E agora os vereadores mandarão acabar de todo a igreja e os fregueses irão tirar as esmolas que o senhor bispo mandou por uma provisão sob pena de o pagarem de suas casas.»

Não há, pois, dúvida de que a nova igreja de S. Gonçalo que havia sido começada no ano de 1606, já estava quase concluída em 1613.

A obra não foi, porém, feita e por isso o visitador seguinte, em 14 de Abril de 1614, manteve a mesma ordem do seu antecessor, agora com a pena de quinze cruzados, ou seis mil réis pagos pelos vereadores do seu bolso.

Assim, determinou:

«Os vereadores que hoje são mandem acabar de todo a igreja nova sob pena de quinze cruzados pagos de suas casas para a Santa Cruzada e meirinho.»

O que é certo, porém, é que os vereadores ainda não mandaram fazer desta vez as obras que faltavam.

Não sabemos de que natureza eram, mas por certo eram obras de pouca monta.

No ano seguinte, 1615, o visitador verificou que a ordem dos seus antecessores não havia sido cumprida, e insiste nela, tendo feito registar no livro das visitas o seguinte capítulo:

«Os vereadores do ano atrás não mandaram acabar de todo a igreja nova, incorreram em pena de seis mil réis mas somente os condeno em dois. Mando correr com a obra, e acabá-la perfeitamente os vereadores que hoje são sob pena de cinquenta cruzados pagos de suas casas, assim o cumpram até à visita seguinte.»

O visitador, para coagir os vereadores a mandarem fazer as obras, aumentou-lhes a pena de quinze para cinquenta cruzados, mas nem assim as mandaram fazer, ou por não gostarem de ser ameaçados com castigo, ou por não terem recursos para as fazerem, ou por a ordem não ser legítima.

A IGREJA FOI CONCLUÍDA EM 1616

No dia 18 de Junho de 1616 houve nova visitação à igreja. Foi visitador «o arcediogo Bento de Almeida cónego prebendado na sé catedral da cidade de Coimbra, visitador deste seu arcediagado de Vouga pelos senhores Deão, dignidades, e cónegos cabido sé vagante da dita cidade.»

Ele verificou que as obras, apesar de serem insignificantes, não tinham sido realizadas, não obstante as ameaças de penas pecuniárias aos vereadores. Compreendeu que estas eram improficuas, se não contraproducentes e então resolveu mudar de tática: apelou para o coração e inteligência dos vereadores. E assim determinou na sua carta de visitação:

«Os vereadores que hoje são cumpram com mandar acabar a igreja nova até ao dia de São Miguel, e porque fio deles lho não mando com penas.»

Vê-se que pouco faltava para acabar de todo a igreja, pois que o visitador marcou um prazo de pouco mais de três meses para realizarem a obra.

Parece que esta foi efectivamente executada, pois que nas cartas de visitação de 1617 e dos anos seguintes não aparecem mais referências a ela.

Podemos admitir, portanto, que a igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi concluída no ano de 1616 e que entrou em serviço paroquial em 1617, tendo então deixado de ser matriz a velha ermida de São Gonçalo.

Estas afirmações são comprovadas com a questão dos sinos para a nova igreja, como vamos ver.

DILIGÊNCIAS PARA AQUISIÇÃO DOS SINOS

Dissémos que a igreja tinha entrado ao serviço paroquial no ano de 1617 e assim deve ser, porque em 1618 já se tomaram providências para a compra de sinos para a igreja nova.

Com efeito, o visitador em 19 de Dezembro de 1618 deu a seguinte ordem:

«Tratem de finta ou imposição como é costume nesta vila para as igrejas novas de porem sinos nesta igreja porque não é bem que esteja uma paróquia em uma vila tão nobre sem eles.»

Chegou-se à visitação de 23 de Setembro de 1620 e a igreja ainda estava sem sinos. O visitador determinou então o seguinte: os fregueses «**procurarão com toda a brevidade de haver sinos por ser indecente estar esta freguesia sem eles e sem cruz de prata**».

Mas os sinos não foram feitos por falta de dinheiro, pelo que, na visitação de 26 de Outubro de 1621, o visitador Doutor Sebastião Vahia, insistiu no assunto, como consta do seguinte capítulo do Livro:

«A grande necessidade que esta igreja tem de sinos, e o bom termo em que está posto para se prover deles, pois há provisão de Sua Mage-

tade na qual manda se dê dinheiro para eles da imposição que tem esta vila, me forca a fazer lembrança assim ao padre Vigário desta igreja, como aos mordomos e fregueses dela, tratem de dar a execução à dita provisão pedindo ao senhor provedor e vereadores acudam a remediar cousa tão importante.»

Estas providências foram absolutamente ineficazes, pois decorreram oito anos sem ninguém dar remédio a tal falta, até que em 12 de Junho de 1629 faz pessoalmente a visitação da igreja o próprio bispo de Coimbra, Dom João Manuel, o qual, reconhecendo a



Nossa Senhora da Apresentação — Padroeira da Igreja

grande necessidade dos sinos e a falta de recursos para os fazer, hãbilmente resolveu o problema, determinando o seguinte na sua carta de visitação:

«Os fregueses desta igreja mandarão pôr nela um sino pequeno.»

É de crer que a freguesia tenha adquirido um sino pequeno para o serviço da igreja, e neste serviço ficou até o dia 2 de Outubro de 1647, dia em que, segundo nos informa o Sr. Coronel Diamantino do Amaral, nela foram postos dois sinos grandes novos.

A torre da igreja teve sempre apenas dois sinos e só há poucos anos é que passou a ter quatro. Em 1898 ainda tinha só dois sinos.

O investigador aveirense José Reinaldo Rangel de Quadros publicou em Novembro de 1898, num jornal de Aveiro, algumas curiosas informações acerca da igreja de Nossa Senhora da Apresentação, que vamos reproduzir:

«Na festa de 2 de Fevereiro de 1848, quando eram tangidos os sinos, rachou o menor. Assim esteve até 23 de Julho de 1855, em que, depois de novamente fundido, foi colocado no seu lugar. Na mesma ocasião foi colocada no cimo da torre uma nova grimpa. É à imitação de um galo.»

«O mesmo sino e o sino maior sofreram, por diversas vezes, desastres e novas fundições.

Quando esta igreja tornou a ser sede de freguesia (26 de Dezembro de 1876) estavam na torre dois sinos, que ainda hoje lá estão e que têm maiores dimensões, que os antigos.

O maior tem estes letreiros:

SEBASTIÃO DE CAMPOS ME FES

×

ECCE CRUCEM DOMINI

1864

No outro sino lê-se:

IN SIMBALIS BENE SONANTIBVS

LAVDATE DOMINI 1869

JOAQUIM DIAS DE CAMPOS

ME FES

CANTANHEDE»

Aqui deixamos estes breves subsídios para a história da extinta freguesia de São Gonçalo e da antiga e actual freguesia da Vera Cruz, de Aveiro, esperando que outros possam corrigi-los e até mesmo acrescentá-los.

Aveiro, Novembro de 1966.

bibRIA

Ecoss de uma Exposição de Arte Vareira

Por José Augusto de Almeida

Director do Museu de Ovar

Não nos propomos tecer considerações sobre história de arte ou de civilização nem tão pouco insistir na relação notória de interdependência dos meios geográfico, etnográfico e folclórico de cada região natural do País.

Embora desde há pouco, já muito se tem dito a tal respeito. Que digam muito mais, para regalo dos estudiosos interessados, aqueles que sobre o apaixonante problema se debruçam com ciência, paciência, bom gosto e bom senso.

Que razões complexas impelem a nossa curiosidade para as regiões profundas das artes populares? Razões de preferência pelas formas simples? Simplicidade tantas vezes aparente ou ilusória que reflecte a força criadora da imaginação, a complexidade da alma humana na sua ânsia eterna de melhor, mais perfeito, mais belo!

Os instintos de subsistência e de defesa fizeram o artífice ou artesão; o Amor, a Fé, a admiração pela obra de Deus criaram o artista.

Exteriorizando o impulso imanente da sua essência divina, artesão e artista tornaram o lar mais atraente e confortável; deram à casa de Deus o máximo de beleza e grandiosidade; alaram o engenho e a imaginação a alturas imprevisíveis, se recuarmos até às primitivas mãos, já voluntariosas mas desajeitadas, que toscamente modelaram os primeiros barros.

Nesta ascensão artística através dos séculos, qual o papel activo da mulher, além de doce companheira e inspiradora?

A exposição de Artesanato Regional realizada no Museu de Ovar em 1965, a admiração dos visitantes perante a beleza, riqueza e raridade de muitos dos trabalhos femininos expostos ataçaram a nossa curiosidade, sugeriram-nos a ideia de rebuscar no passado as origens da arte popular feminina da região e sobre ela, enquanto é tempo, tentar recolher alguns elementos.

A mulher vareira, profundamente crente, de vida modesta e recatada, muito madrugadora, ia à igreja

e regressava a casa, noite ainda, para um longo dia de intensa actividade repartida entre os deveres religiosos, os trabalhos domésticos, a criação dos filhos e a sua distracção preferida: — os trabalhos de mãos.

Outras distracções — festas, passeios — eram muito poucas na roda do ano; as solenidades religiosas do Natal, da Semana Santa, da Páscoa; as magestosas procissões do Senhor aos Enfermos, dos Santos Terceiros, do Senhor dos Passos, do Coração de Jesus com a comunhão solene das crianças, para as quais a mulher envergava o elegantíssimo trajo regional de gala e ostentava os seus melhores atavios. Vinham depois os arraiais e procissões de Santo António, S. João, S. Pedro, S. Miguel, nos Largos das respectivas capelas, e a grande Festa do Mar, no Furadouro, em honra do Senhor da Piedade, cuja imagem de pedra o mar engoliu há muitos anos, por incúria dos responsáveis, juntamente com a sua velha capelinha branca.

Saía pouco, a mulher de Ovar. O seu lar era o seu mundo. Nos longos serões de inverno, rodeada dos familiares, acalentada pela fogueira crepitante e cheirosa de pinhas e podas, à luz suave da candeia de azeite ela reinava, conversando, rezando, sonhando, e descansava a trabalhar, sempre a trabalhar, que as suas mãos ligeiras e dextas não podiam perder tempo!

Dotada de particular habilidade, dum bom gosto inato, de imaginação fértil, manejava rapidamente o fuso, os bilros e as agulhas de toda a espécie com que costurava, bordava, marcava, abria crivos, fazia meia, manta, tapete ou as mais variadas rendas.

Abençoadas mãos que assim útilmente entretidas vestiam a família fiando, tecendo, cosendo, e enfeitavam o bragal que enchia a arca perfumada a rosmaninho e alfazema.

Do tear manual saía a manta grosseira de lã para agasalho e a rica coberta de cama dos dias de festa ou de doença e luto; as grossas estopas e ásperos tomentos de uso diário; os finos linhos dos guarda-camas

e lençóis de luxo enfeitados com rendas, folhos de cambraia ou bordados; a bela toalha de linho rematada com franjas, recortes ou rendas, que enxugava na pia baptismal a cabecinha do neófito, cobria o peito do doente para auscultação médica e resguardava da terra negra e fria o rosto do defunto querido; a toalha de altar trabalhada a primor para a vinda do Santíssimo a casa na hora angustiada dos últimos sacramentos...

Fiada, urdida e tecida com linho de casa havia a grande toalha de mesa, com desenhos levantados, destinada às alegres consoadas em família, às bodas, aos baptizados, às primeiras comunhões.

Os tapetes, as passadeiras, as cortinas das alcovas, os cortinados dos leitos de bilros, os panos de renda de cómodas, mesas e mesinhas—tudo que alindasse ou desse conforto ao lar era obra das mãos diligentes e da sensibilidade artística das nossas avós, pobres ou ricas, lavradeiras ou senhoras.

Diz a tradição que, por estas bandas, só mesmo as «pescadeiras», tão exuberantes no gesto, tinham mãos pesadas, «mãos de cepo», para os labores femininos.

Seria repouso compensador da demasiada actividade das pernas e da língua? É sabido que aquelas, num passo rápido, leve, cadenciado, elegante, lhes permitiam calcorrear sem esforço enormes distâncias e que esta, a língua, sempre pronta e afiada, se permitia os maiores desaforos.

FIANÇA E TECELAGEM

A fição e a tecelagem eram a base do trabalho feminino das nossas avós. Muito se fiava e muito se tecia.

Teciam até os homens por seu principal mister: os cesteiros, os canasteiros, os esteireiros. Teciam para preencher as horas vagas os que ganhavam o pão arando a terra ou o mar.

Os vimes tecidos davam o cestinho da costura, o balaio do pão, o cesto da roupa, das regueifas, das compras; as correias de madeira, bem encanastradas, transformavam-se nas canastrinhas rasas e esguias das peixeiras, nos canastréis das cangalhas dos vendedores de peixe, nas canastras burriqueiras dos feirantes e almocreves, nos gigos de diversas formas e tamanhos para o transporte dos estrumes nas terras, dos cereais nas eiras, dos entulhos e materiais nas obras. «Andar ao gigo» era expressão corrente.

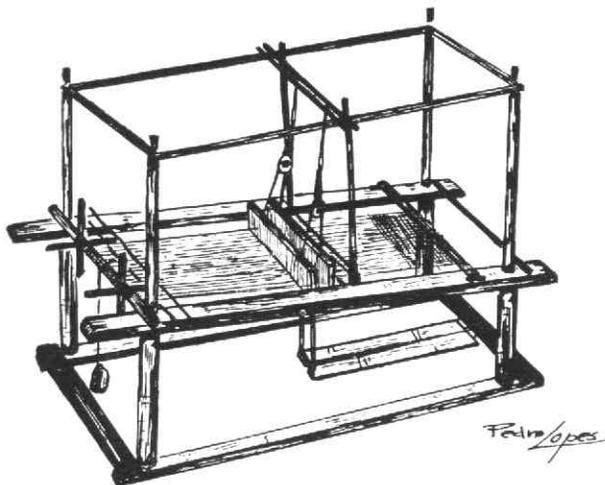
Uma canastra podia servir de berço em que os filhos se criavam e eram transportados à cabeça altiva das mães.

Com os juncos e os bunhos das margens da Ria teciam-se esteiras, esteirinhas e esteirões; faziam-se ainda as palhoças ou coroças—capas de palha que abrigavam da chuva. Na cómoda pottrona de bunho

sentavam-se os vèlhinhos e os doentes. O pescador era, e é, tecelão de redes e de rapichéis para o peixe e para as pinhas.

As mulheres, essas, fiavam e teciam a lã e o linho, produto agrícola da região. Obtinham assim as «linhas» com que cosiam, faziam meias, rendas e crivos; e os fios de diferentes grossuras que depois teciam.

As maçarocas de lã fiada em casa convertiam-se, nos teares manuais, em mantas para o inverno ou no



Tear caseiro

«pra tudo», tecido de lã que, como o seu nome indica, tinha as mais diversas aplicações no vestuário masculino e feminino.

As teias de linho, depois de primorosamente costuradas à mão, forneciam o bragal: lençóis, guarda-camas, fronhas de travesseiros, cabeceiras e cabeceirinhas muitas vezes ornamentadas com bordados a crivo e a cheio ou com rendas de agulha ou de bilros feitas com o fio do mesmo linho; toalhas de rosto, de mesa, guardanapos; roupas femininas interiores, camisas de homem, manaias de pescador, etc...

Muitas das toalhas de mesa e de rosto saíam já dos teares artisticamente ornamentadas com desenhos lavrados por meio de fios mais grossos ou levantados. Nos mesmos teares e pelos mesmos processos se teciam, de linho, as mantas ricas, verdadeiras obras primas pela perfeição e variedade dos motivos ornamentais de grande originalidade: gregas, barras, motivos geométricos, flores, a cruz de Cristo, o cruzeiro com flores, a coroa real, o escudo português, brasões de armas, insígnias de corporações, siglas e até nomes de família.

As chamadas mantas de trapo, os tapetes e as passadeiras com fios de linho no urdume e tiras de trapo no tapume, obras mais modestas, tinham quase sempre um cunho de arte e bom gosto pela combinação de farrapos de várias cores.

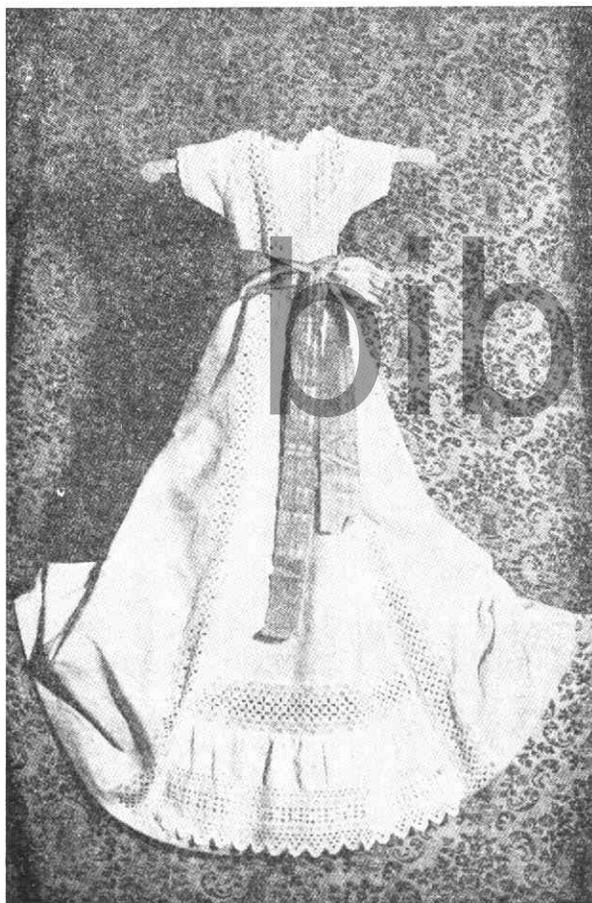
Faziam-se também liteiros brancos em que o relevo artístico era conseguido deixando mais levantados, em conformidade com o desenho, os trapos do tapume.

Destes trabalhos existem exemplares no Museu de Ovar.

COSTURA

Na Exposição de Artesanato a que já nos referimos tivemos o ensejo de observar a admiração das ovarinas de hoje pelos trabalhos de costura das suas antepassadas.

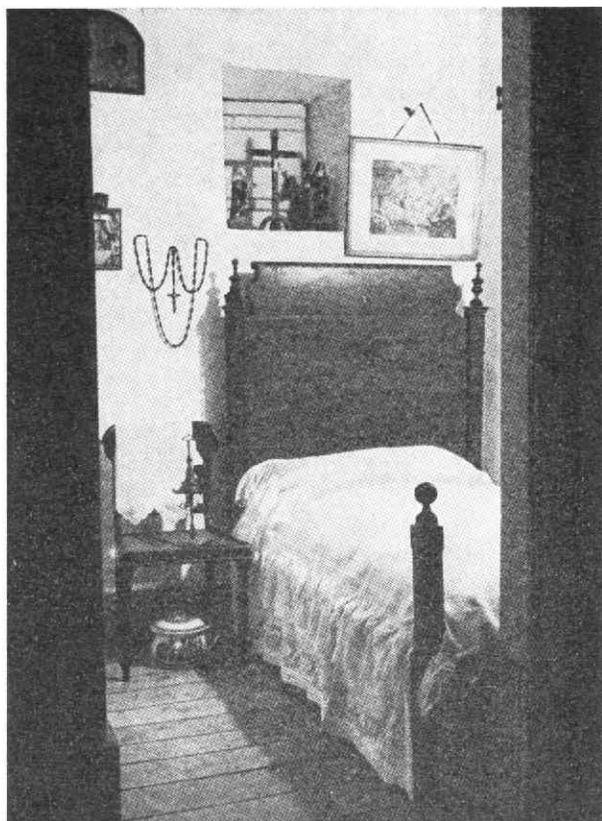
Eram peitilhos de camisa de homem completamente guarnecidos de preguinhas milimétricas, distanciadas uniformidade pela contagem de fios, cosidas à mão de modo invisível, mas resistente ao uso, à lavagem, à goma.



Vestido de baptizado

Eram vestidos de baptizado, exuberantemente enfeitados, com milhares de pontinhos seguros, mas de leveza etérea.

Eram pregamentos de rendas e de folhos de cambraia finamente embainhados e franzidos com arte formando centenas de conchinhas uniformes.



Quarto antigo

Sendo estreitos os linhos saídos dos teares manuais, havia lençóis de dois, três ou quatro panos. Uniam-se estes por meio de ponto de luva tão miúdnho que mal se notavam as costuras, graças, também, à perfeição das ourelas do tecido. Resistiram estes pontos ao uso e ao rodar dos séculos, sendo ainda quase impossível descosê-los sem cortar o pano. As bainhas, feitas à mão, a miúdo e escondido ponto de bainha, ou a pos-ponto de um único fio, são obra de extraordinária paciência.

Aqui observava-se uma curiosa colcha, muito antiga, feita com dezenas de amostras de chitas diferentes — pequeninos rectângulos — de desenhos e cores suaves combinadas com bom gosto e pacientemente cosidas à mão!

Ali, uma outra, mais rica, confeccionada com tirinhas de seda natural de todas as cores formando artísticos azulejos!

Na parede, uma cena de caça colorida, de desenho perfeito — tapeçaria feita com centenas de minúsculos trapinhos de seda cosidos, um a um, sobre serapi-lheira previamente quadriculada pela tiragem de um fio de 2 em 2 em toda a superfície, paralelamente aos dois lados rectangulares de 2,80 x 0,85 mts.

Pertence ao Museu de Ovar esta bela obra de arte e paciência.

BORDADOS

Bordados antigos, verdadeiras preciosidades, foram desencantadas de velhos armários e arcas para serem expostos no Museu de Ovar. Alguns nele ficaram como generosas ofertas.



Almofadas

Bordados a branco, a «ponto real» de incedível perfeição, a «canutilho», a «ponto de veludo», a mil pontos de fantasia em que a variedade e a beleza pedem meças:

Uns em relevo bem enchumagado, outros baixos; arrendados estes, tapados aqueles; uns de desenho simples e ingénuo, outros de risco complicado e de grande riqueza ornamental.

Bordados a retrós, a ponto de cruz, sobre talagarça, interessantes pelo colorido e variedades de motivos.

Bordados a matiz de cores tão bem combinadas e esbatidas que folhas e flores têm naturalidade e a frescura que lhes dá o brilho dos ténues fios de seda com que foram executados.

Bordados a lã, a cabelo, a escumilha.

Preciosos bordados a ouro, ouro velho, brilhante, cada vez mais belo.

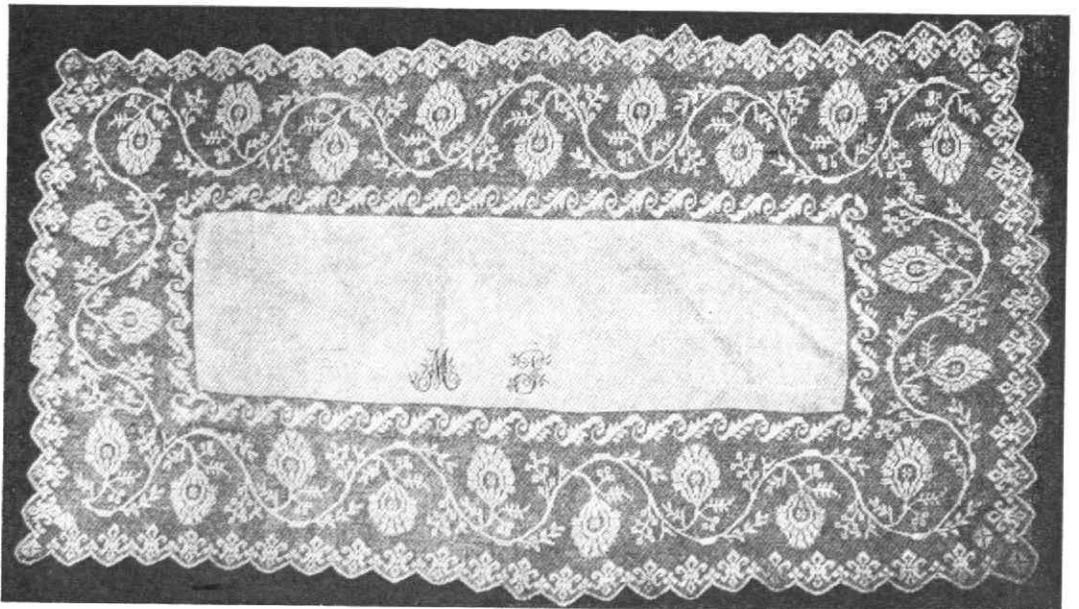
Mãos delicadas de senhoras nossas conterrâneas bordaram a ouro e seda, sobre preciosos tecidos, bandeiras, pendões, túnicas e mantos de santos e santas sanefas de andores, baldaquinos, paramentos que ainda hoje enriquecem as festividades religiosas ou são guardados como relíquias de família.

RENDAS

Mulheres e rendas sempre foram inseparáveis. Usavam-nas dos pés à cabeça. As meias arrendadas de linho branco contrastavam com o negro da chineliha de bico e a orla da saia preta, assim como as dos alvos lenços de cambraia e das pescoceiras das roupinhas sobressaiam nas cabeleiras negras.

Elas gostavam de as usar e também de as fazer: rendas de duas agulhas e de uma só, rendas finas e rendas grossas para as mais variadas aplicações.

Como rainhas, as rendas de bilros. Estes, bem torneados, alguns de marfim, regidos por mãos hábeis, dançavam sobre os «piques» a toque de castanholas e iam despindo o fio de linho que os envolvia para criar rendas maravilhosas — espuma delicada que guarnece



Toalha de mesa

as mais lindas roupas como as ondas bordam a areia da praia.

FLORES

Ovar sempre foi, e é, terra de muitas flores. As mulheres amam-nas e cultivam-nas.

Na falta de jardim há vasos de barro, que oleiros a dar à roda sempre os houve na nossa terra, e em qualquer cantinho bate um raio de sol.

Vê-las, sentir-lhes o perfume dá prazer. Mas fazê-las com as próprias mãos (de seda, de veludo, de cera, de gaze, de escamas de peixe, ou mesmo de papel), imitar com arte a obra de Deus é dom de artista que não faltou às nossas avós.

Fizeram-se flores tão belas, tão naturais, que não houve coragem de as deitar fora. Já velhinhas, são ciosamente guardadas, razão por que não faltaram na Exposição de Artesanato.

As flores artificiais eram indispensáveis nas silvas dos andores, nos palmitos que donzelas e crianças levavam no caixão, nas jarras das igrejas e oratórios, nos ramos de noiva, nas coroas funerárias e na ornamentação da casa.

Lógico era, portanto, que houvesse muitas floristas em Ovar, entre as quais uma se distinguiu e deixou fama — Rosa Brites.

Já velhinha, teve a alegria da saber que flores da sua autoria, enviadas sem seu conhecimento á Exposição de Paris de 1900 por alguém que soubera devidamente apreciá-las, tinham conquistado, naquele exigente certame, uma Menção Honrosa cujo diploma lhe foi enviado.

Interrogada sobre como, onde e com quem aprendera tais primores, respondeu simplesmente:

— Mas... o meu Mestre é o meu jardim!

*
* * *

Que o eco longínquo da voz desta artista desperte na sensibilidade das mulheres vareiras o interesse e o zelo pela conservação de tantas preciosidades, julgadas inúteis, que se vão perdendo e que tão bem ficariam no Museu de Ovar, o seu Museu!...

E calem-se já os pobres e difusos «ecos de uma exposição de arte vareira» para que, bem alto e bem longe, possa ressoar este apelo.

bibRIA





T R O F A

Fot. Abílio Hipólito

Estátua orante de Duarte de Lemos († 1558). Escultura atribuída a Hodarte (C.º 1534).

As "Janeiras", as "Pastoras" e os "Reis"

Pelo Dr. António Tavares Simões Capão

Professor do Liceu Nacional de Aveiro

OS REIS MAGOS

MANUSCRITO DA ALDEIA DA PALHAÇA

(Cont. do n.º 2)

O dia 6 de Janeiro nasceu cheio de luz; as nuvens não turvaram o firmamento, ameaçando chuva, por isso, fomos assistir ao cortejo dos **Reises** à Palhaça.

É uma peça de teatro representada ao ar livre; o palco onde corre a cena é a aldeia inteira; os figurantes são numerosos, pois de cada casa vai uma pessoa, vestida com traje especial, levando a sua oferta.

Num largo onde vão dar três caminhos, começa a apinhar-se o povo não só da aldeia mas das povoações vizinhas; os carros de bois e as caminhetas, ornamentados, ostentam os produtos da aldeia, e, representando as suas indústrias, começam a dispor-se em fila.

Aí por volta das onze horas, duas personagens coroadas e ricamente vestidas, montadas em cavalos bem ajaezados, vindo por caminhos opostos, encontram-se no largo; cada rei traz após si um grupo de pastores com as suas ofertas; são essas duas personagens o rei Baltazar da Arábia e Gaspar da Pérsia que pouco depois se juntarão a Belchior do Egipto.

A representação começa pouco antes do encontro dos três reis, quando Simeão, saindo da sua cabana, vem ao encontro do Anjo que segura a estrela.

PERSONAGENS PRINCIPAIS (1)

O velho Simeão
Anjo anunciador
Anjo Gabriel
Baltazar da Arábia
Gaspar da Pérsia
Belchior do Egipto
Herodes
Guarda de Herodes
Cingo
Doutores da Lei
Pastores

O velho Simeão, vindo até junto do Anjo, estabelece com ele o seguinte diálogo:

SIMEÃO — Tu da corte celeste, virás tu dar-nos a grande nova da profecia de Daniel? Ter-se-á cumprido a palavra do **Sinhor**? Terá nascido o tão desejado Messias que é todo o nosso pensamento, toda a nossa esperança? Serão dignas as nossas lágrimas, o nosso cativo e a nossa dor?

ANJO ANUNCIADOR — Sim, tu o disseste. Caminha para a cidade de David, que Gabriel vos dirá onde deveis encontrar o Menino, louro como espigas, puro como os céus, brilhante como as estrelas! Esse é o Messias.

SIMEÃO — **Sinhor**, eu vos dou graças em nome do povo de Israel, o povo que vós escolhestes para vos amar e servir, desde a hora em que Jacob foi o vosso mais humilde servo. Ah! Foi chegada a hora em que apareceu o Messias!

Entretanto dirige-se para o Anjo Gabriel:

SIMEÃO — Quem és?

ANJO GABRIEL — Chamam-me Gabriel e venho das margens do Tibre⁽²⁾, guiando três Reis Magos que abandonaram a populosa cidade Selêucia para me seguirem. (**O Anjo segue o seu caminho**).

SIMEÃO (**continuando atrás dele, pergunta-lhe**) — Vens acaso livrar-nos da opressão dos romanos?

ANJO GABRIEL — Venho anunciar-vos o Messias prometido que acaba de nascer; Glória a Deus nas alturas e paz aos homens, na terra, de boa vontade; glória e paz, glória a Deus e paz na terra... Não temais, porque venho trazer-vos uma boa nova: é que hoje na cidade de David nos nasceu um Salvador, que é Cristo, a quem achareis envolto em panos, deitado numa maniedoura.

SIMEÃO — Antes de te retirares, dize-nos ao menos quem és.

ANJO GABRIEL — Eu? Sou um Anjo emissário de Deus sobre a terra.

SIMEÃO — Abraam, Abraam... Deus quer sem dúvida que voltem os teus bons tempos, pois o sol começa a raiar por detrás das azuladas montanhas que servem de pedestal ao sagrado bosque da Natureza. Cantai aves do Oriente, das altas copas das árvores que vos servem de ninho; estendei as vossas asas, porque já o Zéfiro matinal beija as vossas macias plumas...

Rosas de Jerichó... perfumadas ervas do Carmelo, delicadas flores de Zabulon, violetas do Jordão... estendei, sobre a terra, o perfume dos vossos cálices, porque já a delicada aurora derrama sobre vós o cristalino rocío que vos sustenta e aformeseia. Perfumai a terra, porque o céu puro e radiante se sorri sobre vós; verdes palmeiras de Jerusalém, associai-vos também, porque nunca dia tão belo, tão risonho, estendeu sobre a fértil Palestina os seus radiantes esplendores, a sua poética e formosa luz. Mulheres de Belém, mostrai-vos alegres e prazenteiras e caminhaí para a cidade de David, como se fosseis⁽³⁾ à Festa dos Ázimos da cidade santa, porque os anjos acabam de descer do céu à terra para visitarem os homens. Glória a Deus lá nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade.

pe⁽⁴⁾ e dos plainos de Suza⁽⁵⁾ da Pérsia. Depois de longas viagens, através de diferentes caminhos, aqui nos encontramos nós. De noite, acampámos nos campos de Senear...

BALTAZAR — Saudo-vos, amigo; Deus é grande.

GASPAR — Que fazeis vós aqui?

BALTAZAR — Majestade, uma estrela me apareceu à vista, na Arábia; a estrela do Messias Salvador; ela deve conduzir-me ao seu berço; hei-de segui-la, enquanto brilhar diante de mim; não a percamos de vista, que ela marcará o termo da nossa peregrinação.

OS DOIS REIS SAUDAM-SE E SEGUEM AO ENCONTRO DO REI BELCHIOR

BELCHIOR — Saudo-vos, majestades, Deus é grande.

GASPAR — Que fazeis vós aqui?

BELCHIOR — Uma estrela apareceu à vista nas paragens do sábio Egipto donde eu sou; nós, os homens da minha cor, também temos fé; os homens do meu país são tão dignos com os imperadores de Roma. Lá



Grupo de pastores, ao lado dos quais se encontra a figura do velho Simeão com a sua cabaça.

ENCONTRO DOS REIS MAGOS

BALTAZAR (encontrando-se com o rei Gaspar) — Saudo-vos Majestade, amigável e respeitosamente; o que fazeis e para onde vos dirigis?

GASPAR — Majestade, vimos das margens do Idas-

na minha Pátria, que é distante, existe o sinal do **Sinhor**, porque foi visto pelos meus sábios e eu próprio vi. E, ao ver esse maravilhoso astro, o tenho seguido, debaixo de sol escaldante, atravessando imensas montanhas, cobertas de enormes fragas e abismos. Depois de muito cansado, o maravilhoso astro desapareceu-me

aqui, próximo das planícies de Senear. E vós que fazeis aqui?

BALTAZAR—Oh! milagre! milagre! Está provado que todos estamos para o mesmo fim. O astro bendito, já que nos guiaste até aqui por caminhos tão espinho-

sos, guia-nos, agora, até ao fim da nossa peregrinação, para assim termos a dita de chegar ao berço do teu adorado filho.

No fim deste quadro canta o Anjo, depois do que cantam e dançam os pastorinhos.

CANÇÃO DO ANJO (6)

O céu é minha morada
quem me dera lá estar,
com minha Mãe adorada,
para eternamente gozar.

O céu é minha morada
vou viver com o meu Rei;
feliz para sempre serei,
com a minha alma sempre arroubada.

CORO

Vamos todos, pastorinhos,
à lapinha de Belém.
adorar o Deus-Menino,
nos braços da Virgem-Mãe.

CANÇÃO DO ANJO

Muito lento

The musical score is written on a single staff in 2/4 time with a key signature of one flat (B-flat). The tempo is marked 'Muito lento'. The lyrics are written below the notes, with some words hyphenated across lines. A large, semi-transparent watermark 'BIBLIOTECA' is overlaid on the score.

O Céu é mi-nha mo-ra-da Quem me
de-ra lá es-tar com mi-nha Mãe a-do-
ra-da para ter-na-men-te go-zar. Va-mos
to-dos pas-to-ri-nhos à la-pi-nha de Be-
lém a-do-rar o Deus Me-ni-no nos
bra-ços da Vir-gem Mãe.

MARCHA INFANTIL

Esta marcha exhibe-se em cima do carro em que cantou o Anjo Anunciador; nela tomam parte crianças dos dois sexos, com vestuário regional, tendo sido previamente ensaiados.

PASTORINHOS DO DESERTO

I

Com nosso rancho marchamos
por essas serras além,
guiados por uma estrela
que nos guia até Belém.

CORO

Pastorinhos do deserto,
correi todos, vinde ver
a pobreza do presépio
onde Jesus quis nascer.

II

Cantam Anjos nas alturas
glória Deus Redentor;
e na terr'as criaturas
cantam hinos ao Senhor.

IV

Já brilha no firmamento
a estrela d'alvo fulgor
vamos todos, pastorinhos,
adorar o Redentor.

III

Com nossas pobres ofertas
ligeiros e sem demora
vamos beijar o Menino
e beijar Nossa Senhora.

V

Já cá temos nosso Rei,
correi todos, vinde ver,
à lapinha de Belém,
onde Jesus quis nascer.

CORO...

Tempo de marcha

Lento

PASTORINHOS DO DESERTO

Pas-to ri-nhos do de-ser-to cor-rei to-dos
vin-de ver a po-bre-za do pre-sé-pio
on-de Je-sus quis nas-cer Can-tam An-jos
nas al-tu-ras glo-ri-a Deus Re-den-tor
e na ter-r'as cri-a-tu-ras Can-tam hi-nos
ao Se-nhor

Depois disto, os três reis encorporaram-se no cortejo, e seguem juntos para o palácio de Herodes; ao aproximarem-se, brada-se às armas ⁽⁷⁾; e, depois de cumpridas as formalidades militares, aparece o escravo de Herodes, que começa o seguinte diálogo com os Reis Magos:

à presença de Herodes, dizendo:— Meu rei e meu senhor, os ilustres estrangeiros declararam que apenas trazem a sua espada. ⁽⁸⁾

HERODES — Cingo, manda-os aproximar, que tenho imenso prazer em receber esses senhores.



Em primeiro plano o Chefe da guarda do palácio de Herodes e respectivos soldados.
Ao fundo, Herodes, na tribuna, Cingo e doutores da Lei.

CINGO — Ilustres estrangeiros, fazei aito, que eu vou prevenir a Herodes da vossa chegada. **(Bate à porta e Herodes responde de dentro).**

HERODES — Quem está?

CINGO — Sou eu, meu rei e meu Senhor, o vosso escravo Cingo.

HERODES — Ah! És tu, Cingo? Que novas me trazes?

CINGO — Meu rei e meu senhor, esta noite, chegaram às portas de Damasco três ilustres estrangeiros, que, a julgar pelos seus trajes e linguagem, parecem de longes terras e informaram-se dum rei nascido, que dizem para felicidade de Israel.

HERODES — Vêm para paz ou vêm para guerra?

CINGO **(voltando à presença dos reis, pergunta:)** — Ilustres estrangeiros, vindes para paz ou para guerra?

OS TRÊS REIS **(respondendo em coro)** — Vimos para paz...

CINGO **(voltando ao palácio)** — Meu rei e meu Senhor, dizem que vêm para paz.

HERODES — Vêm armados?

CINGO **(voltando à presença dos reis)** — Ilustres estrangeiros, vindes armados?

OS TRÊS REIS — Apenas trazemos uma espada.

CINGO **(depois de passar revista aos Reis, volta**

CINGO **(voltando de novo à presença dos Reis Magos)** — Ilustres estrangeiros, Herodes, meu senhor e grande rei de Judá, manda que se aproximem, pois tem imenso prazer em vos receber. **(Volta ao palácio de Herodes e diz:)** Meu rei e meu senhor, cumpridas as vossas ordens, aqui tendes os três ilustres estrangeiros...

HERODES **(Sai do palácio e saúda os Magos)** — Ilustres estrangeiros, quem sois, a que vindes, o que há de extraordinário que vos faz viajar pelos meus domínios?

GASPAR — Majestade, somos os Magos do Oriente: eu sou Gaspar, rei de Idaspe e senhor da Pérsia; tudo no meu país é grande e magestoso. Já vimos caminhando durante uma lua inteira; descemos as margens do Eufrates, depois atravessámos a Mesopotâmia; passámos à Síria através de ardentes solidões. Fomos passar em Palmira, cidade de Salomão; aí, demorámos um dia a saudar essa rainha do deserto. Vimos a soberba Damasco sob as montanhas do Hérmon, descemos à Galileia superior, onde tomámos a estrada real que nos conduzia à tua ⁽⁹⁾ cidade de Jerusalém. Através das planícies do Jordão e dos rochedos de Judá, em busca do Messias prometido, porque uma estrela nos anunciou o seu nascimento. ⁽¹⁰⁾

HERODES — E tu quem és?

BALTAZAR — Majestade, eu sou Baltazar, rei da Arábia. Lá no meu país foi visto por mim e pelos meus astrónomos o sinal do **Sinhor**; segui-o através de diferentes caminhos e penosas viagens e desapareceu-me aqui, próximo da tua cidade; em todos os sítios por onde passávamos, perguntávamos pelo Messias Salvador e ninguém nos sabia dar o mais pequeno esclarecimento.

BELCHIOR — Majestade, procuramos aquele que os sábios têm anunciado dizendo: uma nova estrela há-de surgir nos céus. Nós, que a descobrimos, e ela nos fez reunir nos campos do Senear, sendo nós de diferentes terras: Gaspar de Idaspe; Baltazar da Arábia, e eu, Belchior do Egipto. Seguimo-la até próximo da tua ⁽¹¹⁾ cidade de Jerusalém, onde deixou de brilhar diante de nós.

BALTAZAR — Pensamos, senhor, que o rei prometido a nossos pais, está dentro destas muralhas; se nos enganámos, desenganai-nos.

HERODES — Porventura aos ilustres **Babilónios** ⁽¹²⁾ interessa-lhe ⁽¹³⁾ a sorte de um povo que não é o seu?

BELCHIOR — Ninguém pode fazer acreditar aos incrédulos nas misteriosas revelações do criador do Universo.

HERODES — A fé não falta a Herodes.

BELCHIOR — Então acredita que o formoso astro nos apareceu no Oriente.

HERODES — Durante a noite?

BELCHIOR — Noite e dia, brilhou sobre a cabeça dos nossos cavalos, guiando-nos com a sua luz os nossos passos até Jerusalém, onde desapareceu.

HERODES — Mostrai-me um ponto do céu, onde brilha essa estrela, quero vê-la.

BELCHIOR — Impossível, impossível! O formoso astro desapareceu-nos, quando chegámos perto da tua cidade.

HERODES — E para que a buscais assim com tanto empenho?

BELCHIOR — Fara depositar a seus pés ouro fino como a príncipe, mirra como a homem, incenso como a Deus; beijar-lhe os seus pés, render-lhe vassalagem e adorá-lo, como merece um enviado dos céus.

HERODES (**para Cingo**) — Cingo, vai-me chamar os sábios Doutores da Lei, quero ver o que eles me dizem acerca do nascimento desse Messias.

CINGO — (**Vai ao palácio chamar os doutores da lei voltando com eles à presença de Herodes, dizendo:**) — Meu rei e meu senhor, cumpridas as vossas ordens, aqui tendes os sábios Doutores da Lei.

HERODES — Ilustres doutores, dizei-me o que rezam as profecias acerca do nascimento desse Messias?

Estes, então informam Herodes de que o Messias nasceu em Belém de Judá. ⁽¹⁴⁾

Depois da leitura feita pelos Doutores da Lei, Herodes diz:

HERODES — Ilustres estrangeiros, poderosos reis do Oriente, sábios e grandes **Caldeus** ⁽¹⁵⁾, apresento-vos as minhas leais e sinceras homenagens. Agradeço-vos a vossa visita ao meu país. Podeis contar com a melhor protecção das minhas legiões que desde já ponho ao vosso dispor. O caminho que deveis seguir é este. Segui, pois, a vossa jornada até Belém. E se vós encontrardes esse Rei, esse Messias como vós lhe chamais, voltai de novo à minha presença que eu também o quero ir adorar. Esta coroa é minha, este ceptro pertence-me. Ai daquele que tentar apoderar-se de ti (**fala para o ceptro**). Cingo, acompanha-me à minha **cambra** ⁽¹⁶⁾, para assim **compires** ⁽¹⁷⁾ as minhas ordens.



...este ceptro pertence-me.

O vestuário difere de ano para ano nesta representação; repare-se no vestuário do chefe da guarda e de Cingo.

Depois disto, os Reis vão em procura da estrela, e, não a encontrando, voltam de novo ao palácio de Herodes, onde o rei Gaspar, indignado, com a sua falsidade, profere o seguinte discurso, terminado o qual, se dirige o cortejo para a igreja da freguesia; mas antes há uma referência à matança dos inocentes por meio da declamação do anjo. Nesta cena, podemos considerar dois quadros: a) Referência à matança dos inocentes, por meio da declamação do Anjo; b) A exaltação dos Magos por terem sido traídos por Herodes, através das palavras enérgicas do Rei Gaspar:

a) DECLAMAÇÃO DO ANJO (18)

I	IX
Descido dos celestes coros, Por Deus mandado escutar Da infância as queixas, os [choros, Para Ihes ir confiar.	— Onde ides? Quem vos [persegue? A que tormentas fugis? Um que, triste, o bando segue, Estas palavras me diz:
II	X
Desci. Na terra, nos mares Tanta miséria incontri Que os meus magoados olhares Da terra e mar desviei.	— Somos as almas d'infantes Mortos em guerra feroz; Somos corpos triunfantes Fugidos da vida atroz.
III	XI
Desci. E tantos gemidos Tão dolorosos ouvi, Que, turvados os sentidos, Quis recuar, mas descí.	Nesta linda cidade, Tão cerrada, penetrei; Ai! Da fera humanidade Os meus olhos desviei.
IV	XII
Nesta crueza de dores Pelo mundo todo andei; No pranto dos pecadores As minhas vestes molhei.	Que pena! Corre nas praças Sanguinária multidão; Como nuvem de desgraças, As crianças em botão.
V	XIII
Vagueando dias e dias Chegara a Judeia, enfim, Quando um clamor d'agonias Veio de longe até mim.	Caem por terra sem vida Ternas crianças, às mil; E uma turba enfurecida Corre a matança febril.
VI	XIV
Um sol, um sol inflamado Dessas terras orientais, E no disco afogueado Não sei qu'estranhos sinais.	As mães pálidas, chorosas, Suplicam, pedem em vão; Nessas feras sanguinosas Não palpita o coração.
VII	XV
Suavemente distantes, Sinistros casos de dor: Choros de mães de infantes, Cantos de morte e terror.	Outras tentam, no delírio, Os seus filhos disputar; E com eles, no martírio, Gostosas se vão juntar.
VIII	XVI
Biliões de asas nevadas Em bando subiam ao céu, Quais pombas amedrontadas Fugindo à voz do escarcéu.	Sobre a terra ensanguentada. Eu, soluçando, ajoelhei; E d'intensa dor magoadas A Deus piedade implorei.

XVII

Chegada à pressa, uma estrela
No horizonte **espontou**;
Pura, cintilante, bela,
O caminho me traçou.

XIX

Minha colheita de dores
Naquele lindo berço a pus;
Não habituada a rigores,
Pedi **retrédo** a Jesus.

XVIII

A uma escondida estância
Da venturosa Belém
Cheguei; vi um Deus na
[infância,
Nos ternos braços da Mãe.

XX

No doce olhar do infante,
Pairou suave fulgor;
Foi a aurora radiante
Qu'anunciou o Redentor.

b) A EXALTAÇÃO DOS MAGOS

GASPAR—A estrela, a estrela além, a nossa estrela. Senhor, como são grandes os vossos designios, pois nos tens provado, que, por maior e poderoso que seja o homem, por mais forte e majestoso que seja o rei, nenhum será tão grande e tão forte como vós (19), Senhor!

Herodes, grande rei, senhor das doze tribos de Israel, poderoso rei de Judá, grande aliado de César Augusto, Imperador de Roma, senhor do mundo, a quem quase todos os povos e nações se têm curvado e pagam o seu tributo; mas que vale ser grande se Deus nos confunde? Que vale a força, sem o poder de Deus? Herodes, grande rei, Deus não quis que tu soubesses ocultar a tua malícia aos **caldeus** (20) do Oriente. Ainda há pouco nos apontaste um caminho, com o fim de nos enganares; foste-nos infiel, Herodes, mas Deus deixou-nos ver a tua maldade; Deus quer que se cumpra a sua palavra; que a passagem dos reis do Oriente: Arábia, Idaspe e Egipto (21), pela tua nação, seja uma vitória inconfundível, porque, muitas vezes, não é com o poder de grandes legiões que se ganham batalhas. A nossa passagem pelo teu país, ficará gravada nas páginas da história universal, através dos futuros séculos. Nós, os Magos do Oriente, não vimos ao teu país buscar o teu ouro nem as tuas grandezas; nós, os Magos, não queremos as tuas legiões para nosso auxílio; nós não queremos a tua aliança para nossa defesa; nos nossos países não costumamos usar do sangue das vítimas nem de humilhar o fraco para distração do verdugo. Vimos ao teu país como peregrinos, não como guerreiros; não temos interesse em derramar sangue inocente nem em alargar os nossos domínios; a nossa vontade é a vontade de Deus todo poderoso. Em Deus existe todo o poder; de Deus vem tudo quanto é grande e sublime; nós respeitamos esta pátria imortal de David. Senhor, (22) guia-nos até Belém, que é lá onde devemos encontrar o berço do teu santo filho, a **que** (23) beijaremos os seus pés e adoraremos o seu corpo.

Companheiros meus, como irmãos, eis a nossa ditosa companheira, eis o astro que novamente nos aparece, o sol dourado, que, escalando as altas montanhas das

nossas pátrias, veio nascer sobre os altos minaretes dos nossos castelos; e, penetrando as janelas dos nossos palácios, veio dar-nos o sagrado aviso de que a devemos de seguir; **seguimo-la** ⁽²⁴⁾, pois; **Ávante**, companheiros, por Deus, por Deus e pela nossa fé.

como na Festa de Ázimos, cantai como na Festa dos Tabernáculos, derramai óleos e essências, como nas bodas dos príncipes, porque tudo isto, e quanto façais em honra à sua anelada vinda, será pobre, será mesquinho, para obsequiar o Messias que foi anunciado



Os Magos seguem a caminho do templo.

DISCURSO DOS REIS MAGOS À FRENTE DA IGREJA

GASPAR—Eis que o fulgurante astro luminoso e divino parou e não ousa ir mais além. **Firmamo-nos** ⁽²⁵⁾ bem no centro da estrela e vejamos que o menino que apareceu nas longínquas terras orientais é o mesmo que se nos depara no meio desse astro luminoso e divino. ⁽²⁶⁾

Senhor, nós vos damos graças, por nos teres guiado até junto do berço do teu santo filho, e porque nos fizeste chegar ao fim de tão penosa, mas santa peregrinação. ^(26a)

Ó povo de Israel, venturosos descendentes de Abraão e de Jacob, já sobre a venturosa terra de Judá, desceu o Deus forte, o Deus poderoso que há-de levar o glorioso estandarte por todo o Oriente. Olhai-o, é este o vaso humano que contemplam os vossos felizes olhos e encerra o ser imortal e poderoso de Jeová.

Semeai flores e palmas ante os passos de sua santa Mãe; cantai cânticos ⁽²⁷⁾ de Hossana pela glória do filho. Correi piedosas mulheres, justos **acólitas** ⁽²⁸⁾, sábios sacerdotes, poderosos escribas, correi e espalhai tão fausta nova pelos dilatados confins da Palestina. Filhos de Jerusalém, vesti vossas galas, adornai-vos,

pelo profeta Daniel, há sete séculos; do Messias, por quem, tão ansiosos, esperavam nossos pais, que não tiveram a dita de ver cumprida a palavra do Senhor. Mas nós, os Magos do Oriente ⁽²⁹⁾, quis Deus que os nossos olhos vissem este dia tão belo que ficará cinzelado para sempre nas sagradas páginas dos livros santos. Por tudo isto, desçamos das nossas selas e vamos oferecer-lhe o nosso ouro, o nosso incenso e a nossa mirra.

BALTAZAR—Israel, Israel, povo escolhido do **Sinhor**, de entre vós acaba de nascer o tão desejado Messias; acaba-se de cumprir a palavra de Jacob; lá na minha real casa, existe um livro que eu e os meus vassalos veneramos com todo o respeito, porque vem das tradições hebraicas e diz, num dos seus capítulos, que, da árvore de David, nascerá o redentor do mundo; que será dado à luz por uma virgem, e eis que, dentro em pouco, virá aquele por quem vós tanto suspirais; e nós vos rendemos graças, **Sinhor**, por nos teres ⁽³⁰⁾ dado vida, força e coragem, através de tão longos caminhos e tão penosas viagens, para assim termos a dita de chegarmos ao berço do teu santo filho; para lhe oferecermos as nossas ofertas ⁽³¹⁾: ouro, incenso e mirra; por isso, os nossos corações cheios de júbilo e alegria não cessam de excluir: graças vos rendemos,

Um aspecto do cortejo, que, com muita animação, se aproxima da igreja.



ó Deus todo poderoso, rei do universo, que assim escolheste estes três guias do teu povo, pare lhe ⁽³²⁾ mostrares as grandezas do teu enviado que resgatará os povos e as nações da escravidão dos pagãos e dos gentios.

BELCHIOR—**Sinhor**, Deus de Isac, Abraão e de Jacob, vós quisestes, ó grande Jeová, que o meu povo tivesse também lugar no vosso reino. Eis Helipolis ⁽³³⁾, capital da minha pátria, cidade do sol, com seus galhardos minarettes, pérola do Egipto, cidade natal de Moisés, onde os seus profetas vos ergueram um templo à semelhança da vossa casa santa de Jerusalém. Vós sabeis, **Sinhor**, que tudo, no meu país, é grande e majestoso; é lá que se criam os cavalos para servir nas legiões de Roma; e é lá que vão buscar perfumes para ungir os mortos; também lá foi visto o sinal do **Sinhor**; e essa estrela maravilhosa vós a fizeste ⁽³⁴⁾ aparecer no meu país, com um brilho incomparável até hoje desconhecido pelos meus sábios.

Como é grande o vosso poder, **Sinhor!**

Companheiros meus, como irmãos, reverentes e compenetrados, desçamos das nossas selas para oferecer ao Deus-Menino o nosso incenso, a nossa mirra e o nosso ouro, por Deus e pela nossa fé.

A porta da igreja está armado um presépio grande, com duas crianças simbolizando Nossa Senhora e S. José; antes de os reis desmontarem, o velho Simeão torna a falar:

SIMEÃO (fala junto do presépio, à porta da igreja) — Agora é que vós, **Sinhor**, podereis deixar morrer em paz este vosso humilde servo, pois que os meus olhos viram o Salvador que vós nos destes e a quem destinais para estar exposto à vista de todos os povos, como a luz das nações e a glória de Israel.

Este é o Salvador do homem, o facho divino que veio derramar os claros raios da sua luz, sobre as espessas trevas que envolvem a humanidade.

Ó mãe feliz! Teu santo filho será o sol resplandecente que dissipará as trevas de Israel; objecto de glória para uns, motivo de perdição para outros; o seu santo nome será o alimento do fraco e o temor do forte; e tu, ó Santa Mãe, que o trouxeste no teu seio bendito, verás trespassada a tua alma maternal pela acerada ponta de uma espada. Tu és a mãe do Messias, deixa que beije as suas santas mãos (**vai beijar o Menino e, depois, diz:**)

Bendito seja para sempre o nome do teu santo filho que se chamará Jesus.



O velho Simeão fala junto ao presépio vivo, no adro da igreja.

A VIDA DO CORTEJO

Depois do encontro dos Reis Magos, um anjo sobe entre a verdura de um carro engalanado e canta uns versos acompanhados a música. Cf. p. 4.

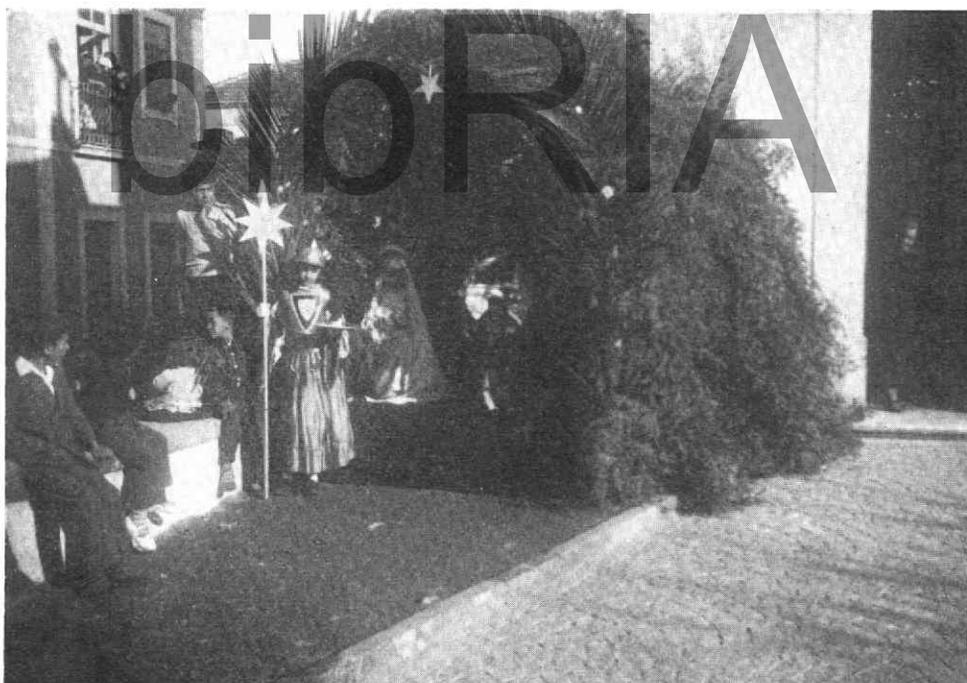
Nos intervalos em que não falam os Reis, exibem-se ranchos de crianças, e outras danças, entre as quais se destaca a dança do Rei David; este dança com os seus cortezãos, ao som da harpa, que ele próprio tango. A música desta dança composta para esse fim, não tem letra e apresenta duas variantes.⁽³⁵⁾

Em conjunto, cantam, todos, os versos adaptados ao assunto, por vezes belíssimos; o cortejo, cheio de cor e vida, desliza pelas ruas, lentamente, ao som de cânticos festivos referentes ao Natal.

Pastores, englobando homens e mulheres, cantam,

muito compenetrados do seu papel. Aparecem vestimentas de todos os géneros; desde o garrido e alegre vestuário da minhota, até à antiga vestimenta austera da região, composta por chapéu de aba larga, mantéu e saia de serguilha. Aparecem raparigas vestidas de peixeiras, de galinheiras da Murtosa; rapazes enfarinados, fazendo de moleiros, ou levando a serra grande dos serradores ambulantes, ou ainda, levando ao ombro uma espingarda, um cinturão cheio de cartuchos à cinta, e, pendurados deste, dois ou três coelhos vivos, caçados no curral...

É um dia alegre, o dos Reis Magos; mesmo aqueles que nada deram como oferta, não faltam à arrematação para comprarem alguma, concorrendo assim; e isto não se dá só com as pessoas da terra, mas com a gente de todas as povoações vizinhas.



Presépio vivo montado à porta da igreja, onde a estrela parou.

DANÇA DO REI DAVID



bibRIA



O rei David com a harpa e os componentes da sua dança. Este é um dos grupos ana crônicos da representação dos Magos.



O rei David e o seu séquito dançando ao som da harpa.

POESIAS CANTADAS PELOS PASTORES NO CORTEJO DOS REIS (36)

bibLIA

I
Ultimamente é chegado
o tempo das profecias
anunciaram a vinda
do sacrossanto Messias.

II
Glória a Deus lá nas alturas,
diz o Anjo do Senhor.
Paz aos homens, sobre a terra,
Já nasceu o Redentor.

III
Na terra da Palestina,
nasceu o manso Cordeiro
a quem, hoje, o povo crente
Chama Cristo Verdadeiro.

IV
Vêm nobres, ricos e plebeus
vem também os povoléus
adorar o Deus-Menino
que nasceu entre os hebreus.

V
Foram a casa de Herodes,
por ser o maior reinado,
que lhes ensinasse o caminho,
onde foram enganados.

VI
Herodes, como malvado,
como preverso, maligno,
às avessas ensinou
aos santos Reis o caminho.

VII
Mas os Reis, que eram santos,
uma estrela os guiou;
só ao pé da cabaninha
a estrelinha parou.

VIII
Pelo Anjo S. Gabriel
mandou Deus anunciar
que do ventre duma Virgem
Viria o Verbo encarnar.

IX
Do mundo fujam as trevas
desta triste escravidão;
já rompeu a aurora bela
que nos trouxe a rendenção.

X
Mandou Deus anunciar
pelo profeta Isaías
que do ventre duma Virgem
viria o santo Messias.

XI
Que os nossos tronos deixámos
sem nisso sentir pesar,
pela grande fé que temos
de Jesus ir adorar.



Raparigas vestidas com fatos garridos do tipo minhoto que tomaram parte no cortejo, levando as suas ofertas

O TEMPO DAS PROFESSIAS

Tempo de marcha lento.

Úl-ti-----ma úl-ti-----ma-men-t' é che-ga-----do o tem-----po o tem-----
 po das profe-----ci-----as a-nun-----ci a-nun-----ci-a-ram a vin-da
 do sa-----cro do sa-----crossanto Mes-----si-----as.



Grupo que tomou parte no cortejo; mulher vestida com traje antigo: chapéu de aba larga, lenço, mantéu ou capoteira e saia de sergilha de oito varas. No cesto de vime de duas cores, tem a roca e o fuso.

Note-se a algibeira da rapariga maior que é de várias cores.

JÁ NÃO HÁ QUE PERDER TEMPO

I

Já não há que perder tempo,
 lá está o astro divino
 que sempre nos tem guiado;
 seguimos nosso caminho.

II
 CORO

Vamos pastores e reis
 não tenhamos mais demora
 o Messias é chegado,
 ditoso quem o adora.

III

Somos lá do Oriente
 viemos, com toda a nossa fé,
 em procura do rei dos reis,
 queremos-lhe beijar os pés.

CORO...

IV

Já não há que perder tempo,
 é chegado o Redentor;
 vamos, alegres, exultá-lo,
 que vem em nosso favor.

CORO...

V

Senhores não se admirem,
 é verdade incontestável;
 lá nas terras de Belém
 nasceu o Messias amável.

CORO...

VI

Adeus, ó Jerusalém,
 Já é tempo de marchar
 em procura do Messias
 que tudo vem reformar.

CORO...

VII

Já sentimos suaves cheiros
 do Messias desejado,
 nossa jornada é feliz,
 tempo tão bem empregado!

CORO...

VIII

Ó Mãe de Cristo, salvai-nos;
 S. José, rogai por nós;
 Ó Deus do céu e da terra,
 recebei-nos para vós.

CORO...

IX

Vamos, com todo o respeito,
 adorar o Deus-Menino;
 Já o vimos no presépio,
 certo foi o nosso destino.

CORO...

X

Montes, vales e campos
 atravessamos sem custar,
 sem saber onde estava
 O que vamos adorar.

CORO...

XI

Ó que alegria é a nossa
 que sentimos no coração:
 ir adorar Pai e Mãe
 que há-de dar o perdão.

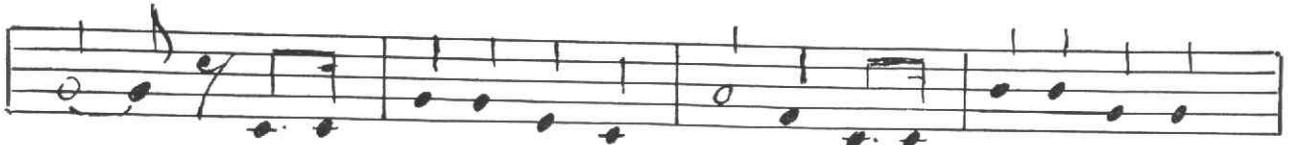
ANIMADOS PELO AMOR



A--ni--ma-dos peloa--mo-r(e)vi-si---tai a Vir--gem



Mã--e de quem nasceu o Mes--si-as no pre-----sépio de Be----



--lém can-tam an-jos nas al---tu-ras glóriá Deus Re-den--



-tor e na terrás cri-a---tu-ras cantam hi-nos ao Se----



-nhor.

Animados pelo amor
Visital a Virgem Mãe
De que nasceu o Messias
No presépio de Belém.

Cantam anjos nas alturas,
Glória a Deus Redentor;
E na terra, as criaturas
Cantam hinos ao Senhor.

NOTAS:

(1) O arranjo que vou apresentar é do Sr. Manuel Simões da Silva, um proprietário da aldeia, baseado nos papéis dos Reis de Ouca, de Nariz e na obra de Pérez Escrich, **O Mártir do Gólgota**. A recolha das músicas devo-a à dedicação incontestada do Sr. Professor Manuel Martins Belinquete.

(2) Tibre por Tigre.

(3) Notar a incorrecção do emprego da forma verbal fossem por fósseis.

(4) Por Hidaspe.

(5) Susa, capital do antigo Elam ou Susiana antigo estado vizinho da Caldeia. Os seus reis sustentaram depois Babilónia contra a Assíria. Sob o governo de Dario, este estado foi uma satrapia.

(6) Esta figura do Anjo, que no manuscrito da Borralha corresponde ao Anjo da Aparição, aparece-nos na Palhaça, no cimo de um carro todo enfeitado de verduras, informando-nos sobre a sua proveniência e convidando os pastores — tudo isto, é claro, por meio do canto, cuja música se transcreve a seguir.

(7) A guarda de honra de Herodes é formada por rapazes vestidos com as fardas modernas dos soldados que empunham espingardas caçadeiras. À frente deles está um oficial vestido com uma farda napoleónica e segurando uma espada. Pode comparar-se a fotografia inserta no final da pág. 34 com a que Armando Coimbra inclui no seu trabalho «Os Presépios ou Autos Pastoris da Figueira da Foz», p. 119.

- (8) Entenda-se cada um a sua.
- (9) Notar a discordância do tratamento: **Majestade... à tua.**
- (10) Período de construção imperfeita, pois a primeira oração não tem predicado.
- (11) Notar a discordância do tratamento.
- (12) Entenda-se: Baltazar, Gaspar e Belchior.
- (13) **lhe por lhes.**
- (14) Ver «Aveiro e o seu Distrito», n.º 2, p. 64.
- (15) O mesmo que **Babilónios.**
- (16) **Cambra** por **câmara.**
- (17) **Comprir** por **cumprir.**
- (18) Estamos perante uma composição nitidamente popular: estrofes de quatro versos de sete sílabas; alguns destes são bastante irregulares, pois, no conjunto, e para a contagem das sílabas, é necessário umas vezes fazer elisões, outras não. O assunto é religioso e constitui um tema bem vincado na tradição poética portuguesa. Pelo que na composição existe de espectacular e teatral permito-me aproximá-la, não sem vincar a pobreza de construção e de vocabulário, do extraordinário poema ultra-romântico de Soares de Passos, «Anjo da Humanidade». E, se ao ultra-romantismo também interessava o tradicional e popular, não terá este autor conhecido alguma composição do género? Ou terá o povo conhecido esse poema como conheceu o «Noivado do Sepulcro»? Qualquer das hipóteses por mim formuladas não deixa de ser aliciante.
- (19) Ver a discordância do tratamento: **Senhor... vossos... (tu) tens... vós.**

- (20) O mesmo que **babilónios**, isto é, os Reis Magos; cf. nota 12 e nota 29.
- (21) Quer dizer: da Arábia, da Pérsia e do Egipto.
- (22) Dirige-se ao céu.
- (23) Que, por quem.
- (24) **Seguimo-la** por **sigamo-la.**
- (25) **Firmamo-nos** por **firmemo-nos.**
- (26) Cf. Gil Vicente, in «Auto dos Reis Magos».
- (26a) Notar a discordância do tratamento: **Senhor... vos... teu... fizeste.**
- (27) Notar a aliteração.
- (28) **Acólita** por **acólito.** O nome passou a ser comum-de-dois.
- (29) Quer dizer: **Mas a nós, aos Magos do Oriente — é digno de se notar o anacoluto.**
- (30) Note-se a discordância de tratamento.
- (31) Presentes. Notar a aliteração.
- (32) **Lhe**, se se referir a povo, mas **lhes**, se a três guias; o emprego do **lhe** por **lhes**, aliás, tem carácter popular e arcaico.
- (33) Por **Heliopolis.**
- (34) Fenómeno de ultra-correcção: **fizeste** por **fizestes.**
- (35) Veja-se a música seguinte, uma das variantes.
- (36) Algumas composições como esta e a seguinte, são longas, isto é, formadas por muitas estrofes, o que está de acordo com o andamento lento do cortejo até à igreja.

bibRIA

Um escultor aveirense

Romão Júnior

Romão Júnior, de seu nome completo José da Maia Romão Júnior, nasceu em Aveiro a 30 de Outubro de 1878, tendo falecido na mesma cidade no dia 25 de Agosto de 1949. Filho de João da Maia Romão, outro artista aveirense, frequentou a Escola de Belas-Artes do Porto, onde seguiu os cursos de desenho, pintura e escultura. Entre outros mestres foi discípulo do grande pintor Marques de Oliveira. Na aludida Escola, teve como condiscípulo outro aveirense, Carlos Mendes.

De anotar que João da Maia Romão foi professor de desenho no nosso liceu, tendo sido grande amigo de José Estêvão. Mais tarde, seria mesmo presidente da Comissão que erigiu o monumento ao Tribuno e autor do pedestal, ou seja, da parte arquitectónica do mesmo monumento.

Romão Júnior casou no Porto, em primeiras núpcias com a grande pintora Margarida Costa, filha de outro pintor, Júlio Costa. Este Júlio Costa era, por seu turno, sobrinho de António José da Costa, o mais notável pintor de flores que tem havido em Portugal.

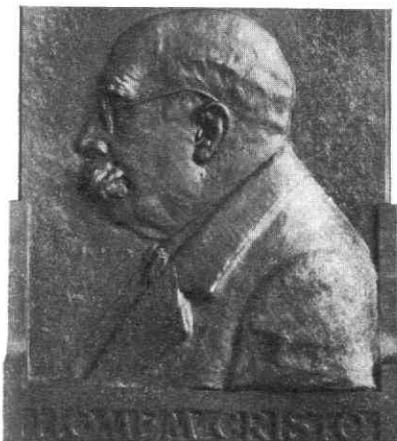
Nos primeiros anos da sua carreira artística, a de escultor, Romão Júnior participou, no Porto, em algumas exposições, sendo distinguido pela crítica. Em 1908, no Ateneu Comercial, a família referida, altamente conceituada nos meios artísticos do Porto, levou a efeito



Romão Júnior (auto retrato)

uma exposição colectiva. Enquanto António José da Costa, Júlio Costa e Margarida Costa expuseram as suas telas, Romão Júnior apresentou trabalhos de escultura.

Mais tarde fixou-se em Aveiro, passando a exercer depois, talvez em 1926, o cargo de mestre de modelação na Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira. Alguns dos seus alunos chegaram a impor-se, muito especialmente João Calisto, também já falecido.



Homem Cristo



A família de António José da Costa



O Cego de Maio

Romão Júnior é autor de numerosos trabalhos. Da primeira fase da sua vida artística destacam-se o monumento ao heróico Cego do Maio, na Fóvoa de Varzim; os bustos do jornalista Oliveira Alvarenga e do general João de Almeida (este existente num quartel da cidade da Guarda); os medalhões de Eça de Queirós, Camilo, Antero, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e Tomás Ribeiro, que se podem ver na Livraria Lello, Porto; pequenos medalhões-retrato de Guerra Junqueiro no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz, e de Manuel de Arriaga; Cavaleiro Negro, baixo-relevo; a Procissão da Miséria; a família de António José da Costa (terra-cota); os Quatro Evangelistas (baixo-relevos na capela de Mões, Castro Daire); busto de Manuel Firmino de Almeida Maia, encomendado por uma comissão e que, depois de ter estado longos anos no nosso Museu, se pode ver hoje no Jardim e Parque do Infante D. Pedro; um baixo-relevo no monumento aos Vencidos do 31 de Janeiro, no Prado do Repouso, Porto.

Pouco antes de 1930, Romão Júnior ficou impossibilitado, por doença, de utilizar a mão direita. Graças

a um milagre de vontade, habituou-se então a modelar com a mão esquerda. Desta segunda fase, e entre outros, são os seguintes trabalhos: Mário Duarte (medalhão existente no Beira-Mar) e destinado a um monumento àquele pioneiro desportivo; João Grave (medalhão-retrato na biblioteca de uma colectividade de Vagos); Homem Cristo (medalhão-retrato no Jardim-Escola «João de Deus», Lisboa); busto da República (na Escola Industrial de Aveiro); busto do próprio Artista; Dr. Alberto Soares Machado (medalhão-retrato de que é possuidora a família deste médico aveirense).

Artista de talento, dominando perfeitamente a técnica, é um nome que perdura na Arte portuguesa. Exigente consigo próprio, destruiu muitos dos trabalhos que ia modelando. Ainda assim, a sua obra é um tanto vasta, embora mal conhecida de bastantes. Deve dizer-se, e sem receio de qualquer desmentido, que a maioria dos trabalhos abandonados ou destruídos pelo Artista só lhe podia acrescentar o prestígio, que o tinha, e em alto grau, no seio dos colegas seus contemporâneos.



O Cavaleiro Negro

A propósito de um Museu de Etnografia

Por Humberto Leitão

Médico e Vice-Presidente da Junta Distrital

Desde há muito se reconhece a necessidade da criação de um Centro de Estudos Etnográficos da Região do Vouga, que teria como expressão mais concreta e imediata a instalação de um museu, na capital do distrito.

Acontece que a Junta Distrital de Aveiro sentiu o problema, e assim, aprovou na penúltima reunião do seu primeiro mandato, em 12 de Dezembro de 1963, e por alvitre do então Vice-Presidente, senhor Dr. Belchior Cardoso da Costa, a seguinte proposta:

« — Considerando que entre as atribuições que a lei administrativa comete aos Distritos e, pois, ao seu corpo administrativo, se contam as atribuições de Cultura (art.º 311.º, do Código Administrativo);

— considerando que no uso dessas atribuições de Cultura e conforme ao que se dispõe no art.º 313.º do dito Código pertence às juntas distritais deliberar, além do mais, **sobre a criação e manutenção de museus de etnografia, história e arte regional e de arquivos distritais**; e ainda e também **sobre a conservação e divulgação dos trajes e costumes regionais**;

— considerando que tem esta Junta mostrado sempre, através de deliberações de diversa ordem, particular consideração pelos assuntos da Cultura em todos os planos e, muito especialmente, no plano regional;

— considerando que é digna da maior atenção e apreço a riqueza etnográfica, histórica, artística e bibliográfica do Distrito;

— considerando que por isso muito importa defender e preservar, e valorizar devidamente tal precioso património;

— mas considerando que não dispõe o Distrito de um Museu e Arquivo à escala distrital com as características indicadas no referido art.º 313.º do Código;

— considerando por isso que assim se impõe a criação de um Museu e Arquivo Distrital nos moldes referidos na mencionada disposição de lei com o que se intenta defender e enriquecer o património cultural do Distrito;

— considerando por outro lado que, segundo a interpretação que tem sido dada, superiormente, ao art.º 314.º do Código, não é possível à Junta alargar a sua acção assistencial e por isso pode destinar ao fomento da Cultura parte apreciável das suas receitas;

— considerando, finalmente, que a instituição de museus, bibliotecas e arquivos é uma óptima forma não só de assegurar e defender mas também de promover e difundir a Cultura;

— por tais razões e outras, que por serem óbvias se omitem, tenho a honra de propor a criação e manutenção, pela Junta, de um Museu de Etnografia, História e Arte Regional, e bem assim de um Arquivo Distrital, cuja sede se deve situar na cidade de Aveiro, de preferência a construir nos terrenos da Junta, e cujo fundo inicial deverá ser constituído pelo painel «**Nossa Senhora do Mar**», da autoria do saudoso médico e artista, nosso conterrâneo, João Carlos Celestino Gomes e pela colecção completa do «**Arquivo do Distrito de Aveiro**», um e outra já adquiridos por esta Junta.

Mais tenho a honra de propor que enquanto a Junta não dispuser de edifício ou salas próprias para o Museu, sejam as espécies recolhidas no Museu da Cidade, obtendo-se, para tanto, a necessária outorização.»

A notícia desta iniciativa provocou, nos meios locais, o mais intenso regozijo e os mais rasgados louvores, por vir satisfazer uma aspiração e uma necessidade

em vários ensejos postas em relevo, conforme referiu a Imprensa.

Ao dar início aos trabalhos do segundo mandato da Junta Distrital, o seu Presidente, Sr. Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida, incumbiu-me de «apresentar relação dos nomes das pessoas que hão-de formar a Comissão que procederá ao estudo referente ao futuro Museu Etnográfico e do Arquivo Distrital», o que fiz em 25 de Março de 1964, nos termos seguintes:

«Colocado no mais fácil caminho de quem jor-
nadeia de um a outro extremo do País, elo im-
prescindível na mais rápida e directa ligação das
nossas duas grandes urbes, o Distrito de Aveiro
é, por isso mesmo, objecto de uma intensa pene-
tração,—e o Progresso, com a inevitável dila-
tação das vias de acesso, com a instalação cada
vez mais disseminada de núcleos industrializados,

numa região de forte densidade demográfica e
cheia de atractivos para o visitante, como esta é,
necessariamente contribui também para uma fácil
permeabilidade a elementos estranhos.

Deste modo, melhor que as terras do interior,
este pedaço do litoral português se torna presa
dum cosmopolitismo uniformizante dos costumes
e hábitos das suas gentes.

Dentro em pouco nada já restará do que cons-
titui a característica etnográfica da região, e isto
exactamente numa época em que todo o mundo
procura salvaguardar tudo o que seja tradição
ou pitoresco, numa simultânea exigência da Ciên-
cia e do Turismo.

De facto, nunca como hoje os problemas afec-
tos ao Homem mereceram tanto interesse aos
estudiosos; todas as manifestações humanas são
motivo de prescrutação, estudo, devassa, medita-



EMBARCAÇÕES — Apanha do molicho

De um diapositivo a cores, de Plaião Mendes

ção profunda e larga divulgação. Por outro lado, a difusão cultural faz que os próprios leigos da ciência etnográfica se sintam atraídos irresistivelmente para um assunto tão aliciante e curioso como é o da descoberta das condições de vida do seu semelhante num **habitat** diferente do seu próprio.

Portugal tem necessidade imperiosa e urgente de explorar ao máximo essas actuais correntes de interesse, e por isso, neste momento em que os problemas do Turismo são trazidos a primeiro plano, a criação do MUSEU ETNOGRÁFICO DE AVEIRO impõe-se com premência, como importante contributo para a valorização turística da região e apreciável factor cultural.

Assim o compreendeu a JUNTA DISTRITAL, e nesse sentido se propõe dar os primeiros passos atinentes à sua próxima efectivação.

Tarefa vasta, nada fácil, exige muitas e dedicadas colaborações.

Haverá, em primeiro lugar, que constituir uma comissão principal, com capacidade instaladora e coordenadora, com o fim de **instalar, recolher, expor e divulgar**.

De momento, é impossível instalar o Museu em imóvel adequado, como seria de impor-se, e, por isso, haverá de considerar o arrendamento de um edifício, em local próprio e susceptível de adaptação fácil. Será, decerto, a primeira grande dificuldade, pois em Aveiro, infelizmente, poucos prédios existem em condições de servir para este fim. Estou convencido, contudo, que a boa vontade tudo conseguirá.

Quanto aos elementos de recolha, compreende-se como será delicada a sua selecção, pelo seu grande número e variedade. Desde o Caramulo à beira-mar, desde os carvões de Fejão à região vinhateira da Bairrada, que quantidade imensa de motivos pletóricos de interesse?! São as olarias, a indumentária, as manifestações religiosas, o folclore, a história, as lendas e superstições, a Ria e as actividades afins, os homens célebres, etc., etc., etc.

Considerada esta diversidade temática e a consequente dificuldade selectiva, impõe-se criar um agrupamento de peritos, a título vitalício e por especialidade, a que darei o nome de Comissão de Consultores.

Na angariação dos elementos etnográficos devem ser interessados, obrigatoriamente, todos os Concelhos do Distrito.

Teríamos, assim, uma Comissão de Delegados Concelhios, à qual competiria o bosqueio na respectiva área e o contacto permanente com a

comissão instaladora, facilitando a consulta e o esclarecimento.

Em resumo, teríamos:

a) **COMISSÃO CENTRAL**, constituída por:

- Representante da Junta Distrital;
- Director do Museu de Arte;
- Representante da Comissão Municipal de Cultura;
- Capitão do Porto;
- Representante da publicação «Arquivo do Distrito de Aveiro».

b) **COMISSÃO DOS DELEGADOS CONCE-
LHIOS**, constituída por:

- Presidente da Câmara de cada um dos Concelhos do Distrito, ou um seu representante.

c) **COMISSÃO DE CONSULTORES**, constituída por:

- Uma ou mais individualidades, de reconhecida competência, para cada especialidade, e
- Organismos Oficiais, Sociedades Científicas, Academias ou Institutos de Estudo e Investigação, — cuja colaboração seria oportunamente solicitada».

Aprovada, por unanimidade, esta proposta, foi deliberado convidar todas as entidades nela indicadas como constituintes da Comissão Central para uma primeira troca de impressões, no dia 22 de Abril de 1964.

Do que ocorreu nessa reunião dá conta a respectiva acta, que transcrevo.

MUSEU ETNOGRÁFICO E ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

— Presentes todos os membros indicados para constituírem a Comissão Central, Senhores Dr. António Manuel Gonçalves, Agostinho Simões Lopes, Dr. Orlando de Oliveira, respectivamente Director do Museu de Aveiro, Capitão do Porto de Aveiro e Representante da Comissão Municipal de Cultura, e Drs. Francisco Ferreira Neves e José Pereira Tavares, directores da Revista «Arquivo do Distrito de Aveiro». Depois de prévia troca de impressões, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Director do Museu de Aveiro que disse o seguinte: «Tomou a direcção do Museu de Aveiro conhecimento da deliberação da Junta Distrital de Aveiro, na reunião ordinária de doze de Dezembro do ano findo, de criar um denominado Museu e Arquivo Distrital, através dos jornais diários e,



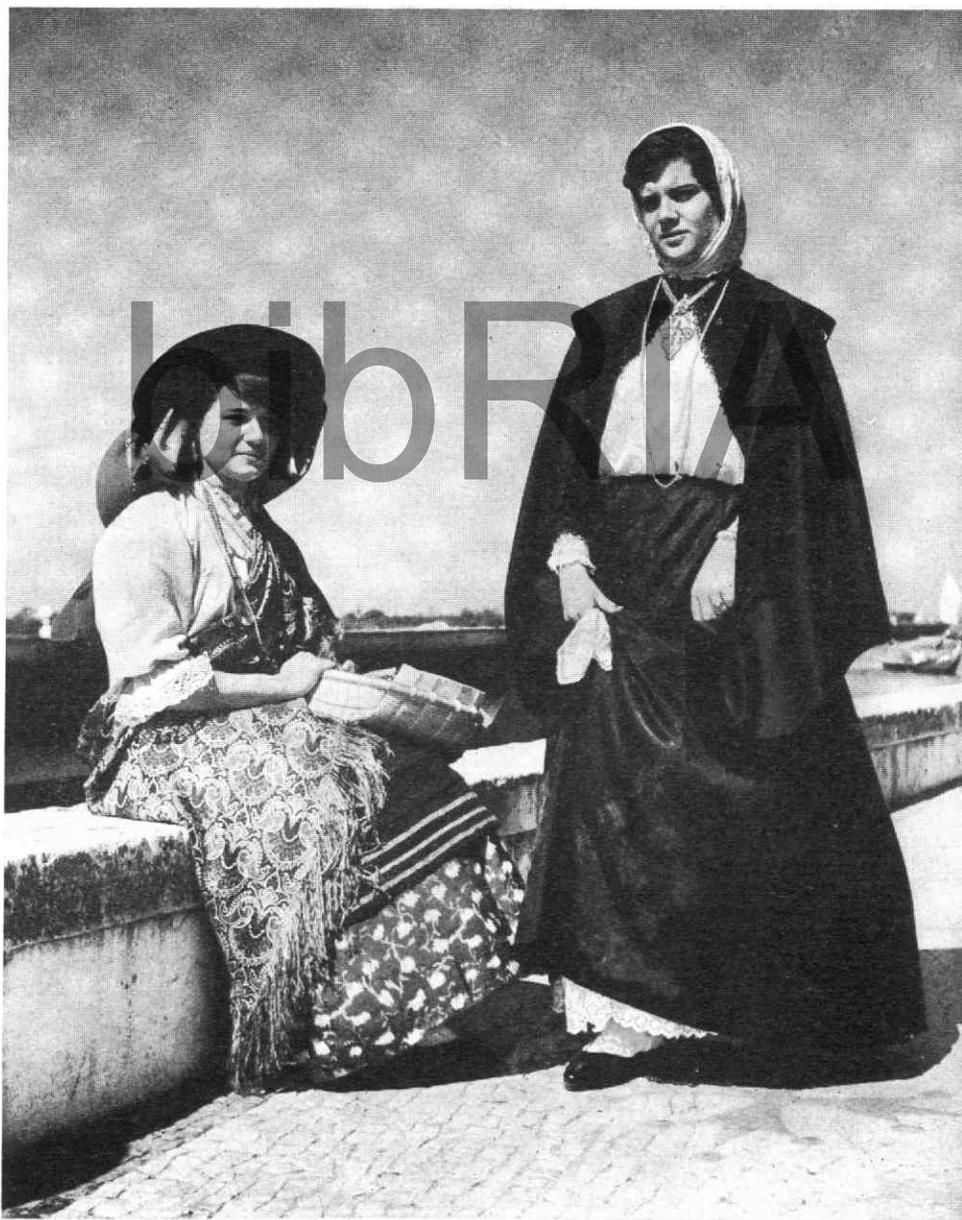
A HABITAÇÃO — Casas de madeira «Palheiros»

mais precisamente, pela notícia que o periódico aveirense **Litoral** inseriu no seu número de onze de Janeiro de mil novecentos e sessenta e quatro. Na proposta neste divulgada, por lapso evidente, foi designado o Museu de Aveiro, dependente da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, do Ministério da Educação Nacional, como «Museu da cidade». Devemos esclarecer que este Museu, instituído por decreto especial de vinte e três de Agosto de mil novecentos e onze, mal passara um ano, por decreto especial de sete de Julho de mil novecentos e doze, usufruía a categoria e âmbito de Museu Regional. Neste sentido, não pode deixar de surpreender que os «considerandos» da sobre-dita e bem intencionada proposta, usando das faculdades expressas no artigo trezentos e treze do Código Administrativo, na redacção que lhe fixou o Decreto-Lei número quarenta e dois mil quinhentos e trinta e seis, de vinte e oito de Setembro de mil novecentos e cinquenta e nove, augurou um museu que, legalmente, podemos-lo dizer afoitamente: já existe. Devemos lembrar que o meu ilustre antecessor, Dr. Alberto Souto, deu em mil novecentos e vinte e nove à estampa o denso opúsculo **Etnografia da Região do Vouga (Beira-Litoral) — Sobre a criação de um instituto de Estudos e de um Museu Etnográfico com sede em Aveiro — Memória justificativa**, onde, a exemplo do que o Dr. José Coelho propusera no Congresso Beirão de mil novecentos e vinte e um (ao propor um Museu Etnológico da Beira, separado do Museu Regional, visiense, de Grão Vasco), alvitrava nova instituição museológica aveirense. O

nosso saudoso antecessor expressamente afirmou em documento, evocado no trabalho que temos no prelo **Alberto Souto e o Museu de Aveiro**, que «O Museu de Arte devia ser expurgado das espécies etnográficas, históricas e de interesse local e das curiosidades». À parte do Museu de Arte, enveredando pela **diferenciação** e pela **especialização**, «este material, por vezes e em muitos casos e sob muitos pontos de vista — até científico ou histórico — devia ser separado para um Museu Etnográfico». E, por isso, chegou a criar um **Museu Municipal de Arqueologia, Etnografia, Artes, Indústrias e Recordações locais**. O significativo foi o Dr. Souto ter abrigado essas incipientes colecções sob os tectos do Museu Regional que ainda durante tantos anos dirigiu. Mais significativo ainda foi, nesse mesmo ano, o Decreto número vinte mil novecentos e oitenta e cinco, de sete de Março de mil novecentos e trinta e dois, ter reiterado a classificação de **regional** ao Museu de Aveiro. Constituiu o erudito aveirense apreciável núcleo de arqueologia distrital no Museu, ajuntando-lhe os materiais históricos e etnográficos que, muito naturalmente, vieram a incorporar-se no património do estabelecimento. O núcleo de arqueologia, de história, de iconografia de ilustres aveirenses, de obras de arte marcadamente regionais (sobretudo a cerâmica, artística e popular, que tanto enobrece a nossa região, na mor parte reunida por Marques Gomes), algumas peças de etnografia e apreciável conjunto de documentação artística etnográfica (lembramos a colecção de mais de trinta aquarelas de Alberto Sousa) deram o fundo da

singular GALERIA DE AVEIRO que dispusemos nos amplos recintos de todo o segundo andar da ala nova do Museu que nos coube programar e realizar, no alargamento e na renovação geral empreendidos. No actual condicionalismo museológico, respeitando o interesse nacional e o bom-senso local — afirmámo-lo há dois anos — a GALERIA DE AVEIRO é a concretização possível da velha ideia da colecção pública regional-etnológica que Alberto Souto acalentou. Ali está prestes a franquear-se (estabelecida a secção e arranjos essenciais desde Agosto de mil novecentos e sessenta e dois) uma autêntica síntese etnológica e histórica do distrito de Aveiro, com sério intento e ponderada execução museológica. **Expor pouco, expor bem, expor bom** foram os princípios fundamentais (museológicos) a que

sujeitámos este **mostruário vivo** das «coisas» de Aveiro, ainda completado em outras salas do Museu por característicos espécimes. Assim acontece, por exemplo, na cozinha conventual (onde se casam o ambiente histórico e a valia etnográfica) que expõe uma colecção única de tabuleiros, pintados e esculpidos, dos doces de Aveiro, além de outros objectos decorativos. Mais: num dos recintos de arte sacra barroca encontra o visitante alguns dos melhores exemplares, conhecidos, de escultura policromada dos barristas aveirenses.» Considerando ainda que o Ministério da Educação Nacional prossegue uma avisada orientação superior em que procura valorizar os museus — cabeça de distrito, confluindo neles a representação genérica das belas-artes, arqueologia e etnografia, documentou o Dr. Gonçalves,



A INDUMENTARIA — Salineira e Tricana antiga

De um diapositivo a cores, de Platão Mendes

pernitentemente, e exemplificou outros casos distritais, citando os opúsculos museográficos do Prof. Jorge Dias, D. Sebastião Pessanha e Nieves Hoyos Sancho. Espalhou-se ainda em considerações acerca da museologia aplicável à antropologia cultural, citando o Museu de Etnografia e História do Porto como o único plenamente conseguido em Portugal, além do belo Museu de Arte Popular (de Lisboa). Referiu ainda o caso do Museu Municipal de Ílhavo, em verdade especialmente planeado como Museu de Etnografia do litoral ílhavo-aveirense e que importa valorizar mais, enriquecendo as suas colecções, sobretudo, instalando-o convenientemente. Considerou ainda a museologia e etnografia, neste particular, citando estabelecimentos da Holanda, da França, da Espanha, etc. «As colecções etnológicas e etnográficas, como científicas — continuou — exigem exposição naturalmente quantitativa, como arrumo que o Museu de Aveiro, para os artefactos de âmbito distrital, está apto a satisfazer em arrecadações já organizadas, dispondo ainda de outras dependências convenientes no piso térreo. Porque o que importa já, no sector etnográfico, é recolher quanto antes: um Museu Etnográfico autónomo, separado do actual Museu, só poderá vislumbrar-se quando haja colecções suficientes que o justifiquem. E museu a sério, feito com cabeça, com competência, com senso, com disponibilidades financeiras para o criar, realizar e sustentar, é encargo demasiado responsável e oneroso para esta autarquia administrativa, aliás com tantas outras e urgentes onerosas obrigações. Por outro lado, a Lei Administrativa invocada não isenta a precedência cometida e obrigada de submeter ao parecer e despacho do Ministério da Educação Nacional a fundação de qualquer Museu ou Arquivo. Já a Lei número mil e setecentos, de dezoito de Dezembro de mil novecentos e vinte e quatro, pelo número primeiro do Artigo sexto, o estipulava, quanto a museus, e o reiterou o atrás citado Decreto de sete de Março de mil novecentos e trinta e dois, pelo primeiro do Artigo dezasseis. Expressamente o determina o **Regimento da Junta Nacional da Educação**, pelo Decreto-Lei número vinte e seis mil seiscientos e onze, de dezanove de Maio de mil novecentos e trinta e seis, no que confere à Primeira Subsecção da Junta — **Artes plásticas, Museus e Monumentos** — no parágrafo primeiro do Artigo vinte e um, no número oito. Quanto ao Museu Etnográfico que a louvável proposta do vogal da Junta actualmente em exercício, Senhor Dr. Humberto Leitão, tão calorosa, justificada e respeitavelmente põe de novo em causa, o director do Museu de Aveiro entende que, para já o que há a fazer é recolher, juntar materiais etnográficos, arrecadá-los e classificá-los bem: — **um Museu Etnográfico Distrital autónomo, será um ponto de chegada, não pode ser um ponto de partida.** O Museu de Aveiro dispõe, como dissémos, de arrecadações

modelarmente apetrechadas para quantiosas recoinhas que possam surgir; e outras poderão adaptar-se para zonas de arrecadação e estudo. Cuide a Junta, entretanto, de amparar os museus de âmbito municipal neste específico mester de recolha. Quanto ao Arquivo Distrital, podemos oficiosamente informar que, desde há anos, tem o Ministério da Educação Nacional um projecto de lei que cria, com mais uma dezena de Arquivos Distritais, o de Aveiro, e que não logrou decretar-se ainda pela situação emergente da defesa da nossa soberania ultramarina. Demais, neste particular, há que submeter o assunto à competência da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, do mesmo Ministério.»

Usando seguidamente da palavra, o Sr. Dr. Francisco Ferreira Neves apresentou cumprimentos à Junta Distrital de Aveiro em nome da Direcção da revista «Arquivo do Distrito de Aveiro» de que faz parte, aqui representada por ele e pelo Sr. Dr. José Pereira Tavares, não estando presente o co-director Dr. António Gomes da Rocha Madail por motivo de doença; e agradeceu o convite da Junta Distrital à Direcção do Arquivo do Distrito de Aveiro para assistir a esta reunião da Junta.

Congratulou-se com a deliberação tomada pela Junta Distrital de Aveiro em sua reunião de 12 de Dezembro de 1963, de criar e manter na cidade de Aveiro um «Museu de Etnografia, História e Arte Regional» e um «Arquivo Distrital», tudo dentro das atribuições que lhe confere o Código Administrativo, e sendo as instalações feitas em edifício privativo da Junta.

Estas realizações são um desejo e aspiração da cidade de Aveiro, já de há muito tempo manifestados e a elas dá a Direcção do Arquivo do Distrito de Aveiro todo o seu apoio e auxílio.

Disse que *«justificavam plenamente a criação do Museu a riqueza e variedade etnográfica, histórica, artística e bibliográfica do distrito de Aveiro, a necessidade de cultura e as exigências do turismo, o qual está a desenvolver-se presentemente em Portugal.*

A par do seu Museu de Arte, a cargo do Estado, deve Aveiro erguer o seu Museu de etnografia, história e arte regional e o Arquivo Distrital, a cargo da Junta Distrital.

Não há tempo a perder nem leis a recear.

É preciso aproveitar todas as iniciativas, boas-vontades e auxílios que levem à realização destes dois importantes melhoramentos. A prosperidade e alta cultura



Painel de NOSSA SENHORA DO MAR da autoria de João Carlos Celestino Gomes

Propriedade da Junta Distrital

do distrito de Aveiro assim o exigem. Não devem os aveirenses ficar para trás, quando nesta altura já muitas Juntas Distritais se estão preocupando com os problemas culturais das suas áreas, patrocinando demonstrações etnográficas, subsidiando os respectivos estudos e publicando revistas.»

Discordou, em seguida, da opinião do Sr. Dr. António Manuel Gonçalves, ilustre director do Museu de Aveiro, contrária à criação em Aveiro de um museu etnográfico distrital, bastando, em seu entender, criar secções em dependências do Museu de Aveiro.

Declarou o Sr. Dr. Ferreira Neves que «por muitas razões era inconveniente tal solução, bastando considerar que não há dependências do Museu de Aveiro que possam comportar as numerosas espécies etnográficas, históricas, bibliográficas, arqueológicas e de arte regional e acabariam por se atrofiar as instalações do Museu de Arte, de Aveiro, e as instalações que de novo se criassem em âmbito distrital.

As próprias visitas ao Museu de Aveiro se tornariam mais difíceis e complicadas pela exagerada extensão que ele tomaria e falta de pessoal menor que satisfizesse às necessidades do seu bom funcionamento. Não é, pois, conveniente, incorporar num Museu de arte, como é o de Aveiro, já actualmente muito importante, secções de natureza muito diferente e em grande número.

Ora o Museu de Aveiro, cuja finalidade é a recolha e guarda e exposição de objectos de arte, é pertença do Estado e nele nada se pode fazer sem a intervenção e

aquiescência do Ministro da Educação Nacional.

Pelo que diz respeito à Junta Distrital, isto equivalia a privá-la de algumas das principais atribuições que lhe concede a lei em matéria cultural e ela e os particulares passavam a desinteressar-se desta matéria, bem grave prejuízo para a região e até para o país.

Como o Estado não pode nem deve fazer tudo, deixemos então que a Junta Distrital de Aveiro, com a boa-vontade que tem de trabalhar, comece em breve a instalar o dito Museu etnográfico distrital, que os aveirenses e povos do distrito desejam.»

Que se tem passado de então para cá?

Recentes circunstâncias de ordem legal dissociaram a criação do Arquivo do problema do Museu Etnográfico.

Podemos dizer que em curto prazo o Arquivo Distrital estará a funcionar, em local adequado do centro citadino, graças ao sentido de colaboração encontrado.

Quanto ao Museu, a sua instalação tem sido e continuará ainda a ser prejudicada apenas por razões de ordem material, pois são muito elevadas as verbas orçamentais destinadas a trabalhos inadiáveis, como as obras de reconstrução total do edifício da sede da Junta, com a aquisição da Quinta do Forte, com a próxima e urgente construção ali do Internato Distrital, e ainda pela magnífica, embora dispendiosa obra de assistência infantil que, no momento, e orgulhosamente, se está a levar a cabo.

Entrementes, algumas peças têm sido adquiridas com destino ao Museu Etnográfico que, num futuro próximo, e por mercê de Junta Distrital, virá enriquecer o património cultural de Aveiro.

Quatro séculos de história — Vila da Feira — A Praça Velha

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras — Secção de Ciências Histórico-Geográficas — pela Universidade de Coimbra

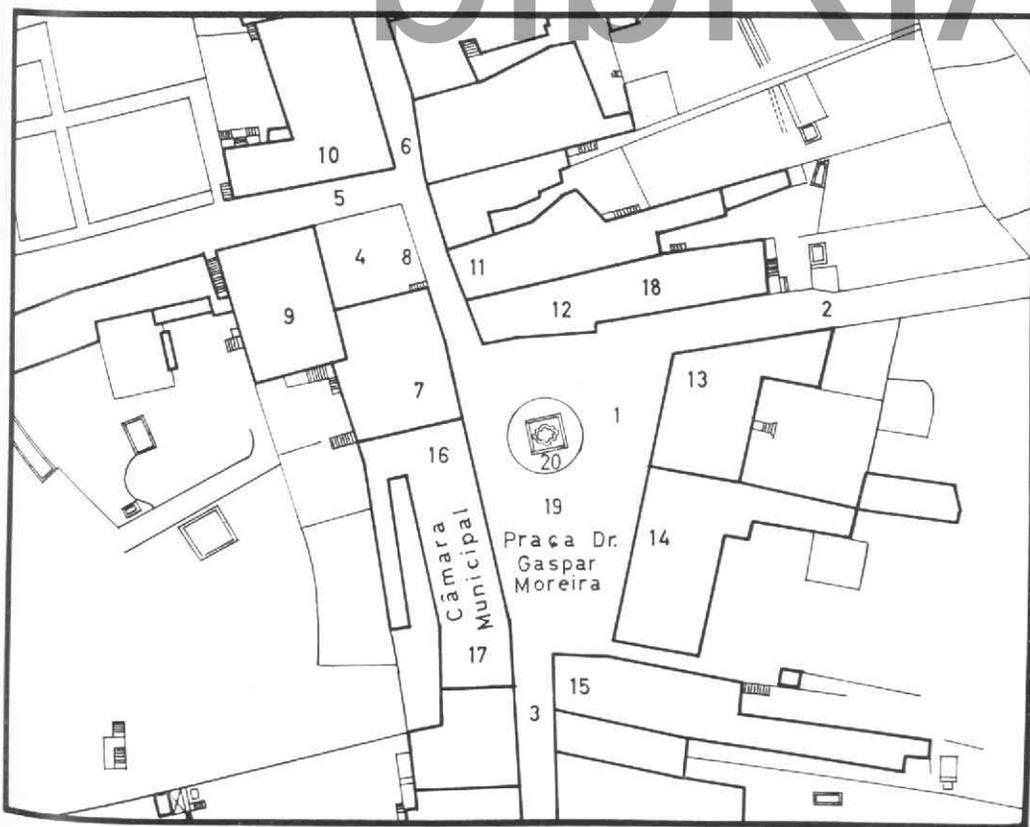
A Praça Velha, uma das mais vetustas da Vila da Feira, está situada na sua parte antiga.

Em forma de quadrilátero, tem a área aproximada de 1175 metros; abre seus braços — um para a Igreja Matriz (antiga Igreja do Convento de S. João Evangelista) pela rua que lhe dá acesso para sul — denominada do Dr. Roberto Alves e outro para a Igreja da Misericórdia, (edificada junto à antiga Igreja de S. Nicolau — depois Capela de S. Francisco) pela rua que lhe dá acesso para norte (que faceva o largo dos Condes de S. João de Vêr) denominada do Doutor Guilherme Moreira, como querendo unir as duas Igrejas Matrizes, de

S. Nicolau da Feira (respectivamente a mais moderna e a mais antiga).

Tem um outro acesso para nascente — a rua da Lavandeira.

Denomina-se, desde 1940, «Praça do Dr. Gaspar Moreira» em homenagem àquele que, tendo sido distinto advogado nesta vila, presidente da Câmara Municipal da Feira e administrador do concelho, foi uma das figuras mais destacadas da vida social, politica e do fóro neste concelho e comarca, desde os fins do século passado até 1937, ano em que faleceu, em casa da mesma Praça, onde viveu e teve o seu escritório de advogado, durante muitos anos.



- 1 — Praça Dr. Gaspar Moreira (Praça Velha)
- 2 — Rua da Lavandeira
- 3 — Rua Dr. Roberto Alves (Rua Direita)
- 4 — Largo dos Condes de S. João de Vêr (Largo D. Pedro V)
- 5 — Rua Dr. Vitorino de Sá (Rua de Rolões)
- 6 — Rua Doutor Guilherme Moreira (Rua Direita)
- 7 — Casa de D. Vitória Lacerda
- 8 — Local onde esteve implantada a casa de Manoel José Godinho
- 9 — Casa que foi de João Leite de Sousa
- 10 — Casa que foi de José Maria Cochofel Finto Leitão
- 11 — Casa de D. Maria Júlia Rifa de Araujo
- 12 — Casa de Francisco Plácido Resende
- 13 — Casa do Dr. Belchior Cardoso da Costa
- 14 — Casa dos herdeiros de José Soares de Sá
- 15 — Casa de D. Branca Alves de Castro Mendes dos Santos
- 16 — Paços do Concelho
- 17 — Casa denominada da Secretaria da Câmara
- 18 — Local onde esteve implantada a Capela de Santo António
- 19 — Local onde se levantava o Pelourinho
- 20 — Chafariz

Planta topográfica da Praça Dr. Gaspar Moreira (Praça Velha) — 1943 (escala 1:1000)

Anteriormente denominou-se «Praça da República».

É circundada, do poente pelo edifício da Câmara Municipal e por parte do denominado da Secretaria e, dos demais lados, por casas particulares: ao centro tem um antigo e elegante chafariz — ao qual, em parte, dão acesso escadas de pedra, dado o pronunciado desnível do pavimento da praça — em ladeira que descai de norte para sul.

Foi em tempos o principal centro da vila, privilégio que ainda hoje mantém em grau muito reduzido.

Por isso, a sua história tem interesse e de relevo, para a Vila, através das edificações que a circundam e dos motivos que a ornamentavam (pelourinho) e a ornamentam (chafariz).

Infelizmente, da antiga Praça, tudo está reformado: hoje quase que só resta o declive do seu piso e a memória de uma grandeza e nobreza que aqui recordamos.

Um acaso feliz, fez chegar à minha mão um manuscrito (que hoje é propriedade minha por amável oferta do F.^o António Nogueira Gonçalves que o adquiriu na Livraria A. B. Rosenthal através dos seus boletins bibliográficos de vendas) encadernado em carneira lavrada, com nervos na lombada, datado de 1774 (mas que, pela sua leitura, se verifica que já estava a ser redigido em 1768) da autoria de Lourenço Huette Bacelar de Sotto Maior, Cavaleiro da Ordem do X.^o e senhor da Casa do Paraíso, casado com D. Vitória de Lacerda, como a referencia, sumariamente, Felgueiras Gayo no seu trabalho Nobiliário das Famílias de Portugal no Tomo XXI, pág. 56 (Moreiras § 4.^o), donos que foram, em plena propriedade, de uma das mais antigas Casas da Praça — a que estava contígua à Cadeia.

Intitula-se, escrito com letra muito legível, «Caza da Villa da Feira - Tomo I — Livro apontador de todas as cartas de compras das propriedades que esta caza tem — de todos os prazos que della se tê feito donde constão as notas em que se achão — ano de 1774 —», o que tudo está gravado na campa em letras douradas.

Começa por um índice que denota a existência de, pelo menos, outro volume, pois alcança a página 1385.

Este tomo — único que me foi dado consultar — não se sabendo se, porventura, outros ainda existem, tem o seu termo na página 746, com falta de algumas e outras por escrever.

Cada página é marginada por espaços em branco, onde o autor lançou anotações.

Oxalá que alguém, que leia este trabalho, saiba do paradeiro do outro, ou outros, tomos daquele trabalho: o seu achado talvez contribua para esclarecimento de algumas dúvidas e dará conhecimento para outras investigações, nomeadamente para a história de Ovar, S. Martinho da Gândara e Vagos.

A leitura deste manuscrito, que interessa a diversos aspectos da história da Vila da Feira e de algumas das suas freguesias (embora, neste particular, de mais reduzido interesse) decidiu-me a escrever este trabalho, para o qual recolhi elementos de outras origens, entre as quais posso destacar a citada obra de Felgueiras Gayo em 28 Tomos, 4 «De Costados» e 1 «Título de Souzas», um volume sobre a genealogia de Soares Barbosa (!) que pertence ao membro dessa família, o Conselheiro Dr. Alberto Toscano, outra da autoria de Francisco de Moura Coutinho Paiva Cardoso de Almeida d'Eça «Um dos meus Costados», diversos artigos dispersos em jornais e revistas, livros e documentos na posse de particulares, da Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal da Feira, designadamente as actas das suas sessões e os livros das suas contas, registos na Conservatória do Registo Predial desta comarca da Feira (incluindo os do antigo registo de hipotecas) e do Registo Civil deste concelho, arquivo do Tribunal Judicial, inscrições na matriz predial da freguesia da Feira e ainda os Tombos da Casa da Feira (Infantado) e do Convento de S. João Evangelista da Vila da Feira (?) e o Foral concedido à Feira e Terra de Santa Maria pelo rei D. Manuel I, em 10 de Fevereiro de 1514, arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Feira e da Confraria de Nossa Senhora da Piedade, desta Vila.

Propondo-me contribuir, deste modo, para divulgar conhecimentos que proporcionem, um dia, a quem tiver possibilidades e tempo disponível (tão necessário para obras desta natureza) a publicação de um trabalho de maior amplitude, sobre a «História da Vila da Feira e do seu Castelo», que urge fazer, restrinjo, este meu trabalho, o primeiro dos da série em estudo «Á Praça Velha da Vila da Feira», que divido em dois capítulos: o primeiro referente «As Casas de Habitação» e o segundo aos outros edifícios e motivos incluindo-se, naqueles, o da Câmara Municipal e da antiga Cadeia (que nela existiu), o da Casa da Secretaria, o da «Capela, ou Oratório, de Santo António» (já extinta) e, nestes, o «Pelourinho» (que nela estava implantado) e o «Fontenário» — (que hoje ainda lá existe), completando-se este último capítulo com «Diversos».

Aproveito a oportunidade de firmar, em escrita, lembranças que estão em risco de se perderem.

Continuadamente encontro elementos mais esclarecedores, mas como não é de aconselhar que fique, indefinidamente, à espera de maior perfeição, decido-me a entregar o meu estudo à divulgação: tudo o que vier, em melhor conhecimento, servirá para refundir, por integração, este trabalho — à guiza da actualização adoptada nos Códigos: lanço, assim, os alicerces para obra de maior vulto.

Para melhor elucidação do texto, faço acompanhar este estudo de árvores genealógicas referentes aos donos dos prédios objecto do presente trabalho e de um índice com a ordenação alfabética dos que nelas são mencionados, com remissão, em especial, para a obra, atrás referida, de Felgueiras Gayo.

Procurarei fazer «história» firmada em documentos, sem qualquer sabor de fantasia, que só compromete e prejudica a seriedade da narração e faz induzir em erro, falseando a alta missão de quem escreve para ser acreditado, alicerçando-se em fontes que repute sérias, com a devida garantia de autenticidade, que estudei com cuidado pois, como diz Huette Bacelar, na sua citada obra—fls. 2—«tem avido infenitas lograçoens, e enganos, a quem se fia em tudo quanto lhe dizem, sem o averiguar pessoalmente».

Admitindo o erro de boa fé, agradeço a todos que, em crítica construtiva, queiram estabelecer diálogo que permita elucidar, completar, ou mesmo corrigir, este meu modesto trabalho.

Sotto Mayor nos dá conhecimento, no seu aludido trabalho, que ela pertenceu a José Soares de Matos, também conhecido por José Soares de Albergaria, ou José de Matos Soares que foi Juiz dos Órfãos—na Villa da Feira, casado com D. Maria Soares, da Quinta de Fijô, 5.^{as} avós de sua mulher D. Victória de Lacerda Cardoso Botelho de Pinho Pereira: nesta casa viveram José Soares e sua mulher.

Estes José de Matos Soares e Maria Soares tiveram vários filhos, entre os quais:—a) Felipa de Matos Soares, casada com Diogo Moreira de Vasconcelos «O Velho» (4.^{as} avós da D. Victória)—b) António Soares de Oliveira, casado com Maria Marques, conhecido pelo «Sarabando»—c) Tomé ou Thomaz Soares—a quem Gayo (cit. ob. T. XXVII fls. 115) chama Thomaz Soares clérigo⁽³⁾ e Huette (cit. ob. fls. 81) chama Tomé.

Por falecimento de D. Maria Soares, já no estado de viúva, ficaram as casas que pegavam, pelo sul, com a Cadeia, a pertencer àqueles filhos António e Thomaz, em $\frac{1}{4}$ parte para cada um, em pagamento



Praça Dr. Gaspar Moreira (de Norte para Sul)

CAPITULO I

CASAS DE HABITAÇÃO

1

As do Poente

A

Casa que pertenceu a D. Victória de Lacerda Cardoso Botelho de Pinho Pereira e a seu marido Lourenço Huette Bacelar de Sotto Mayor.

A notícia mais remota desta casa data dos meados do século XVI, porquanto Lourenço Huette Bacelar de

das suas legítimas.— Parece que estes decaíram de fortuna e, d'aí, por escritura de 27 de Janeiro de 1613, lavrada pelo Tabelião Lucas Pinto Coelho, aquele António e mulher venderam, ao referido Diogo Moreira de Vasconcelos «O Velho»—«um quarto das cazas da Prasa, as q.^{as} partem com a Cadeya, com seu Quintal, pumar, e orta, q.^{as} tem para tras, cujo quarto de caza, tucou ao dito António Soares, em valor d' 30\$= q.^{as} por morte de sua May, Maria Soares, veuva de Jozé Soares, pelo Inventário q.^{as} se fes, em q.^{as} puzerão todas as cazas, no valor de sento, e vinte mil reis, cujas cazas partem do sul, com a Cadeya da m.^{as} dita Villa da

Feyra, e também com o Quintal d'Antónia de Miranda, e da outra banda partião com as cazas, e campos de Manoel Lobato Pinto⁽⁴⁾ (isto oje está tudo mixto, e é o de q.^o se compoem as cazas, e Quinta para tras, na Villa da Feyra), e isto tudo era Dizemo a Deos, e por iso teve ali legitima o d.^o Vendedor».

«Este comprador Diogo Mor.^a de Vasc.^{os} era cazado com D. Filipa de Matos, a qual veyo da caza de Fijo» (Huette cit. ob. fls. 79—v.^o e 80).

Em 20 de Junho de 1615—Gaspar Dias e mulher Domingas Jorge obtiveram carta de arrematação de metade das mesmas casas, em procedimento judicial contra os herdeiros e filhos «q.^o ficarão, por morte de Jozé Soares, todas da Vila de Feyra»—como refere Lourenço Huette na cit. ob.—a fls. 80.

«O q.^o rematou foi metade das cazas, e metade do Quintal, q.^o tinham sido do dito devedor Jozé Soares, q.^o são pegadas á cadeya, pelas dividas, q.^o o dito lhe tinha ficado a dever, por uns asinados, de q.^o alcançou Snn.^{ca}, contra os ditos filhos, e Erdeyros, a qual deu, na Villa de Macieyra de Cambra o Provedor, e Contador da fazenda, na comarca de Esgueira, o Ld.^o Sebastião Pinto Lobo, aos = 16=de Agosto d' 1615 de q.^o foi Escr.^{am} o da Provedoria, Gaspar Coelho, e em vertude dela, fes a sua pinhora na dita metade da caza, e Quintal, o tal Gaspar Dias, cujos bens, ele mesmo numiou, pelas partes o não fazerem, e também rematou, por nunca áver quem Lansase: foi pelo preço da sua mesma divida q.^o erão 45\$= (cit. ob. fls. 80 e 80-v.^o).

Por sua vez, aqueles Gaspar Dias e mulher, por escritura de 26 de Novembro de 1615, venderam, aquela metade, ao mencionado Diogo Moreira de Vasconcelos «O q.^o comprou, foi metade de umas Cazas, com seu Quintal, sitas na Frasa, e pegadas á Cadeya, são as mesmas da Carta de Rematasão asima já descrita, de 20 de Junho, deste mesmo ano; forão pelo preso de 55\$= (cit. ob. fls. 80-v.^o).

Assim, o Diogo de Vasconcelos ficou senhor de três quartos da mesma casa e quintal.

Em 26 de Setembro de 1615 (ano anterior ao do seu falecimento), o Diogo Moreira de Vasconcelos, já no estado de viúvo, adquiriu a restante quarta parte da aludida casa e quintal por carta de arrematação, em procedimento judicial, contra aquele Tomé Soares, filho dos mencionados José Soares e mulher Maria Soares: «O q.^o rematou, foi hum quarto das Cazas, em q.^o o dito seu Pay viveo, por Legitima de sua May, em o preço de 30\$= e como não tinha de q.^o se alimentar, nem p.^a acabar os seus Estudos, fes petição p.^a áver de o Juiz consentir na venda do dito quarto das cazas...» (Huette, cit. ob. fls. 81).

Deste modo, o Diogo de Vasconcelos reuniu, na sua mão, o direito à propriedade da totalidade da dita casa e quintal.

Estudando a ascendência daqueles José de Matos Soares e sua mulher Maria Soares—os titulares mais antigos, de certeza, da referida casa, verifiquei que, ambos descendem de Lopo Soares de Albergaria⁽⁵⁾, ela por força do seu primeiro casamento com Leonor ou Maria Meyrelles e ele do seu segundo casamento com Branca Coelho.

Não consegui apurar se esta casa de José Matos Soares e de sua mulher Maria Soares, e onde eles viveram, veio à sua posse por cabeça dele ou dela, ele como filho de Pedro Soares de Albergaria, ou Pedro Soares Cambra, também conhecido por Pedro Soares Thiamonde, casado com Filipa de Pinho e ela como filha de Madalena Soares ou Madalena Soares de Albergaria e de António de Aguiar de Vasconcelos (e não de Pedro de Aguiar como diz Felgueiras Gayo—cit ob.— Tomo XXI, fls. 55—vêr Tomo II, fls. 103 e Tomo XXVII, pág. 115 e ainda referida Genealogia de Soares Barbosa, fls. 35).

Possivelmente pertenceu ao referido António Aguiar de Vasconcelos, que era de Fijô, da Terra da Feira (casa com que confinava a propriedade em causa) como diz Felgueiras Gayo—cit. ob. vol. XXVII, pág. 110—e referida genealogia—fls. 35.

Acresce que não é natural que a casa viesse por cabeça daquele Lopo Soares de Albergaria, quer por força do primeiro casamento com Leonor ou Maria Meyrelles de quem descende Maria Soares, quer por força do seu segundo casamento com Branca Coelho de quem descende José Soares de Matos, pois aquele Lopo parece que não tinha casa na Vila da Feira, como se verifica do seguinte passo referido por Felgueiras Gayo, cit. ob. T. XXVII, pág. 110. «Teve amizade illicita com D. Joanna de Albuquerque f.^a de Nuno da Cunha Sr. de Gestaco no tt.^o de Cunhas §§—N—e não querendo Lopo Soares cazar com ella fugio, e veyo ao Castello da Villa da Feira onde estavam os Condes q.erão seus parentes, e lá aestio com elles porem estando mal acomodado foi para Caza de hum Cavalleiro q. devia ter o apellido de Homem pois seus descendentes uzarão do apellido de Homem, e aestia na sua q.t^a de Frei,⁽⁶⁾ e hia mtas vezes comer e caçar com os Condes, e se demorou alguns mezes com intento de passar a Galiza, tinha o d.^o Cavalleiro hua f.^a chamada D. Branca Coelho a qual Lopo Soares empenhou e querendo Lopo Soares auzentar-se, do que sabendo o Fay, ô fez cazar com ella, e andando hum dia a caça na sua q.t^a de Frei foi morto por mandado dos parentes de D. Joana de Albuquerque de Lx.^a»

Impressiona, contudo, o facto de o Bisavô do Pedro Soares de Albergaria, pelo lado paterno, ser João Soares Homem (filho daquele Lopo Soares de Albergaria) que, de certeza, viveu na Vila da Feira, pois como diz Felg. Gayo—cit. ob. T. XXVII, pág. 112 «Cazou

com D. An.^{ta} Aranha como diz o letreiro de sua sepultura na Igreja da Villa da Feira f.^o de Diogo Vaz de Fínho».

É caso para apurar, pois daí se poderá conhecer com a devida certeza, a quem pertenceu a dita casa, antes de José Soares.

Enquanto isso não se conseguir, assentamos que a casa existia no primeiro quartel do século XVII e, com toda a verosimilhança, no último quartel do século XVI, na posse do dito José Soares: se não foi adquirida por compra pertenceu, anteriormente, a seus pais (referidos Pedro Soares de Albergaria e Filipa de Pinho) ou sogros (aludidos António de Aguiar de Vasconcelos e Madalena Soares) o que alcança os meados do século XVI.

E por aqui nos quedamos para não entrar no campo da fantasia.

É de considerar que quando Huette Bacelar, no seu citado trabalho, datado de 1774, fala das suas casas — além das «ortas e pumares» que a elas diz ligados, refere-se, também, como parte componente desta propriedade, a «uma grande Ribeyra» para, mais adiante, esclarecer «Tem estas Cazas, pela parte posterior uma Quinta, que se compoem de pumares, ortas e mais terras Lavradas.....».

Analisando com cuidado os títulos de compra, das ditas casas, aos descendentes de José Soares de Matos e mulher, nota-se que essas aquisições dizem respeito — apenas «ás cazas da Prasa, as que partem com a Cadeya, com seu Quintal, pumar, e orta, q.^o tem para trás», não se fazendo qualquer referência àquela «grande Ribeyra».

Consegui averiguar, através do citado trabalho de Huette Bacelar, como se passa a descrever, que esta Ribeira, quando Diogo Moreira de Vasconcelos «O Velho» fez as aludidas compras já pertencia, em parte, à sua casa, por via de seu pai António Moreira de Vasconcelos (que vivia entre 1596 e 1609 — ano em que faleceu) casado com Maria do Couto Vasconcelos (que lhe sobreviveu) e era filho do já falado Marcos Moreira e, assim, se explica que Diogo Moreira de Vasconcelos se inclinasse para a compra das aludidas casas da Praça, aliando, a esta razão, a de ser casado com uma filha do José Soares de Matos, de nome Filipa de Matos, vindo a formar-se, com esta aquisição, uma extensa propriedade, na qual ficou integrada a dita «Grande Ribeira».

Esta Ribeira era vasta e resultou do emparcelamento de terras de diversos senhorios.

Integrando-se na Casa da Praça formou, com ela, um prédio misto, cuja importância e valor é realçado, no seu descritivo, por Huette Bacelar. A sua valorização dependia, em grande parte, do direito, a ela adstrito, a águas nascidas em chão de outrém, e que a alcançavam através da Quinta de Rolaens.

Por escritura de 5 de Novembro de 1597, António Moreira de Vasconcelos e sua aludida mulher Maria do Couto de Vasconcelos, compraram à Condessa da Feira D. Joana da Silva, assistente no seu Castelo — «hum campo todo tapado sobre si, Erdade Dizemo a Deos, só com o foro ao Mosteiro daquela Vila de des alqueires de trigo em cada hum anno, e parte da banda da Rua, com o Inxido de António Soares (que he o q.^o o tinha vendido, á mesma Condessa), com Gaspar Corrêa, e Antonio de Azevedo, e de Rolãens com Manoel Caldeira, e de Fijô com Turubia de Aguiar, e do Castalo com o Rio: cujo campo a dita Condessa da Feyra, D. Joana da Sylva, tinha comprado a Antonio Soares, da mesma Vila, foi pelo preço de 40\$=».

«Isto está metido, na Ribeyra da Caza, mas cudo q.^o está demarcado por Marcos, p.^a se saber qual é esta terra, e de q.^o se pagão os ditos alqueires do foro. Nas costas desta escritura estão estas palavras «Carta de venda do Campo de junto ao Rio q.^o vendeo a Snr.^o D. Joana da Silva» Huette — cit. ob. pág. 83-v.^o.

Por escritura de 26 de Julho de 1623, Álvaro Vaz de Sam Payo, viúvo, vendeu a Francisco Moreira de Vasconcelos (irmão do Diogo Moreira de Vasconcelos «O Velho» que era 4.^o avô da D. Victória e filho do referido António Moreira de Vasconcelos) — «hua Devezza, sita ao redor do Rio, e levada q.^o vai p.^a os seus Moinhos, a qual está, e parte com a Ribeyra, de Gaspar Fernandes de Pombos; e da outra parte confronta, com o Campo de Bastião Gonçalves, da mesma Vila, e com terras delle vendedor, q.^o era sua Erdade Dizima a Deos, e lhe viera por dotte de seus sogros». Huette — cit. ob. pág. 84 e 84-v.^o.

Por sua vez, Manuel do Couto, e em execução que o Comissário Geral da Bula da Cruzada, D. António de Marcarenhas, moveu ao Tesoureiro Álvaro de Almeida, em 22 de Julho de 1630, arrematou um campo que tinha sido de Baltasar Gonçalves «O Negro» que estava acima da casa de Manuel Gomes; por escritura de 11 de Março de 1645, aquele Manuel do Couto e mulher Maria Vaz, venderam este campo ao Francisco Moreira de Vasconcelos.

Como refere Huette Bacelar, cit. ob. a fls. 85 e 85-v.^o: «Dis q.^o dele se pagava, um alqueire de trigo, e tem authoridade, de hum Manuel de Pinho, a quem dis pagára o dominio». «Isto cudo eu esta incluido na Ribeyra das minhas cazas da Feyra e o tal alqueire de trigo, se devia comprar, e mais o direito dominical, por q.^o eu não sei, q.^o tal couza se pague hoje».

Mais tarde «O Doutor António da Rocha Manrique, por Provisão do Rey veyo a tombar todos os bens da Caza da Feyra», requerendo que parte da Ribeira que então pertencia a Diogo Moreira de Vasconcelos tinha que pagar «de tudo que ela produzisse» o oitavo com fundamento no facto de, já no tombo que se tinha

feito em 1649, a requerimento da Condessa D. Joana, António Leite do Amaral (pai daquele Diogo Moreira de Vasconcelos, casado com Ignez Andrade de Vasconcelos), em 1655. ter reconhecido esta terra com essa obrigação.

Mereceu contestação com o fundamento da «Snr.^a D. Joana da Sylva, Avó da Snr.^a Condessa D. Joana Emediata Donatária da Caza da Feira» ter vendido o referido campo, pela referida escritura de 5 de Novembro de 1597, a António Leite do Amaral, livre e isento do tal oitavo, estando apenas obrigado ao foro dos dez alqueires de trigo aos Religiosos do Espírito Santo desta Vila.

Foi decidida a diminuição do preço desse foro e facultado o direito de anular o contrato com os referidos Religiosos por recair o seu pretensão direito em bens da Coroa.

Como só parte da Ribeira tinha o encargo a favor da Coroa, foi feita a delimitação dessa parte por meio de marcos de pedra, mas não obstante esta decisão, diz Huette, talvez por não olharem a tal divisão, sua sogra D. Josefa Violante de Vasconcelos estava a pagar aquele oitavo.

Esclarece Huette Bacelar, cit. ob. fls. 78 e seguintes, que em Novembro de 1578 correram uns autos, existentes no Cartório do Castelo, sobre «os chãos da Feira, á ponte, por detras da Cadeya Velha, q.^o forão de Lopo Afonso» (?), movidos pelo Procurador da Coroa contra João Barroso e Pedro Glzl com o fundamento de estes nada pagarem á Coroa, ao que estavam obrigados como possuidores daqueles Chãos «que os Reus traziam em pumar».

«Confessarão, q.^o não tinhão duvida, a pagar do q.^o se louvase, e achase pertencer á Coroa, mas q.^o as duas Ribeyras, q.^o os Reos trazem, que correm ao Longo do Rio, ásima da ponte, são suas Erdades Dizi-mas a Deos, livres, e izentas de pagar nada, tanto antes, como de pois do foral, de mais d' sem e duzentos anos».

Foi decidido que tudo pertencia á Coroa por sentença de 27 de Fevereiro de 1579 (que Huette por engano refere a 1519) tendo dele apelado o Procurador dos Reos «mas não consta aquí p.^o onde nem o como sayo». Comenta Huette, a pág. 79, «Eu não sei se isto he alguma terra, q.^o esta metida na Ribeira das minhas cazas da Feyra, ou se he couza de outra pesoa, por q.^o se isto é o mesmo Campo, e terra, de q.^o trata a certidão, atras descrita (referida sentença), sobre q.^o ouve aquestão p.^o oitavo então vensim.^{to} devião ter estas partes, na apelação, q.^o interpos o seu Procurador da Snn.^{ca} q.^o deu o dito Juis, em q.^o lhe condenou toda a sua terra sogeita á Coroa, e lá na desima e = oitavo = aqui dis quarto, e só pela Snn.^{ca} desima, ficou sogeita ao = oitavo = , a terra q.^o paga o senso

aos Loyos, e nada mais, com q.^o Eu creyo, e mepersuado, q.^o estes chãos, é couza q.^o Eu não pesuo, nem ouve nunca na caza da minha mulher» — fls. 78-v.^o, e 79.

Esclarece-se que o aludido comprador da Ribeira, à Condessa D. Joana, António Moreira de Vasconcelos e sua mulher Maria do Couto Vasconcelos dotaram, para casamento de sua filha Madalena Moreira (filha do já falado Marcos Moreira e irmã do Diogo Moreira de Vasconcelos «O Velho») — com Manuel Lobato Pinto (filho de Lucas Pinto e de sua mulher Catarina Gramacho) — por escritura de 18 de Maio de 1602, aquela Ribeira, que pertencera a António Soares e que, em 1626 e ainda na posse do Manuel Lobato Pinto, confrontava do norte com terras de Rolaens e do sul com o rio público.

Aquele António Moreira de Vasconcelos e sua mulher tiveram um outro filho, de nome Francisco Moreira de Vasconcelos, que, do seu casamento com Paula de Pinho, teve dois filhos: António Leite do Amaral, casado com Antónia de Vasconcelos Amaral (3.^{as} Avós de D. Victória) e Manuel Leite de Vasconcelos.

For óbito daquele Francisco Moreira de Vasconcelos — procedeu-se a inventário, em 1648, sendo cabeça de casal sua viúva Paula de Pinho e, por morte desta, a inventário que teve lugar em 1660, não constando que o Manuel (que apenas teve dois filhos bastardos — Belchior Leite e Manuel Leite) tivesse ficado com quaisquer dos bens que possam interessar a este estudo, sendo de presumir que estes ficassem para o António Leite do Amaral.

A referida quinta de Rolaens, que ainda há-de ser motivo de estudo particular, é também muito antiga, tendo pertencido a José Pinto Tavares e, em 1774, pertencia á filha deste de nome D. Ana Victória de Sá Ferreira Tavares de Pinho, casado com Pedro José do Vabo M.d^o da Silva e Bulhome — que era sobrinha do Abade, que, em 1768, parodiava a freguesia de Espargo, deste concelho da Feira.

Já em 1526, o direito á água da aludida quinta de Rolãens era objecto de litígio, decidido por sentença de 7 de Dezembro do mesmo ano — água que nela foi referida como de «Fonte do Pedreiro» fonte esta que, no dizer do Huette Bacelar, devia ser a mesma que, mais tarde, foi conhecida, pela «Fonte João Pirão» (8), água com que era regada a quinta de Rolãens e a mencionada Ribeira.

«Creyo he esta água a que hoje chamam de João Firão, com que se rega o Pumar, e Ribeyra, da minha caza da Feyra, que quando se emprazou a Quinta de Rolaens, se lhe deu so certa água, e amais ficou para cá, e se vay conduzir mesmo por dentro da dita Quinta de Rolaens, quantas vezes he percizo, poronde tem servidão franca, com chave da Porta, que se pos,

onde estava o portello antigo, e estou nessa posse (cit. ob. fls. 29).

Aquela Quinta de Rolões, no dizer de Huette, pertenceu-lhe como senhorio directo, como se infere daquele texto e está expressamente dito a fls. 28-v.º: «que he minha e anda emprazada».

Em 1611, pertenceu a dita Quinta de Rolões ao já mencionado Manuel Lobato Pinto (filho de Lucas Pinto), casado com Madalena Moreira (filha do aludido António Moreira de Vasconcelos), cunhado do 4.º avô de D. Victória de Lacerda, de nome Diogo Moreira de Vasconcelos casado com Filipa de Matos Soares, todos referidos neste trabalho: esta quinta foi doada, por aquele António Moreira de Vasconcelos e mulher, á filha Madalena como dote para casamento com o Manuel Lobato, por escritura de 18 de Maio de 1602.

Em 1698, como se verifica de outra sentença, com data de 18 de Julho, a mesma propriedade era pertença de Diogo Moreira de Vasconcelos, casado em 1674 com D. Inez de Andrade de Vasconcelos (bisavós de D. Victória).

O referido Diogo Moreira de Vasconcelos (O Velho) —(que vivia entre os anos de 1611 a 1619) do seu casamento com Filipa Matos Soares teve, além de outros, uma filha de nome Antónia de Vasconcelos Amaral, que foi casada com um primo co-irmão António Leite do Amaral (que vivia nos anos de 1648 e 1660), por ambos terem como avós comuns António Moreira de Vasconcelos e sua mulher Maria do Couto de Vasconcelos (por morte dos quais se procedeu a inventário em 1609), ele filho do já aludido Marcos Moreira.

Aquela Antónia de Vasconcelos Amaral, como herdeira de seu pai, foi a que lhe sucedeu na propriedade da Casa e Quinta da Praça que, por morte destes, passou por herança para seu filho, outro Diogo Moreira de Vasconcelos, que foi juiz de Vila da Feira (e vivia nos anos de 1669 a 1716), casado com Inez de Andrade de Vasconcelos (que vivia nos anos de 1674 a 1714).

Este Diogo, em 1673, era estudante da Universidade de Coimbra e ainda estava sujeito à tutela, por não ter completado os 25 anos: casou com a referida Inez de Andrade em 1674 e faleceu na Vila da Feira em 1716, dois anos depois de sua dita mulher.

Sucedeu-lhe na Casa e Quinta seu filho Bernardo Moreira de Vasconcelos, Cavaleiro da Ordem de S. Tiago (que vivia nos anos de 1710 a 1759) casado com D. Bernarda Sofia de Leão (que vivia no período compreendido entre os anos 1713-1763).

Huette Bacelar, no seu citado trabalho, a fls. 90, informa que Diogo Moreira de Vasconcelos, casado com Ignez de Andrade, por testamento de 26 de Junho de 1716, nomeou e instituiu por seu universal herdeiro o aludido Bernardo Moreira de Vasconcelos (avô da D. Victória de Lacerda) «de todos os seus bens moveis,

e de Raís q.º lhe coubesem na sua tersa, especialm.º as cazas em q.º vivião, com os seus pumares, orta, campo, e Ribeyra, tumando esta propriedade, primeiro no seu terço, e se lhe coubesse mais, se lhe adjudicase nos outros bens, além da sua legitima, e dos prazos q.º já no dito seu filho, tinha nomeado».

O dito Bernardo tomou posse da herança em 21 de Setembro de 1716.

A mulher do referido Diogo, aludida D. Ignez de Andrade de Vasconcelos, por testamento de 4 de Maio de 1714, tinha deixado o terço ao marido.

Aquele Diogo Moreira de Vasconcelos e sua mulher Ignez de Andrade de Vasconcelos tiveram uma filha além do Bernardo Moreira de Vasconcelos, de nome D. Antónia Moreira do Amaral Vasconcelos, casada que foi com Dionisio Pereira Soares de Albergaria.

Entre sogro e genro houve demanda por este, já no estado de viuvo, ter exigido àquele que fizesse inventário para haver a sua legitima, que tocasse a sua falecida mulher, do que resultou uma escritura de transacção com data de 26 de Abril de 1712, sendo o genro composto em dinheiro.

Por sua vez, por escritura de 4 de Novembro de 1716, aquele Bernardo fez também escritura de transacção com seu referido cunhado, Dionisio Pereira Soares de Albergaria, para partilha dos bens deixados pelo referido Diogo Moreira de Vasconcelos, da qual resultou este Dionisio sêr composto parte em dinheiro e parte em medidas que se pagavam em S. Martinho de Argoncilhe e em Taboaca do Lobão, freguesias que ainda hoje são do concelho da Feira.

Assim, o Bernardo ficou senhor das Casas e Quinta da Praça.

Nas referidas escrituras de 1712 e 1716 houve licença do Juiz dos Orfãos por serem menores os filhos do aludido Dionisio Pereira.

O mesmo Bernardo Moreira de Vasconcelos — por sua vez, foi também o herdeiro universal de seu tio Francisco Cardoso Loureiro de Vasconcelos, que foi casado com D. Brites Rangel de Quadros, com a qual fez transacção para o efeito de partilhas, por escritura de 28 de Abril de 1721.

Sucedeu-lhes, e ainda como proprietário da mesma Casa e Quinta, Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos, Cavaleiro da Ordem de X.º (que vivia nos anos de 1738 a 1745) casado com Josefa Violante de Vasconcelos (que vivia nos anos de 1742 a 1767), viuva em 1763, pois o referido Bernardo e sua mulher dotaram este seu filho Diogo com «todos os seus bens, foros, e rendas, q.º tinha, reservando p.º si enquanto vivos, metade das ditas rendas (Huette, cit. ob. pág. 233 e 305).

Este Diogo fez novo acrescento à casa pois, por escritura de 24 de Fevereiro de 1738, lavrada pelo

Tabelião Dionisio Ferreira da Silva, comprou, pelo preço de 200\$=, a Francisco Xavier de Freitas e suas cunhadas Maria do Nascimento e Josefa de Freitas, com ele assistentes e a seu irmão e cunhado, o Padre José Bento de Freitas, umas casas pegadas à sua da Praça que deviam estar implantadas imediatamente para norte, a facear, também, pelo norte, com a viela que ia para Rolães, casas que Huette (cit. ob. pág. 83) descreve, «O q.º vendo foi; as suas cazas q.º estão pegadas, e mistas, ás minhas grandes da Prasa, q.º fazem quina á viela q.º vay p.º Rolaens, e Montinho. São Dizemas a Deos...» «Tinha feito nestas cazas pinhora (e em outros mais bens) Domingos Alves Saldanha, da cidade do Porto, e por isso, e p.º remirem outras vexasões de dividas, é q.º as vendião, e o dito dinheiro se entregou logo, na mão de Domingos Ferreyra, da dita Vila, pera pagar ao acreedor, q.º, as tinha pinhorado, q.º o dito depositário entregaria por authoridade, de justiça, e cobraria descarga, p.º titelo dos vendedores. Como estas cazas, estão mistas ás grandes, lhe abirão portas por dentro, ás vezes se servem delas, outras vezes, as trazem alugadas.»

Assim, as duas casas pegadas uma à outra, embora com autonomia, ficaram, pela ligação feita interiormente, a formar, entre elas, um todo na mão do mesmo proprietário Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos, fazendo-as estender até à viela de Rolaens. Deste modo, parte, a pegada à cadeia, ficava fronteira à Praça e a outra parte, a acrescentada, deitava para a rua que da mesma praça seguia para norte, rua esta que ainda existia há pouco tempo, em pequeno troço: hoje ela começa mais para norte, partindo do largo dos Condes de S. João de Vêr e segue, para norte, com a designação de rua do «Doutor Guilherme Moreira».

Em 8 de Novembro de 1754, D. Josefa Violante de Vasconcelos, viúva de Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos, como senhora da Casa da Praça, reconheceu a obrigação de pagamento, à Casa da Feira (Infantado) de portado (?) (Tombo fls 74) duas galinhas sem ovos. — Como dissemos este Diogo tinha sido beneficiado, pelos pais Bernardo Cardoso de Vasconcelos e mulher, com a doação de seus bens, embora com reserva das rendas, para eles doadores. Consta do mesmo reconhecimento que, então, numa das casas vivia a D. Josefa e na outra pegada, á mesma pertencente, vivia de aluguer o Tabelião Teodosio Tomás Correia de Sá.

Em 1753 a referida D. Josefa já era viúva como se vê da compra, por ela feita, de um terreno que foi de um tal Manuel Pereira (Huette cit. ob. pag. 175-v.º). Em 30 de Outubro de 1754, a D. Josefa Violante reconheceu à mesma Casa da Feira — a favor desta — a natureza enfiteutica da aludida Ribeira (um oitavo de toda a novidade que colherem) — «de hum campo que pessue dentro dos limites de sua quinta intitulado o Campo do

Ribeiro que fica logo pegado e por cima do Rio desta mesma Villa». Da respectiva medição consta «Hum campo que fica dentro da quinta da reconhecente Dona Josefa Violante de Vasconcelos para a parte do poente junto da quinta de José Pereira Soares de Albergaria, que medido do Nascente ao poente pella parte do norte tem trinta e tres varas travessas de cinco palmos cada huma e medido pella parte do sul do nascente ao poente tem outras trinta e tres varas e medido da parte do nascente do norte ao sul de marco a marco tem setenta e tres varas e pella parte do poente medido por o pé do comoro dão do norte ao sul até ao rio tem cincoenta e nove varas todas da mesma medição tem o dito campo arvores de vinho da parte norte sul e poente e parte o dito campo da parte do nascente com a mesma reconhecente e do poente com a quinta de José Pereira Soares de Albergaria e do norte com a quinta do Fontoura e do sul com o Rio. Levava de sementeira oito alqueires de semente e ficam dividindo o dito campo dois marcos que agora se puseram para se dividir da quinta da reconhecente os quais ficam a saber Hum da parte do norte ao pé de um carvalho que ahi a direito e outro marco que fica pertinho de outro carvalho que esta no maracham que fica por cima do Ribeirinho que esta ao pé do Rio que he pertensa do mesmo campo atraz medido e vai incluído na mesma medição e se não poz ao pé do Rio e donde vai ter a medição a fio direito por causa das correntes e a não alinhar e arruinar e nesta forma houve elle Dr. Juiz do Tombo essa medição por finda e acabada». No Tombo tem a seguinte anotação «he a verba do Foral a fls. 2-v.º chão q esta ao Rio».

A referida propriedade, em pleno domínio e posse, veio à mão da D. Victória por sucessão de seus pais Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos e Josefa Violante de Vasconcelos — datando a escritura de dote, a favor de seu marido Lourenço Huette, de 21 de Abril de 1755 e servindo de procurador de sua sogra, D. Josefa Violante de Vasconcelos, seu irmão congregado o Padre Manuel José: também a assinou o avô de D. Victória — Bernardo Moreira de Vasconcelos, pois, como já referimos, nelas tinha direito de usufruto.

A referida propriedade teve maior acréscimo. Diz Huette (cit. ob. pág. 85-v.º) que às casas e quinta foi agregado mais um pedaço de terra que, por escritura de 2 de Novembro de 1758, lavrada pelo Tabelião Teodosio Tomaz Correia de Sá, Fernando Botelho Finho Pereira Vasconcelos e Lacerda comprou a Maria Madalena de S. Pedro da Rosa (referida na alínea C deste número 1) formado por «hum pedacito de terra no direito da Eyra das minhas cazas de Villa da Feyra, mas lá p.º o fundo, partindo do Nascente com terra mesmo minha, das minhas cazas, e do Norte com o caminho publico q.º é o q.º vai p.º Rolaens, e o Montinho, e do poente

com a Quinta do Fontoura, e tem huã portinha p.^a o dito caminho, ou viela q.^o vay p.^a o Montinho, é chamado o Quintalejo».

Este Fernando Botelho deve ser o irmão de D. Bernarda Sofia Leão, filho de D. Isabel Soares de Lacerda e de Fernando Botelho de Pinho — conhecido por Fernando Correia de Lacerda, que em religião foi denominado por D. Fernando de Santo António Botelho — frade Cruzio — que, antes de professor, doou a legitima de seus pais a sua dita irmã D. Bernarda e marido Bernardo Moreira de Vasconcelos, por escritura de 1713, tanto mais que tem o apelido de Lacerda que lhe proveio de sua mãe D. Isabel e não de seu pai Fernando Botelho de Pinho. Não se pode entender como sendo este último Fernando Botelho de Pinho, por este estar falecido em 1707, pois sua mulher D. Isabel quando, nesta data, fez o reconhecimento de aforamento à Casa da Feira, do prédio aludido no n.º 3- B-b deste trabalho, foi dada «como viuva que ficou do Licenciado Fernão Botelho de Pinho Pereira».

Também a data de 1758 o confirma, porque o Teodósio Tomaz Correia de Sá era, nesse ano, Tabelião nesta vila da Feira (já o era em 1754, como já referimos) e porque a Maria Madalena de S. Pedro Rosa devia ser a enfeiteuta do prédio e nessa qualidade fez a venda, o que é confirmado pela seguinte referência feita por Huette (cit. ob., pág. 85-v.) «A vendedora diz nesta escritura, q.^o pede ao direito Snr. q.^o lhe authorize esta venda, e aceite por Caseyra ao Comprador, ao qual nomea nas vidas, ou vida em q.^o se achar o prazo; se bem q.^o ela nunca pagou nada, nem sabe q.^o a dita terra tenha direito Sñr. algum, mas q.^o por cautela o dis» esclarecendo, ainda, que «esta compra suposto se fes em nome do Snr. Fernando Botelho, nada tem nela, por q.^o só afizerão em seu nome, por conta da Siza, cudo Eu, porem minha sogra a Snr.^a D. Jozefa foi a que pagou tudo do seu dinheiro».

Deste modo se fez o agregado misto de que resultou a propriedade que Huette, a fls. 19 e 19-v.º da sua cit. ob., descreveu e confrontou, como existente no seu tempo e de sua mulher, com referência a 1774, data que consta na capa do aludido livro de Huette Bacelar.

«Na Praça da Villa da Feyra, tenho as minhas cazas, que constão de quatro janelas rasgadas, e para tras tem ortas, pumares, e uma grande Ribeyra, com suas agoas de rega, e nativas. Pegado a esta morada de cazas, á outra mais pequenita, que tem tres janelas de peitoril, e ficão para o norte, fazendo quina á Travessa, que vay para a Quinta de Rolaens, e para o Montinho, são Dizemas a Deos, umas e outras, e abaixo direi das suas compras, e do que dellas se paga; oje estão com as portas abertas, para serem comonicaveis, inda que em outro tempo, estavam sem esta comonicação,

porque as trazião alugadas. Estas cazas he onde viverão sempre os Pais, e Avos de minha mulher, a senhora D. Vitoria de Lacerda, forão compras, que os Avos forão fazendo de cazas, mais ordinarias, que depois reduzirão aesta morada grande, e ao circuito de terra, que tem nas costas das cazas».

Para conhecimento da localização e extensão da parte rústica da propriedade de que as referidas casas faziam parte, quando Huette Bacelar escreveu o seu trabalho, transcreve-se o que nele diz a fls. 19-v.º e seguintes.

«Tem estas cazas, pela parte posterior, uma Quinta, que se compoem de pumares, ortas, e mais terras Lavradias, cujo rendimento é incerto, por ser de ordinario a cultura da caza; hé cercada pela parte do Norte, e sobredita travessa, com hum muro, e pela banda do Sul, parte com as Quintas de Fijõ, e da Fontoura, que servem de divizam humas, ás outras; e pela parte do nasente, he cercada de hum Rio, que a devide de varios Quintacs, de muitos donos; tem esta Quinta huma Ribeyra, cujo pedaço de terra se acha demarcada por marcos, e logo aqui abayxo se descreverá hum titulo que á sobre o que nisso houve, e no Tombo que se fez do Castelo desta Villa, de cujo pedaço de terra se paga hum senso serrado, de **des alqueires de trigo**, cada hum anno aos Religiozos de S. João Evangelista, desta mesma Villa; E tem tambem, huma piquena caza, chamada da Eyra, por nella estar pegada, que tambem hé foreira aos Religiozos Cruzios, do Convento de Grijo, com o foro de setenta reiz em cada hum anno, e nam sei se algum pedaço della, ao pe da caza. Tem esta Quinta o regalo de huma boa fonte dentro, e hum excelente posso com sua bomba, no pateo ao pe da cozinha, e alem desta utilidade, tem o mimo de ser toda regada de Verão, e coberta de agoa de Inverno, mimo que a faz tam abundante nos frutos, que produz,, como copioza nas ervas que cria, nos lameyros que tem, e primeiro que este nasente de agoa, chegue a beneficiar esta Quinta passa pelas de Rolaens, e se entra para ella, por huma porta, que puzerão no muro, por ficar assim mais vedada a dita Quinta, dando huma chave, para que todas as vezes, que fosse percizo hir-se á conduçam da dita agoa, o porder fazer, com toda a liberdade, e de José Pinto Tavares, oje de seu Genro Pedro Jozé Vabo Md.º da Sylva e Bulhones, e sua m.^{or} D. Anna Victoria de Sá Pereyra Tavares Pinto, moradores na Quinta de Pereyra, junto a Vila Nova de Famelicão, sem q.^o hum, nem outro donos, posão impedir apassajem, não só da agoa, mas tambem dos criados, e cazeyros, que a forem conduzir, e Limpar os Regos, ou aquedutos, quando for necessario pelas suas mesmas propriedades, cuja posse tem esta caza muito antiga, e havendo já nisto differenças, se decedio a favor della, como abaixo

se apontarão as Sentenças, que acho, se bem que neste anno de 1768 (vê-se que o trabalho foi iniciado pelo menos em 1768, pois estes dizeres são a pág. 21) se deu huma força do Abbade de Espargo, pela imbarçar, e privar aos criados o hila conduzir pela Quinta, que é da sobrinha, m.^{ra} desse Pedro Vabo, e do que se julgar, se dirá depois tambem: sahio a favor a Sentença, abaixo o digo. Tem este nascente, a sua origem em uma fonte, chamada de João Pirão, por nesse tempo sêr o possuidor da propriedade, em que está esse posta, em hum campo, cito no Lugar das Eyras desta Villa, onde he morador o dono d'elle, que se chamava Antonio de Pinho, mas oje o possui sem que porem este, sem embargo de ser senhor do dito campo, possa de nenhuma sorte uzar della nem devertila em tempo algum de verão, e menos neste tempo impedir aos criados, e cazeyros desta Caza o hir buscala athe o proprio nasente, onde só de Inverno não podem hir tiralha, por lhe estar concedida nesse tempo, e puder merujar com ela, só o dito Campo onde nase, sem poder devertila, para outro qualquer, por nam impedir as vertentes que cayam em os mesmos aquedutos, para virem da mesma sorte beneficiar esta Quinta, em o dito tempo de Inverno, em o qual não podem os criados, e cazeiros desta caza, hir buscala, se não the o fim do dito campo, por não impedir lhe este beneficio, de que não podem utilizar-se de verão, por ser toda, toda desta caza, como se acha julgado, nesta Relação em quatro de Mayo de mil settecentos quarenta, e sinco annos, como abaixo se apontará a dita Sentença.»

Como vimos, as casas que estavam junto às grandes, localizavam-se logo a seguir a estas desenvolvendo-se até «á viela que vay para Rolães e Montinho».

Já faceando esta viela e «pegadas mesmo» àquelas, havia umas outras casas que, por detrás, estavam «partindo mesmo com a Eyra», casas que estavam aforadas ao cónego de S. João Evangelista de Santo Elói — da Vila da Feira — o P.^o João de Santo António Cruz, assistente no seu convento (donde era boticário), pela quantia anual de um tostão.

Estas casas foram doadas, em 17 de Dezembro de 1662, por Antónia do Amaral Tavares (que foi casada, em Cimo do Douro, com Manuel da Mota Pereira do lugar do Vale, do concelho de Penaguião) a sua sobrinha D. Antónia de Vasconcelos Amaral, avó da D. Victória de Lacerda.

«Na travesa, q.^o vay da Rua, p.^o Rulaens e o Montinho, á umas Cazas pegadas mesmo, ás q.^o se comparão na Quina, e estão unidas, ás minhas grandes, cujas cazas da travesa, por detraz estão partindo mesmo com a Eyra, minha, e dela se me pagão, cem reis em dinheiro «Huette — cit. ob. pág. 133».

Destas casas foi senhorio directo Huette Bacelar

e sua mulher D. Victória, por sucessão dos maiores desta.

Delas foram senhorios directos em tempos antigos, os já mencionados António Moreira de Vasconcelos e mulher D. Maria do Couto de Vasconcelos (5.^o avós da D. Victória de Lacerda), pais que foram do aludido Diogo Moreira de Vasconcelos «O Velho» tendo, por inventário, a que se procedeu por morte deles, em 22 de Fevereiro de 1609, ficado o correspondente foro a pertencer a sua referida filha D. Antónia do Amaral Tavares.

Então era foreiro um tal Salvador Gonçalves, da Vila da Feira. Como ela não teve filhos, deixou os seus bens, incluindo o direito ao dito senhorio directo, por doação feita em 17 de Dezembro de 1662, a sua sobrinha D. Antónia de Vasconcelos do Amaral, casada com seu primo direito António Leite do Amaral, (terceiros avós da D. Victória de Lacerda). Por essa doação se verifica que era, então, foreira Mariana Carneiro, em sucessão de seu pai Manuel Carneiro.

«E dis a Verba da dita Duação assim = o q.^o paga Manuel Carneiro, desta Vila, agora sua filha Mariana Carneyra, cem reis, pelas Cazas em q.^o vive, q.^o pertensem a este legado, e outros cem reis á Confraria do St.^o nome» — cit. ob. fls. 133-v.^o.

Depois daquela Mariana ou Maria Carneyro, pagou o foro Madalena de Soares Aguiar e depois, a filha desta, Madalena de S. Pedro Rosa que, em declaração feita por escrito de 10 de Fevereiro de 1759, reconheceu que «as cazas em q.^o vivo, da mesma Viela, q.^o forão de minha May, Madalena Soares de Aguiar, pagão de foro, á Snr.^o D. Josefa Violante de Vas.^{cos} e ao Snr. Bernardo Moreyra de Vas.^{cos} (respectivamente mãe e avô paterno de D. Victória de Lacerda), um tostão de foro, de cada um ano, por dia de S. Miguel e este se lhe paga á m.^{tas} anos» (Huette cit. ob. pág. 134).

Esta Madalena de S. Pedro da Rosa, por sua vez, deixou o que tinha ao referido Cónego de S. João Evangelista, o Padre João de Santo António Cruz. Este deixou de pagar o foro e foi demandado, em 12 de Dezembro de 1771, por Huette Bacelar que venceu a causa pelo que o dito Cónego foi condenado a pagar-lhe o referido foro anual de cem reis apesar de o Cónego se ter defendido «com mil tulices, costume do seu letrado».

Acrescenta Huette em seu comentário (cit. ob. pág. 144-v.^o) «sempre se pagou o dito tostão, aos pasados da caza de m.^{ta} m.^{er}. Antes erão = 200 = porém derão os seus pasados 100 á Confraria do St.^o Nome e ficarão com o outro».

Deste modo, foi-nos possível reconstituir, tal como existia em 1774, todo o prédio da D. Victória de Lacerda e de seu marido Huette Bacelar, encabeçado pela antiga Casa da Praça implantada imediatamente a norte

do edifício da Cadeia, bem como a sua história desde meados do século XVI, propriedade que, em resumo, era formada pelas casas que se reuniram na mão da família, edificações que se sucediam desde a dita cadeia à viela ou travessa que de Rolões decorria até ao Montinho, com eira e sua casa, hortas, pomares e uma grande Ribeira, incluindo o pedaço de terra agregado pela já citada escritura de 2 de Novembro de 1758, ocupando tudo uma área dilatada que, para melhor compreensão, em relação ao que ainda foi conhecido em nossos dias, se pode confrontar nos seguintes limites:

A parte urbana: do nascente com a Praça e Rua Direita até à viela de Rolões (hoje largo de S. João de Vêr) tomando-se em consideração o seu traçado primitivo como adiante vai referido, do norte com esta viela e seu prolongamento para Rolões e Montinho; do sul com o edifício da cadeia e com o rústico e do poente com o rústico, notando-se que, integrado neste conjunto, estava a casa de que D. Victória e Huette eram apenas senhorios directos, pertencendo o domínio útil ao referido Cónego de S. João Evangelista José de Santo António Cruz, casa esta que se situava na esquina da viela de Rolões, nas suas duas faces nascente e norte.

A parte rústica: de nascente com a parte urbana, e as traseiras do edifício da cadeia e com os quintais das casas da Rua Direita, que da mesma Praça se desenvolvia, e ainda se desenvolve, para sul, até à Igreja de S. Nicolau e com o rio, do sul com as quintas de Fijô e do Fontoura, do poente com a Quinta de Rolões e do norte com a parte urbana e viela de Rolões ao Montinho e casa de que foi enfiteuta o referido Cónego Cruz.

Huette Bacelar, se viveu nestas casas depois do seu casamento com D. Victória, não o foi com permanência, pois averigui que em 1762 — (Huette cit. ob. pág. 322-v.º e 326) ele e sua mulher viviam no Porto, vivendo, na Vila da Feira, a mãe de D. Victória, Josefa Valente de Vasconcelos e sua avó Bernarda Sofia de Leão.

D. Victória de Lacerda Cardoso Botelho de Pinho Pereira e Lourenço Huette Bacelar de Sotto Mayor tiveram muitos filhos (doze) sendo o primogénito, Duarte Cláudio Huette, nascido a 7 de Outubro de 1756, casado, em 2 de Outubro de 1771, com D. Ana Joaquina Guedes de Carvalho e Menezes, tendo havido deste casamento, vários filhos, pelo menos Lourenço Huette Bacelar, nascido a 29 de Janeiro de 1773, D. Leonor Guedes, nascida a 19 de Outubro do mesmo ano e João (que foi para o Brasil com a família real em 1807).

Duarte Cláudio casou segunda vez com Custódia Luisa Bacelar de quem teve uma filha de nome Maria Eduarda Bacellar Huette que, segundo refere o Dr. Vaz Ferreira no seu «Ferro Velho» intitulado «A Casa Huet»

(Correio da Feira n.º 2608, de 4 de Dezembro de 1948) nasceu uns dezasseis anos depois do irmão mais velho (e, por isso, cerca de 1789).

Segundo diz o mesmo articulista há quem afirme que D. Custódia não foi mulher legítima do Cláudio Duarte, lembrando, contudo, que ela figura como avó no registo de casamento de sua neta (Maria José), filha daquela Maria Eduarda, casamento que teve lugar, na Casa da Praça, em 18 de Julho de 1855, e, como mãe, no registo de óbito daquela sua filha ocorrido em 24 de Novembro de 1862 (o que tudo também verifiquei).

Esta D. Maria Eduarda, casou com um capitão que, por decreto de 22 de Julho de 1824 (Ordem do dia 26 do mesmo mês) foi transferido do Batalhão de Caçadores n.º 12⁽¹⁰⁾ para o Batalhão de Caçadores n.º 11, então aquartelado na Vila da Feira, de nome José Joaquim da Silva Pereira, irmão do que foi o Conde das Antas. Foi administrador Geral substituto de Aveiro, deputado de 1834 a 1842 e de 1851 a 1856 e chegou a Marechal de Campo graduado⁽¹¹⁾; era filho de Francisco Xavier da Silva Ferreira e de D. Antónia Josefa de Abreu, da Vila de Valença.

Este Marechal foi, sem dúvida, dono da aludida Casa da Praça e nela viveu (pois aqui fez toda a sua ascensão militar até Marechal, não lhe sendo conhecido qualquer feito militar).

É de crer, o que apenas apresento como hipótese muito verosímil, que a referida Maria Eduarda, quer fosse filha legítima, ilegítima ou legitimada do Duarte Cláudio tivesse herdado a casa de seu pai, pois os filhos do Duarte Cláudio Huette, de nomes Lourenço e António, apareceram como sucessores, sucessivamente, do chamado Morgadio da Lavandeira (e não da Casa da Praça), propriedade que margina a rua do mesmo nome, que parte da Praça para nascente inflectindo depois para norte, morgadio em que depois sucedeu (como refere o Dr. Vaz Ferreira) João Huette Bacelar casado com D. Maria Brizida de Vasconcelos, pais do «morgadinho» Duarte Huette Bacelar, casado com D. Ana Pinto da Cunha e Abreu, da casa do Carrapeto, que, por sua vez, foram os pais do Dr. Gonçalo Huette Bacelar, por morte de quem, a quinta da Lavandeira, foi vendida, pertencendo hoje a Júlio César Alves Moreira, filho do já referido Dr. Gaspar Alves Moreira.

Verifiquei, através de uma matriz provisória da freguesia da Feira, feita em 1854, existente na Biblioteca Municipal da Feira, que nesta data, o prédio ainda estava inscrito em nome do mencionado José Joaquim da Silva Pereira sob o n.º 14 com a seguinte descrição: «1 — Uma morada de casas com lojas e 1.º andar, sitas na Rua — 2) Um campo lavradio contíguo às mesmas cazas com arvores de vinho» com a anotação de que

este n.º 2, em 1857, teve o n.º 12, assim se mantendo em 1859.

A D. Maria Eduarda (que, como se disse, faleceu na casa da Praça, a 24 de Novembro de 1862) deixou uma filha de nome D. Maria José Huette Bacelar da Silva Pereira que, em 16 de Julho de 1855, casou no Oratório da Casa da Praça, com o Conselheiro Dr. Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real (que foram senhores da referida Casa da Praça), nascido a 23 de Novembro de 1832⁽¹²⁾ e foi Delegado do Procurador Régio nesta comarca e Procurador Régio no Porto, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, falecido em 16 de Agosto de 1905: era irmão do Conselheiro Dr. José Luciano de Castro. Tiveram 2 filhos — Francisco e Fernando que foram os últimos descendentes do Marechal Silva Pereira.

A espada deste está arrecadada no Museu Municipal desta vila, conforme a dá como identificada o Dr. Vaz Ferreira. Aquela casa e Quinta da Praça foram descritas na Conservatória do Registo Predial da comarca da Feira sob o n.º 1792, a fls. 26-v.º do L-B-9, em Dezembro de 1869, a favor do referido Dr. Francisco de Castro Matoso Pereira Corte Real, por força da escritura pública de sponsais e dote lavrada, em 28 de Dezembro de 1854, pelo Tabelião que foi da Vila da Feira, Joaquim Vaz de Oliveira Júnior e outra de partilha amigável, em 11 de Novembro de 1865, lavrada por Francisco Guilherme de Brito, da cidade de Lisboa e de uma certidão com data de 1 de Março de 1866 de uns autos cíveis de posse que correram

seus termos no Tribunal da comarca da Feira, a requerimento do dito Dr. Francisco Matoso, constando dessa descrição: «Prédio urbano e rustico de casas e Quinta denominada da Praça que se compõe de casas de habitação, cavallariças, currais, casa da eira, tanque, fonte, pomares, de caroço e de espinho, terras lavradas, pateo, água chamada de João Pirão, situada na Praça Vellha desta Vila e freguesia da Feira, a confrontar do nascente com a Praça Velha e Paços do concelho, poente com o Padre António Joaquim Ferreira e Quinta de Fijô dos herdeiros de João Ferreira da Silva da cidade do Porto, norte com Francisco José Pinto, caminho e viela de Rolaens⁽¹³⁾ e do sul com a Cadeia e Quintal dos Paços do Concelho, Francisco José de Oliveira e Rio». Por morte do Conselheiro Matoso ficou esta propriedade para seu dito filho Dr. Fernando, de apelidos Castro Matoso, Juiz Ouvidor da Junta do Crédito Público e sua mulher D. Alice Martins de Sousa de Castro Matoso, os quais, por escritura de 16 de Outubro de 1903, lavrada nas notas do notário de Lisboa, Carlos Alberto Scola, a venderam a António Bernardo Coimbra, casado com D. Emília Resende Coimbra. Por falecimento daquele ficou para a viúva e seus filhos Alberto Coimbra, casado com D. Maria Emilia de Mello Toscano Coimbra, Conselheiro Dr. Eduardo Coimbra, Dr. Elísio Coimbra e Vitorino Coimbra: por escritura de 7 de Junho de 1941 venderam a José António Gomes dos Santos. Nesta escritura, o prédio foi desdobrado em duas parcelas, a saber:



Esquerda — Casa que foi de D. Vitória de Lacerda. Direita — Casa que foi designada por Alqueive das Sisas ou da Almotaçaria. (Segundo quartel do século XX)

a) Casa de habitação de um andar e rés do chão, com quintal e mais pertenças, sita na Praça do Doutor Gaspar Moreira, a confinar do nascente com a mesma Praça, do norte com herdeiros de Manuel Ferreira Dias de Oliveira e Largo, do poente com o prédio abaixo descrito e do sul com os Paços do Concelho — inscrito na matriz predial urbana no artigo 69.º.

b) Prédio de casas de habitação, currais, eira, canastro e casa junta para indústria, terras lavradas juntas, tanques, pomares, deveza, ramadas e mais pertenças, denominada Quinta de Rolaens, sita neste lugar, a confinar do nascente com os Paços da Concelho e outro, do norte com a estrada, do poente com o Dr. Domingos Caetano de Sousa e outro e do sul com o rio, inscrito na matriz nos artigos 313 da urbana e 1312 da rústica.

Ambos formavam o já falado prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1792.

Na matriz predial anterior à actual o prédio esteve inscrito, sucessivamente, em nome de Francisco de Castro Matoso (Dr.), António Bernardo Coimbra e Domingos Gomes da Silva, nos artigos 344 Urbana e 1312 rústica com os números de polícia 117, 119, 121 e 123.

Na madrugada de 23 de Novembro de 1948 foi a casa consumida por um incêndio e depois, as suas ruínas e terreno onde esteve implantada, foram vendidas, por aquele Domingos Gomes da Silva, por escritura de 10 de Maio de 1950, à Câmara Municipal da Feira que a mandou demolir para dar lugar à urbanização hoje existente — de que resultou o alargamento do largo dos Condes de S. João de Vêr: a parte da casa que, pelo lado sul estava incrustada nos Paços do Concelho, foi, então, agregada a este edifício.

Os terrenos da Quinta foram também vendidos em parte, à Câmara Municipal da Feira, por escrituras de 14 de Setembro e 30 de Novembro de 1953 e, as outras parcelas, a particulares, dando, assim, lugar, à urbanização da Vila de onde resultaram arruamen-



A Rua Dr. Vitorino de Sá, vendo-se, ao fundo, a Rua da Lavandeira — 1957

tos, como a rua da Índia Portuguesa, alargamento da Rua Dr. Vitorino de Sá e dito largo dos Condes de S. João de Vêr, áreas onde hoje se encontram construídos diversos edifícios, entre os quais se contam os do Mercado Municipal, Correios e Caixa Geral dos Depósitos, além de muitas casas particulares.

B

Casa que foi de Manuel José Godinho

No século passado existia, junto à rua Direita, a confinar pelo norte com a Rua de Rolões, uma casa que foi pertença de Manuel José Godinho⁽¹⁴⁾ que foi recebedor do concelho e pessoa muito abastada, desta vila, tendo sido Presidente da Câmara Municipal da Feira no exercício de 1874-75 e em 1878 e Conselheiro Municipal no exercício de 1876-77 e ainda Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Feira.

Deixou todos os seus bens à Santa Casa da Misericórdia do Porto. No inventário a que se procedeu por seu óbito, essa casa foi posta à venda, em hasta pública, sendo arrematada, pela Câmara Municipal, por 600 000 réis em Junho de 1901, a fim de ser demolida para proporcionar o largo que foi designado por D. Pedro V e veio, mais tarde, em Abril de 1940, a receber a denominação de «Condes de S. João de Vêr», tendo contribuído para o seu pagamento os proprietários vizinhos a quem interessava a sua demolição: — o Desembargador, e Par do Reino, Francisco de Castro Matoso, o recebedor do concelho Artur Guilherme Bandeira de Castro, o advogado Dr. Manuel Augusto Correia Bandeira, o escrivão-notário José Vieira de Sousa, o farmacêutico Joaquim Pinto de Araújo, o comerciante Francisco Plácido Alves e os herdeiros do grande proprietário e capitalista João Leite de Sousa.

Esta casa foi arrematada com a condição de só ser demolida após Outubro seguinte, visto estar arrendada, até esse mês, ao comerciante José Maria Martins.

Este prédio, que era formado por rés-do-chão, 1.º andar e águas furtadas, estava situado na Rua Direita, fazendo esquina para a viela de Rolões e para a rua de Rolões e segundo informação da época, era, pelas suas linhas características e patine, um dos prédios antigos da Vila.

Foi descrito na Conservatória do Registo Predial desta comarca, em 1868, sob o n.º 591 — a fls. 262-v.º do L-B-4.

«Prédio urbano que consta de casas de sobrado com lojas por baixo, situado na Rua da Praça desta freguesia e Vila da Feira, com os números de polícia, para a rua, 114, 116, 118 e 119 e para a viela de Rolaens — 410, 411 e 412 — a confrontar do nascente com a Rua da Praça, do poente e sul com a viela de Rolaens e do norte com a rua D. Pedro V».

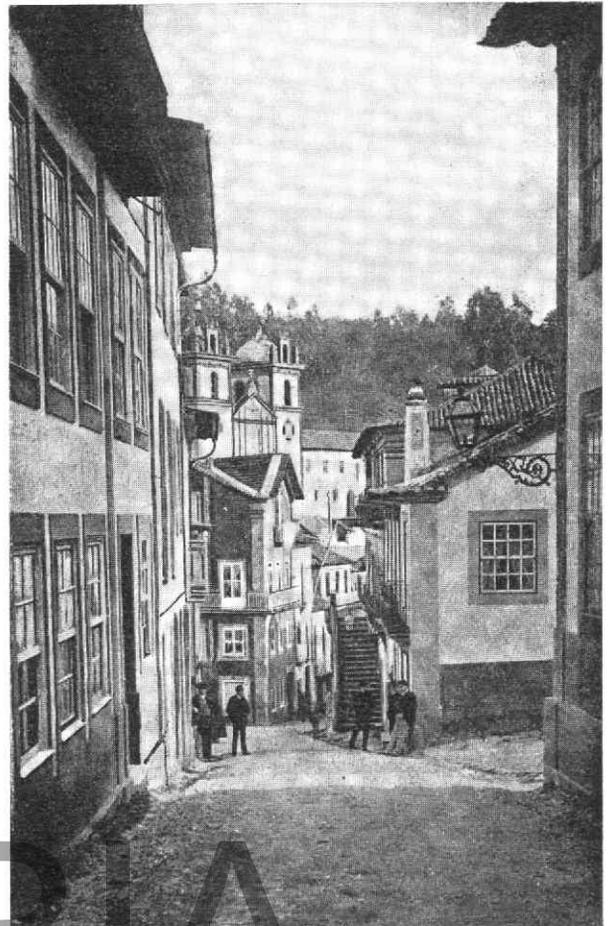
Esteve inscrita na matriz predial — enquanto ainda não havia a distinção entre urbana e rústica — no n.º 1314, correspondendo aos n.ºs de polícia 125, 127, 129 e 131 — tudo em nome daquele Manuel José Godinho e só por acórdão de 1910 foi tal número eliminado na matriz por ter sido demolida a casa. Esta demolição teve lugar em 1903, depois de terem sido postos em arrematação os seus materiais em diversas praças, a primeira das quais teve lugar em 3 de Abril de 1902, arrematação que veio a fazer-se pela quantia de 150\$00 em 19 de Março de 1903. Esta casa esteve arrendada a uma mulher, a Joana Barbeira, muito conhecida no tempo, por nela ter instalado um estabelecimento de mercearia, muito popular, que era viúva e veio a casar, pela 2.ª vez, com José Maria Martins, vindo de Trancoso de onde trouxe, para a sua companhia, dois sobrinhos João Aires Ferreira e Laura Martins.

Na mencionada matriz provisória de 1854 este prédio está descrito em nome de António José Correia da Silva Telles, sob n.º 15, como sito na Rua e formado por morada de casas com lojas, 1.º andar e quintal sitas na rua: este quintal deve referir-se a um pequeno logradouro que tinha para poente, com telheiro, a facear com a viela de Rolões que a Joana Barbeira utilizava para depósito de castanhas.

Esta casa pertenceu a Manuel José da Silva Teles, casado com Maria Angelina Carneiro de Lima (falecida em 2 de Fevereiro de 1849) que, por escritura de 1 de Fevereiro de 1845, a hipotecou. Tendo falecido em 8 de Maio de 1849 ela veio a pertencer a seu filho, o aludido António José Correia da Silva Teles, que a manteve em sua mão até que, em 12 de Julho de 1885, foi arrematada em hasta pública pelo referido Manuel José Godinho em processo de execução movida contra aquele António da Silva Teles. Ainda não consegui apurar como ela veio à posse do Manuel da Silva Teles — assim como não consegui identificar esta Casa no Tombo da Casa da Feira (Infantado) na relação dos obrigados ao pagamento do portado, mas não resta dúvida que também o pagava por ter porta para a rua.

A existência desta casa veio levantar dificuldades para o meu estudo em virtude da localização, já averiguada, da casa de Huette Bacelar que, como dissémos, foi formada pela que estava contígua à cadeia e pela que lhe estava ligada imediatamente para norte, comprada por Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos, por escritura de 1738, a Francisco Xavier de Freitas e suas cunhadas, casas que, como também já referimos, formaram, pela ligação feita, interiormente, entre elas, um todo na mão do dito Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos (15).

Esta última casa, que Huette chama «outra pequenita» pegada àquela que confinava directamente com a cadeia, nada tem que ver com a que pertenceu ao



Rua Direita e, ao lado direito, a entrada para o antigo Largo de D. Pedro V

António José da Silva Teles, pois esta estava desligada daquele conjunto (formado pela duas aludidas casas) por uma travessa que a circundava — pelo sul e poente, desde a rua Direita até à Rua de Rolões, o que formava, então, a viela do mesmo nome ou da Praça, separando-a, assim, pelo lado poente, da casa que passaremos a falar como pertencente a João Leite de Sousa, o que está esclarecido pelas confrontações dadas na referida descrição na Conservatória.

O que nos chegou a intrigar foi a confrontação dada àquela casa pequenita, que ficava para norte, «fazendo quina para a Travesa», como diz Huette Bacelar no seu referido trabalho a fls. 19, quando a casa de António da Silva Telles (que depois foi do Manuel José Godinho) faceando com a rua Direita, também confinava com a referida viela de Rolões.

A dúvida que se levantava resolvi-a à face de um contrato que consta da acta das sessões da Câmara Municipal da Feira de 2 de Setembro de 1859. Dele se conclui que, até então, a viela de Rolões seguia por detrás da casa do Telles e desembocava na rua Direita, entre esta casa e a do Marechal Silva Ferreira, pois a casa do Telles, então estava ligada à que se

Ihe seguia para norte, pertencente a José Maria Cochofel Pinto Leitão e sua mulher D. Antónia Júlia Pinto de Magalhães Cochofel, da Lagariça e, ao tempo, assistentes na Vila da Feira. Pelo mencionado contrato aquele Cochofel e sua mulher venderam, à Câmara Municipal da Feira, uma faixa da sua casa que ligava com a do Telles, de modo a entre ambas se formar uma nova saída da viela de Rolães para a rua Direita, viela que ficou marginal, pelo norte, com a restante parte da casa do Cochofel e do sul com a casa do Telles, E, deste modo, a viela de Rolães ficou com dois acessos para a rua Direita imediatamente contíguos à casa do Telles, um do norte e outro do sul: este manteve a designação de viela da Fraça e aquele deu início à Rua de Rolães ou de D. Pedro V.

Do mencionado contrato consta que os referidos vendedores cederam à Câmara Municipal «terreno da casa que nesta villa possuíam com os numeros setenta e um e setenta e dois na Rua Direita para se abrir no terreno, que a mesma ocupa, uma Rua e entroncar na viela de Rolaens e seguindo ao Montinho, cujo terreno tem de comprido pela parte do norte a medir da esquina da casa nova⁽¹⁶⁾ deles cedentes até além das portarias de carro que esta no muro do quintal das mesmas casas dez braças⁽¹⁷⁾ pela parte do sul, principiando a medição na outra esquina do visinho e seguir paralela com a casa deles cedentes seis braças e meia, e de largo em todo o terreno duas braças e palmo e meio, fora a parede do visinho, que pertence metade a elles cedentes e que também por este contrato a cedem a esta Câmara, e tudo com as seguintes condições: Primeira — que esta Câmara lhe dará pelo terreno expropriado e amigavelmente cedido a quantia de cento e noventa e dois mil reis em metal sonante, pagos no acto da assignação deste contrato: Segundo — que esta Camara não consentirá, que o visinho António José da Silva Telles, abra janela ou portas, na meação da parede que elles cedentes cedem a esta Camara, salvo pagando o dito Telles, ou sucessores, uma quantia igual aquela que eles cedentes recebem desta para ser aplicada metade em obras municipais e outra metade no Hospital⁽¹⁸⁾ que se vai criar nesta Villa, caso se leve a effeito a sua criação, do contrário será esta dita metade para elles cedentes.....»

C

Casa que foi de João Leite de Sousa

Para trás da casa do Godinho, para poente e separada desta pela mesma travessa, existia uma outra casa, que foi pertença do proprietário e capitalista João Leite de Sousa.

Esta casa deve ser aquela a que me referi, pertencente ao património de Huette Bacelar — que estava

aforada ao Cónego de S. João Evangelista de Santo Eloi — o Padre João de Santo António Cruz, isto porque, de facto era ela que tinha, por trás, a Eira e casa da Eira da casa nobre do Huette Bacelar e que veio ao património da família de sua mulher, por doação, feita em 17 de Dezembro de 1662, por D. Antónia do Amaral Tavares a sua sobrinha D. Antónia de Vasconcelos Amaral casa que, como diz Huette na sua citada obra a fls. 133 e já foi referido, estava implantada na travessa que ia da Rua para Rolães e Montinho «cazas pegadas mesmo, ás q.º se comprarão na Quina, e estão unidas, ás minhas grandes cujas cazas da travesa, por detras, estão partindo mesmo com a Eyra, minha».

Ora estas casas eram exactamente as que estavam ligadas com as trazeiras da casa grande, quando é certo que as do Godinho estavam separadas desta por uma travessa.

Como já dissemos, foi enfiteuta desta casa Madalena Soares de Aguiar, mãe da Madalena de S. Pedro Rosa, que, por sua vez, a deixou ao aludido Padre João de Santo António Cruz. Em 30 de Dezembro de 1754 aquela Madalena Soares de Aguiar reconheceu à Casa da Feira (Infantado) a obrigação do pagamento do portado, como se vê do Tombo desta Casa a fls. 86, com a seguinte inscrição: «Reconhecimento de huma galinha sem ovos que fazem Madalena de Aguiar Soares viuva que ficou de José Fernandes e Maria de Aguiar Soares moradores na viela desta Villa pelo portado de casas em que vivem».

A localização dada na viela que é, sem dúvida, a de Rolães vem confirmar o que vimos referindo.

Assim, a casa pertenceu, e tendo em atenção o que atrás foi referido com desenvolvimento, em senhorio directo desde António Moreira de Vasconcelos (5.º avô de D. Victória de Lacerda) que viveu entre os anos de 1596 e 1609 e a sua mulher D. Maria do Couto de Vasconcelos, que sobreviveu a seu marido, sendo enfiteutas⁽¹⁹⁾ em 1609, um tal Salvador Gonçalves e, sucessivamente, Manuel Carneiro, sua filha Mariana Carneiro (esta em 1662) e mais tarde a mencionada Madalena Soares de Aguiar — ou Madalena Aguiar Soares (em 1754) sucedendo-lhe sua filha Madalena de S. Pedro Rosa (1758) de quem foi herdeiro o referido Cónego de S. João Evangelista, o Padre João de Santo António Cruz (1771). Posteriormente, só conhecemos a casa na posse de Francisco José Pinto (matriz de 1854) que adiante será referido. Desconheço, porém, quem a possuiu entre os referidos anos de 1771 a 1854 e quando se deixou de pagar o foro, passando os enfiteutas a possuí-las em plena propriedade, mas pelo que atrás já foi dito, quando nos referimos à venda feita pela Madalena de S. Pedro Rosa a Fernando Botelho Finho Pereira Vasconcelos e Lacerda, esta Madalena em 1758 só era senhora em propriedade plena de terra vendida, pois, como aí se



Rua Direita: Ao fundo a Praça do Dr. Gaspar Moreira e à direita o Largo dos Condes de S. João de Vêr em 1952

disse, ela «nem sabe que a dita terra tenha direito Snr. algum».

Creio que, assim, tudo se reconstitui com verdade. Esta casa aforada é que, depois de demolida a do Godinho, ficou a facear, pelo poente, o dito largo dos Condes de S. João de Vêr (no centro do qual existiu uma linha olaia que foi derrubada quando se procedeu à expropriação da casa e à urbanização do local), que, pelo sul, tinha a casa grande que foi do Huette Bacelar e ficou a confrontar do nascente com o referido largo e pelo norte com rua de Rolaens ou de D. Pedro V que, depois de várias transformações, veio a formar a rua Dr. Victorino de Sá — transformações que consistiram no seu alargamento, regularização e pavimentação, quando foram presidentes da Câmara Municipal da Feira este Dr. Victorino de Sá e Dr. António Pinto da Mota.

Verifiquei, através da já referida matriz provisória de 1854, que então era dono do aludido prédio o Francisco José Pinto, pai de Maria Luciana Brandão (nascida em 20 de Dezembro de 1849), irmã de Henrique e Alexandre Brandão, que foram sócios fundadores da Fábrica de Espinho, Brandão Gomes & C.^a, que se casou com João Leite de Sousa, em primeiras núpcias deste, não tendo havido descendência deste casamento.

Aquele Francisco José Pinto, que era filho de António José Pinto e de Maria Joaquina, foi casado com

Maria Josefa de Jesus, do Castelo, filha de Sebastião Pinto e Josefa Joaquina.

A casa, em seguida, veio a pertencer ao João Leite de Sousa, por certo por força do seu casamento com a Maria Luciana.

Naquela matriz de 1854 a casa recebeu o n.º 5 do artigo 362 com a seguinte descrição: «Uma morada de casas com lojas e 1.º andar sitas na viela da Rua com o n.º...».

Em 15 de Dezembro de 1869 ainda a casa pertencia ao Francisco José Pinto, como se pode ver pelas confrontações dadas na descrição feita do prédio que foi do Huette de Bacelar, na Conservatória do Registo Predial desta comarca, a quando do seu registo a favor do Conselheiro Dr. Francisco de Castro Matoso Pereira Corte Real, como já referi. Por óbito do Francisco José Pinto, de apelido também Brandão, procedeu-se a inventário, cujas partilhas foram julgadas por sentença de 1 de Janeiro de 1885.

A mesma casa, depois da morte daquele João Leite de Sousa, que ainda vivia em 1901, transmitiu-se aos filhos do seu segundo casamento com uma mulher de Vila Boa, lugar da freguesia da Feira, de nomes Fernando Leite de Sousa e João Leite de Sousa, transmitindo-se, depois deste, para Manuel Ferreira Dias de Oliveira, filho de Francisco Ferreira Dias de Oliveira e de Josefa Maria Soares, casado com Ana Cristina da Costa Milheiro e para um seu sobrinho de nome Joaquim Resende para, em seguida, ser propriedade exclusiva daquele Manuel e mulher.

Por morte deste ficou para a viúva e para seus filhos, filha e genro — Carlos Alberto Ferreira Milheiro, Arménio Milheiro de Oliveira, Licínio Milheiro de Oliveira e Maria Otília Milheiro Ferreira casada com José Valente de Pinho Leão e, por força do inventário a que se procedeu em 1936 — ficou todo o prédio a pertencer à viúva.

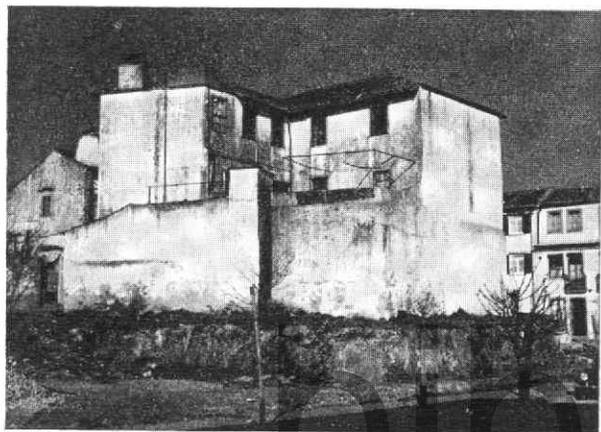


A casa que foi de João Leite de Sousa, quando se iniciou a sua demolição e o alargamento da Praça dos Condes de S. João de Vêr — 1957

A mesma casa esteve inscrita, na matriz predial urbana, no artigo 345 e na rústica no artigo 1 313 e tinha os números de polícia 693 e 694. Mais tarde recebeu o n.º 312 da urbana.

Em 1956 foi o prédio expropriado, por utilidade pública, pela Câmara Municipal para efeito da aludida urbanização da zona—atribuindo-se-lhe a área de 185,42 m² e o valor de 211 000\$00, preço por que foi expropriada.

Estava descrita na Conservatória da comarca sob n.º 46 505 a fls. 88-v.º do L-B-120—tendo, em 1947, a seguinte descrição: «Prédio formado por casas terreas e de sobrado com o seu pateo, sito na rua, a confrontar do nascente com o largo D. Pedro V, do poente e sul



As traseiras da casa que foi de João Leite de Sousa, quando se iniciou a sua demolição—1957

com herdeiros de António Bernardo Coimbra, e do norte com a rua de Rolaens e tem 2 andares—com lojas no seu baixo.»

Quando foi expropriado, destinavam-se, os altos, a pensão denominada «Ferreira», que hoje está instalada na rua Dr. Victorino de Sá e, os baixos, a um estabelecimento comercial de venda de vinhos, mercearia e águas minerais.

De todo o exposto verifica-se que, hoje, não existe nenhuma das casas referidas nesta alínea 1).

D

NOTAS CURIOSAS

a) Aquela casa de Huette Bacelar, que estava junto à cadeia, refere-se Alberto Pimentel no seu livro «A Guerrilha de Frei Simão», escrito no ano de 1895.

Simão de Vasconcelos, da casa dos Vasconcelos, de César, professou na ordem de S. Bernardo e foi conhecido por Frei Simão de Vasconcelos.

Aderindo à causa liberal, organizou e comandou guerrilhas nesta região, até que, em dado passo da sua

actividade guerrilheira, foi preso e enclausurado na aludida cadeia da Vila da Feira, sita na Praça Velha.

Frei Simão, que estava preso numa cela que ocupava no último andar, havia catorze meses, conseguiu, com a cumplicidade do carcereiro, fugir «subindo ao telhado da cadeia, e passando ao da casa vizinha» (a casa da Praça em causa, então na posse do Marechal Silva Pereira) e «De telhado em telhado, pela viela de Rolães, foram os dois fugitivos descer á Eira» (cit. ob. fls. 221) (esta eira é a que atrás ficou mencionada).

b) O falado Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos (pai da D. Victória de Lacerda) bem como seus pais, referidos Bernardo Moreira Cardoso de Vasconcelos e sua mulher D. Bernarda Sofia de Leão Finho Pereira «e os mais passados» (como refere Huette Bacelar—cit. ob. fls. 23-v.º) estão sepultados na Igreja Matriz desta Vila da Feira, no corpo da Igreja, junto às grades do Cruzeiro na primeira fila número 5 em sepultura de Diogo Vaz Pinho, abade de Esmoriz, que era tio direito de Fernando Botelho de Pinho, casado com D. Isabel Soares de Lacerda (Bisavós de D. Victória de Lacerda e pais da aludida D. Bernarda Sofia de Leão).

Em anotação, Huette Bacelar esclarece: «He mesmo a primeira sepultura, que esta ao deser das grades, tem sua pedra manifica, com armas e Letreiro».

Da mesma casa existem, na referida Igreja, mais duas sepulturas: uma na fiada n.º 5, de Belchior Lopes, abade de Romariz, parente pela mesma parte, e outra na sexta fiada, número 2, de Fernando Dias e seus herdeiros.

Segundo Huette, estas informações foram-lhe dadas, conforme seu dizer «as quais se acham declaradas, por um Religioso, que ha no dito Convento, em que formou em hum livro, que os ditos Padres tem, o pavimento da Igreja com a forma das sepulturas em ós e descreveo dentro dos ditos ós, os nomes das pessoas de quem forão, e a que tocavão oje, o qual Padre mesmo deu a clareza pela sua letra, que tenho, e esta com o título desta caza...» (cit. ob. fls. 23-v.º).

NOTAS:

(1) Esta genealogia é uma colectânea de manuscritos genealógicos e de outros documentos que interessam à história da família Soares Barbosa, reunidos em volume com 189 folhas, precedidos de uma certidão passada pelo escrivão da Câmara de Vila da Feira, extraída do Livro do Registo Geral, referente ao Brazão d'Armas de Thomé Joaquim Nunes Pereira de Resende, a requerimento do Bacharel João de Melo Leite, da Casa da Borgia (hoje conhecida por Varsia) de S. João da Madeira.

(2) Estes tombos existem na Biblioteca da Câmara Municipal da Feira. Quando fui Presidente desta Câmara, tomei conhecimento da sua existência, em condições de abandono, na Direcção de Finanças de Aveiro e solicitei ao Director Geral da Fazenda Pública,—cargo que então era exercido pelo senhor Dr. António Luis Gomes, a sua cedência à mesma Biblioteca no que fui gentilmente atendido. Assim, foram entregues, o Tombo da Casa da Feira (Infantado) constituído

por 13 volumes, em Outubro de 1939 e o do Convento de S. João Evangelista da Vila da Feira, com excepção do volume 5.º, em Fevereiro e Maio de 1940.

(3) Além destes tiveram os seguintes filhos: — Pedro Soares de Vasconcelos, casado com Maria Borges; Bernarda Coelho, casada com o Licenciado João Borges de Cambra; Madalena Soares, casada com Lucas Pinto Coelho (a quem Gayo também chama Luis a fls. 103 T. II) e Leonor Meirelles Soares, casada com Amador de Aguiar.

(4) Cunhado do Diogo Moreira de Vasconcelos por ter casado com uma irmã deste de nome Madalena Moreira. Estes eram filhos de António Moreira de Vasconcelos e Maria do Couto de Vasconcelos e netos paternos de Marcos Moreira e de Leonor Caldeira da Principal. Este Marcos Moreira, como refere Felgueiras Gayo, cit. Ob. Tomo XXI pág. 55. «viveu na terra da Feira no tempo d'El Rey D. M. el foi Fidalgo da Caza do Infante D. Luiz achou-se na Tomada de Tunes era parente de Heytor Moreira o Velho mas isto não se sabe com certeza. Cazou na terra da Feira com Leonor Caldeira da Principal gente daquella villa e depois de viver ali alguns annos e ter seis filhos foi p.ª a India com dois q levou comsigo e se meterão na Companhia de Jezus, e forão Martires».

(5) Este Lopo vivia em 1549, pois em 19 de Julho desse ano tirou Bração de Armas (Felg. Gayo — cit. ob. Tomo XXVII, pág. 113, §11, n.º 11).

(6) Esta quinta de Frei também se denominou de Farey, e estava situada na terra da Feira: era «praso da Comenda de Rocas (Felg. Gayo T. X, pág. 109, § 316) que deve ser a actual freguesia de Arouca e, por isso, embora da terra da Feira, era muito distante da Vila da Feira.

(7) Designação que já vem no citado Foral concedido por D. Manuel I quando declara foreiros «...os chãos da feira aa ponte detras as casas da cadeia traz Lopo Affonso e outros herdeiros...» (Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. V, pág. 18).

(8) Esta água ainda é designada pela da «Fonte do João Pirão» em descrições na Conservatória do Registo Predial desta comarca.

(9) Este portado (que no Tombo é designado por foro geral) era pago á Casa da Feira pelos proprietários ou posseiros como enfiteutas, dos referidos prédios que na rua deitavam para a via pública — e neles fizessem «fogo» como consta do Foral concedido á Feira de Santa Maria, pelo rei D. Manuel I. «E pagam todallas as pessoas que fizerem fogo no lugar da Feira que tiverem porta para a Rua cada hu sua galinha sem ovos» — Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. V, pág. 19.

(10) Esboço Histórico de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores n.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26, por Rodrigo Alvarez Pereira, Capitão de Infantaria (fls. 80).

(11) Marechal de campo era o posto acima de Brigadeiro (comandante de brigada que, por sua vez, era imediatamente

superior a coronel). Tinha como postos superiores os officiaes generais (tenente-general, capitão-general e general) marechal do exército e Marechal geral (o maior posto militar de Portugal). O generallissimo era o Chefe dos exércitos, não subordinado a outra autoridade, a não ser o rei. (Novo Dic. da Língua Portuguesa, por Eduardo Faria, 1849).

(12) Era filho de Francisco Joaquim de Castro Pereira Corte Real e D. Maria Augusta de Menezes e Silva de Castro, da freguesia de Oliveirinha, neto paterno de João de Castro da Rocha Corte Real e D. Ana Luisa de Matos Corte Real — do lugar de Fijô, desta Vila da Feira e materno do Morgado António Venâncio de Almeida de Matoso e Vasconcelos e de D. Maria Albertina Henriqueta Alvares Pereira de Mello, da mesma freguesia da Oliveirinha.

(13) É curiosa a referência a «caminho e viela de Rolaens»: aquele deve corresponder à rua de Rolões depois chamada D. Pedro V, já com a sua saída para a Rua Direita, depois da abertura feita pela Câmara Municipal quando adquiriu parte da casa de José Maria Cochofel Pinto Leitão, e esta à travessa que ia da Rua Direita à de Rolões, o que tudo adiante será referido na alínea B deste número 1.

(14) Do registo do seu óbito, na freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira, consta que faleceu em 13 de Fevereiro de 1598, com a idade de 84 anos pouco mais ou menos, que era natural da freguesia de S. Tiago de Riça Ul, concelho de Oliveira de Azeméis, e que era filho legítimo de João José Gocinho, natural desta freguesia de Riça Ul e de Maria Joaquina de Vasconcelos, natural da freguesia e concelho de Oliveira de Azeméis.

(15) A que confinava com a cadeia, como já vimos, tinha «4 janelas rasgadas» quando a que existia no fim do século passado já se nos apresentava com 6 sacadas, o que resultou da sua junção com o «outro pequenito».

(16) Por este passo verifica-se que a casa que hoje aí existe e faccia a Praça dos Condes de S. João de Vêr, pelo lado norte, foi feita, então, de novo.

(17) Em sessão da Câmara de 3 de Janeiro de 1859, com a presença do Administrador do Concelho e do Alferes de Infantaria José António da Silva, em comissão de Inspeção Geral de pesos e medidas, foi estabelecida a comparação dos pesos e medidas, então em vigor no concelho, com os padrões dos pesos e medidas do sistema decimal sendo fixada a vara em 1,124 m.

(18) Na época havia o convencimento da criação do Hospital no Convento, por assim o ter deliberado a Câmara em sessão de 3 de Março de 1859, tendo nessa sessão aprovado uma postura sobre licenças a conceder na abertura de poços e minas nos caminhos e montados públicos, cujo produto se destinava à dotação do projectado Hospital.

(19) O foro de início foi de 200 réis anuais, mas em determinado momento os senhorios directos deram metade da pensão à Confraria do Santissimo, ficando a casa de Huette a receber a outra metade, como já se disse.

ALBERTO SOUTO

NOTAS
BIOGRÁFICAS

Nasceu a 23 de Julho de 1888, no lugar do Bonsucesso, a quatro quilómetros de Aveiro.

Filho de Manuel Germano Simões Ratola e de D. Rufina Amália da Gama Souto, era neto pelo lado paterno do professor Francisco Simões Ratola, figura que marcou na sua época por uma arejada actividade pedagógica; e pelo lado materno, era neto do Dr. António Ferreira Souto, de Angeja, formado em Direito e condecorado com a cruz de Cristo.

Por morte da mãe, transitou com 3 anos para a casa de sua madrinha, viúva do jurista Dr. Agostinho Fernandes Melício, que residia na quinta da Boa-Vista, nas ladeiras de Verdemilho. A essa senhora, que muito admirava, ficou a dever o precoce contacto com os bons livros da sua biblioteca e a educação inicial da sua sensibilidade tão rica.

Foi da janela do seu quarto, na Boa-Vista, que começou a olhar as serras altaneiras — Arestal, Talhadas, Estrela, — e a querer percorrê-las, numa curiosidade permanente, que o havia de levar mais tarde a escrever sobre elas algumas das suas mais belas páginas.

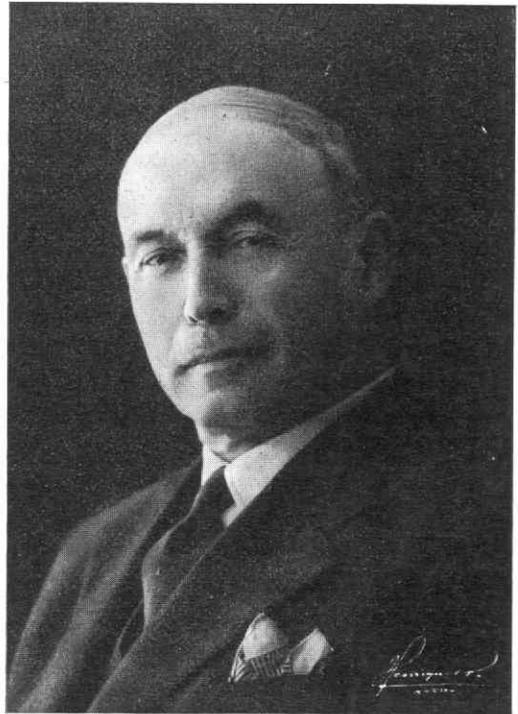
Entretanto, entrou para o Seminário onde fez os preparatórios de 1899 a 1904, com distinções em Geografia e Filosofia.

Em 1904 frequentou o 1.º ano do Curso Teológico, onde foi aluno de D. João de Lima Vidal, de Eugénio de Castro, etc.

Abandonou então a carreira eclesiástica e passou a cursar o liceu de Aveiro, em 1906, onde evidenciou a sua propensão para a oratória. Em 1909 matriculou-se na faculdade de Direito, em Coimbra.

Eleito às Constituintes de 1911, foi deputado pelo círculo de Aveiro de 1911-15, interrompendo por isso os seus estudos em Coimbra.

Como deputado, tratou da elevação do liceu de Aveiro a central; do pedido, que obteve, dum 2.ª época de exames para os pilotos; fez reclamações intensas sobre algumas das estradas do distrito, que percorrera e achara intransitáveis; combateu a extinção das esco-



las normais; trabalhou pela dotação de uma verba ao Museu de Aveiro, o que conseguiu; interessou-se pela criação dum estação piscícola; pediu a rede telefónica; tratou o problema da Biblioteca Pública e apresentou o plano da reforma da Escola Fernando Caldeira, de que foi também professor; apresentou o projecto de lei para a aquisição dum rebocador para a barra, e viveu apaixonadamente em intensa campanha jornalística o problema das suas obras, — entre outros de interesse económico e de fomento.

Volta depois à Universidade de Coimbra. Cursa em Direito o chamado período transitório, com algumas distinções e frequenta também cadeiras da Faculdade de Letras.

Começa a advogar em 4 de Fevereiro de 1919. Interrompe daí a tempo por motivos de saúde, e vive em Davos-Platzli na Suíça, horas de saudoso apego aos seus e à sua Aveiro, que exprime nas «Cartas dum Peregrino», em páginas de requintada beleza.

Em Janeiro de 1927 volta a advogar. Da sua passagem pelos tribunais ficou conhecido de todos a correcção de trato, que foi seu apanágio, a honestidade dos seus processos e o nome que deixou ligado a causas defendidas em Setúbal e Aveiro, sendo particularmente falado o seu triunfo em 1958 na defesa dum inocente condenado em 1939 por crime grave, conseguindo que se obtivesse a confissão do verdadeiro culpado, que com o primeiro mantinha impressionante semelhança.

Muitos mais processos o notabilizaram, se bem que não fosse um apaixonado pelo Direito. Apaixonado foi-o pela sua terra, pelo seu distrito, traçando-lhe o perfil, quando mostrava aos outros o seu folclore — Viana do Castelo lembra certamente Aveiro dessa época, — desenvolvia os seus aspectos etnográficos, — organizou na cidade e dirigiu dois cortejos, — (famoso o de 1949) — que muito disseram das actividades e costumes da região —, ou ainda quando o percorria em investigações sistemáticas de arqueólogo e de geólogo, publicando os seus estudos sobre o espólio encontrado, em infatigável pesquisa. Conhecedor profundo da História Universal, apaixonaram-no as campanhas napoleónicas e sobre elas publicou o seu «Waterloo», depois de uma visita feita ao próprio local das operações, fazendo também da História local e regional desenvolvido e profundo relato.

Aveiro e a sua ria, foram contudo o seu maior amor.

Da ria, disse ele algures:... «é um delírio de velas, de luz, de água, de vida!» De Aveiro, pròpriamente, sentiu-lhe o pulsar, quando contactava de perto com a sua gente, numa popularidade irradiante, que o tornou Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros, presidente honorário do Club dos Galitos, etc.

Tornou conhecida a sua terra, sempre que pôs em evidência a sua arte e a sua paisagem, ou mostrando sempre e em toda a parte, pela pena jornalística ou pela palavra fluente, quanto a achava bela e como deviam descobri-la.

Foi o fundador do Banco Regional de Aveiro, com António Máximo, em 1920, e dirigiu-o até 1928; presidiu à Associação Comercial e Industrial de Aveiro e ao Senado Municipal; foi o primeiro presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, (em 1921), e promoveu com o eng. Sá e Melo, a criação da Comissão de Turismo da cidade. Sobretudo a partir de 1930, dedicou-se a estudos geográficos e arqueológicos, explorando castros como os de Cacia, Cristelo da Branca, Arões, Cambra, etc., estudando várias estações de arte rupestre da serra do Arestal, com trabalhos que mereceram citações, entre outros, aos Drs. José Leite de Vasconcelos, Mendes Correia, Amorim Girão, P.^o Eugénio Jaillaye, Dr. João Corrington da Costa, que em honrosa homenagem deu o seu nome a uma tartaruga fóssil do cretácico de Aveiro, **Rosacia Soutoi**, que se encontra no Museu de Geologia da Universidade do Porto.

Em 1925, nomeado Director do Museu Regional, por Augusto Gil, então Director-Geral do Ensino, após a ocupação do cargo por Marques Gomes e Dr. José Pereira Tavares, ocupou o lugar durante 23 anos, atingindo o limite de idade em 27-7-58, depois de o ter ocupado com o maior esforço de valorização e punado pelas obras da sua condigna instalação, o que lhe mereceu louvores expressos em carta do Eng. Henrique

Gomes da Silva, quando Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ali foi condecorado em 1932, com a Ordem de S. Tiago da Espada, grau de Comendador, pelo Presidente da República General Carmona que veio a Aveiro inaugurar algumas salas do Museu e por proposta do Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, sendo-lhe depois oferecidas pela cidade, em sessão pública, no Teatro Aveirense, as respectivas insígnias, onde foi calorosamente aclamado e elogiado por Mendes Correia, Querubim Guimarães, e Magalhães Lima, facto que a imprensa diária da época deu grande relevo.

Foi ainda Alberto Souto nomeado, em 1927, Director da Biblioteca Pública, e nomeado para o primeiro Conselho Municipal de Aveiro. Mais tarde, Vogal correspondente do Conselho Superior de Belas-Artes, foi também delegado concelhio da Junta Nacional de Educação, sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da Sociedade Geológica de Portugal e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Foi ainda Membro Correspondente da Universidade de Cultura Tradicionalista de S. Paulo, Brasil, e membro do Instituto Internacional de Antropologia.

Foi convidado pela Sociedade «Pro-Monte» de St.^a Tecla para ali proferir uma conferência sobre **Neolítico, Chelense e Asturiense**; tomou parte em vários congressos, e fez conferências que ficaram célebres, como a de **Talábriga**, na sociedade de Antropologia, no Porto, a da **feira das Beiras**, em 1932 na Sociedade de Geografia, de Lisboa, a do **Homem e o Barro**, no cinquentenário das Fábricas Alelúia, etc.

Fundou e dirigiu o jornal «A Liberdade» e colaborou em várias revistas, como a **Pátria**, o **Arquivo do Distrito de Aveiro**, etc.

É vastíssima a sua colaboração nos jornais diários e nos periódicos locais, onde versou temas filosóficos, históricos, científicos, culturais e regionais. Em 1956 redigiu e apresentou à Câmara o parecer da Comissão de Arte e Arqueologia sobre a razão do Monumento a João Afonso de Aveiro, que lhe mereceu do então Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Sampaio, a classificação de **Aveirense número um**. Veio a ser também presidente da edilidade aveirense, — última das suas actividades públicas —, de 1957 a 1961.

Publicou, entre outras, as seguintes obras:

- As Pescarias da Terra Nova na Economia Portuguesa — 1913;
- A Educação de Sparta — 1921;
- Marmitas Eolianas na Serra da Estrela — 1922;
- Origens da Ria de Aveiro — 1923;
- O Museu de Aveiro — Notícia Sumaríssima — 1926;
- Joaquim de Melo Freitas — Despedida Fúnebre — 1924;

- Etnografia da Região do Vouga; Sobre a criação de um Instituto de Estudos e de um Museu Etnográfico com sede em Aveiro—1929;
- A História, o Drama e Graça da Água—1929;
- A Estação Arqueológica de Cacia—1930;
- A Felagia Insula de Festus Avienus—1933;
- Waterloo!... O epílogo da epopeia napoleónica—1935;
- Arqueologia Pré-histórica do Distrito de Aveiro—1938;
- Aveiro na obra de Camilo—1943;
- Geologia e Geografia do Distrito de Aveiro— Blocos erráticos na mesopotâmia da Beira-Mar ao Norte de Aveiro e Sul de Cantanhede—1949;
- Aveiro (vol. 16 da Colecção **A Arte em Portugal**)—1952.

INÉDITO

A PLÁSTICA DAS SENSações

De «Notas Íntimas», a publicar

O espírito e o corpo humanos são como uma argila maravilhosa, rica e variada de tons, que se pode moldar ao sabor do génio e da arte de quem como eles lida. São filões complicados que é preciso procurar, seguir, desvendar, no segredo e no mistério que os envolve, mas onde se descobrem, procurando, veios dos mais preciosos metais, nódulos radicativos brilhando como estrelas, nos recônditos da terra, pepitas de ouro resplendente, gemas magníficas, diamantes excelsos, maravilhas desconhecidas cheias de magia.

Modelar o barro dum corpo ou dum espírito, que belo!

Pôr, sobre a roda do oleiro, a argila divina, a começo informe, hostil, grosseira e depois fazê-la crescer, tocá-la com os dedos, apertá-la com as mãos, engrandecê-la, diminuí-la, dar-lhe forma, arrancar-lhe beleza, apropriá-la, aos nossos desejos, torná-la escrava da nossa fantasia, torná-la útil, dar-lhe alma e mudar-lhe o corpo, conservando a mesma matéria, que belo!

Ir acordar sensações desconhecidas, tocar toda a gama das impressões, dos gostos, dos prazeres, das sensações agradáveis que existem num corpo ou numa alma, que belo!

Mãos grosseiras, almas inferiores ou fúteis não podem descobrir, nem acordar essas sensações e essas maravilhas! Só o génio que por vezes incarna em nós, inspirado pelas paixões, o pode fazer. Como um artista

contemplando a sua obra, o homem sente-se envaidecido quando vê que, sob as suas mãos, ou ao contacto da sua carne, ou sob o eflúvio da sua palavra, do seu olhar, do seu amor, o barro esplendoroso do corpo dum mulher, da alma dum multidão ou do espírito dum público que o escuta, o lê, o atende ou o segue, se alegre e anima, sentindo um prazer novo ou uma emoção desconhecida.

É o prazer de Deus criando, vendo a luz surgir das trevas à sua voz e vendo dos abismos surgir, movendo-se, palpitando e cantando, a vida gloriosa.

Criar é a paixão indomável que Deus pôs dentro de nós!

O homem é um oleiro modelando o barro das sensações!

Alberto Souto

INÉDITO

NA PRAIA

Estive examinando com uma lupa a areia da praia. Que coisa bela! As grutas, as cavernas maravilhosas que ela forma!

Pedras preciosas—cristais lapidados, foscos, quebrados, brilhantes, lâminas de espelho, basaltos, rubis, esmeraldas, ametistas, topázios, cristais de rocha, toda a gama das cores, dos reflexos, aqui se encontra!

Depois... os cataclismos! Num momento as montanhas desfazem-se. As rochas desprendem-se, rolam, tombam. As grutas obstruem-se, desaparecem. Os Alpes tornam-se Sahará. A aragem ergue e volteia estes colossozinhos tão belos de forma e de cor. O Sol fá-los cintilar. No seu meio há uma dança estupenda de luz e de cores.

*
* *
*

Donde veio isto? Que serranias se esboroaram para que esta areia aqui seja hoje assim? Que tragédias e que epopeias se têm passado no decurso dos séculos, para que o mar aqui hoje se debata neste leito de destroços e de fragmentos de velhas penedias?

*
* *
*

O livro único que comigo trouxe, foram os Lusíadas. Uma pequenina edição de luxo, de algibeira, como um livro de orações, que comprei como o melhor livro

de orações que um português pode deixar à sua descendência.

À beira do mar, os Lusíadas têm um sabor mais genuíno e mais português.

Só o mar serve bem de acompanhamento para a sua divina toada.

Junto do mar, a alma ajoelha e reza; ergue-se e voa e canta!

Frequenina como um grão de areia nesta vastidão, um nada junto do oceano imenso e do Céu infinito, a alma portuguesa — a minha alma! — desprende um voo, meditando na nossa epopeia sublime e ergue-se ao alto, mais alto que as núvens, tão alto como o sol e abraça o mundo, por onde o sangue português escreveu fúlgidas e imorredoiras páginas de História.

Os Lusíadas — canto eterno que eternamente se há-de erguer das nossas praias — são o hino da raça e estas ondas ainda hoje nos embalam com o mesmo sonho e com as mesmas aventuras!

Julho de 1918.

Alberto Souto

A HISTÓRIA, O DRAMA E A GRAÇA DA ÁGUA

**Excertos da Conferência
proferida em 1930**

A Água...

Mas a água terá efectivamente **história, drama, graça?**

Direi eu, apenas, o pouco que dela sei, como a olho e a tenho visto, o que dela me rezam as pedras, as terras, as praias, as veigas; um pouco do que dela a ciência nos assegura, um exemplo do que a literatura dela nos narra e do que a poesia a seu respeito nos conta.

E o que é a Água?

Um agregado, um somatório de moléculas formadas da combinação de dois gases na proporção de O_1 e H_2 com gases e sais em dissolução e normalmente no estado líquido, meramente relativo, todos o sabem e particularmente os nossos pequenos escolares.

— Então é possível extrair-se dela um drama?

— Sim, é!

Há coisas tão comuns que, em verdade, largo tempo nos passam despercebidas e que pela sua vulgaridade nem nelas demoramos, por um instante, a nossa atenção.

Ao contrário do que fazemos com Santa Bárbara quando dão trovões, só da Água, em regra, nos lembramos quando ela nos falta e quando, então, o interesse vil e vil egoísmo nos levam a procurá-la nas profundezas, amealhá-la nas cisternas, canalizá-la das goterias, dos correjos, das levadas, dos caudais; aproveitá-la nas fontes, dividi-la nas leiras e nas courelas como herança apetecida e alimento precioso; e implorá-la à divindade, a invejá-la ao vizinho que dela farta o seu agro, a disputá-la em pleitos, a comprá-la em almoedas, e conquistá-la em batalhas sangrentas e guerras demoradas.

Os super-homens perdem a grandeza diante do seu criado de quarto...

Se o Nilo decorresse em permanente regime de inundação, talvez o Egipto antigo não festejasse a sua cheia nem o adorasse como um Deus.

Ora entre nós que demoramos voltados ao oceano, a Água abunda de tal forma, de tal forma nos abraça, nos espelha, nos fala a toda a hora, nos aparece a todo o canto, nos corta o passo a cada instante, tanto a vemos da meninice à decrepitude, do berço ao túmulo, que se nos afigura um elemento sem valor estético, sem **história, sem drama, sem graça.**

E em vez de a deificarmos, amando-a, votamos-lhe desprezo, olhamo-la com indiferença, passamos por ela sem a saudarmos e nem num segundo do relógio da vida lhe dedicamos uma oração ou um simples, profundo e recolhido pensamento!

Gabriel d'Annunzio disse da flor, citando um filósofo grego, que ela devia ser contemplada com os olhos bem abertos!

Pois eu ousou dizer o mesmo da Água!

A Água: eis aí uma maravilha que é preciso meditar e ver com os olhos bem abertos!

Mas aí começa a dificuldade: o mistério e o tormento!

O mistério que acompanha e nimba todas as divindades e o tormento que experimenta e sofre todo o que tenta desvendar os arcanos da divindade!

Se a quisermos ver bem, mal a descobrimos.

Ela é transparente, incolor, informe, inconstante.

O seu mistério vai mais longe: se a tomarmos na mão para bem a vermos, sentirmos, palpamos, e segurarmos, ela escorre, foge, cai, dispersa-se, evapora-se!

Toma a forma das fronteiras que a encerram, dos depósitos em que se armazena, dos receptáculos onde se recolhe, dos sacrários onde se guarda, dos fundos onde repousa, mas se lhe não roubarem o ar e o espaço ou não a guardarem vigilantes, ela daí se põe em fuga, trespassando as paredes, correndo tormentosa, evadindo-se por um interstício ou mudando-se... em hálito, fumo, vapor, neblina!

Desce dos cimos, procurando sempre os fundos, o caminho que for mais baixo e mais humilde, mas formando os grandes caudais, chegando às grandes bacias, aos lagos ou aos mares, torna-se poderosa e dominadora e daí foge logo, como uma figura alada da mitologia, e voa para os céus, para cima de todos os montes para mais alto que toda a Terra, formando as núvens em que sentam os Deuses!

Depois regressa. Uma paixão eterna feita de carícias e de brutalidades, de golpes e de beijos, de imprecações e de meiguices, de ralhos e de carinhos, de proveitos e de malefícios, de riquezas e de devastações, de noivados e de divórcios, de punhaladas e de abraços a prende... entre os abismos da crusta e o vácuo da atmosfera.

Uma lei do equilíbrio do mundo, a reconduz aos mares, às terras, às montanhas, amassando-a, misturando-a, casando-a com a Terra; e o seu ciclo volta, num drama eterno, numa eterna tragédia, numa rotação contínua, como parecer ser, afinal, a rotação dos mundos na curva infinita dos Universos!

O vai-vem eterno da Água!...

Vai-vem eterno da matéria!..., a enormidade deste mistério absorve-nos e esmaga-nos tanto, como, por exemplo, quando ao contemplarmos o nosso Sol, nos lembramos que ele nada é no universo da Via Láctea e que essa espiral de poeira luminosa feita de milhões de estrelas, vagueia no turbilhão dos mundos que enchem uma pequena parcela do espaço etéreo onde apenas se aventura, em hipóteses ou digressões numéricas, o nosso mísero pensamento!...

A Água não tem cheiro, não tem fisionomia e não tem cor, mas toma a expressão dos corpos que a circundam e muda de parecer a toda a hora, quando rutila o sol, quando passa a núvem, quando toca a brisa, quando surge a tormenta, quando a luz morre, quando a noite cai, quando o luar lhe bate, e toma a cor dos vasos e dos reflexos das terras, das rochas, das escarpas e das margens, dos animais e das plantas que nela se miram e nela se banham.

Verde ou azul nas grandes massas, é amarela num mar, vermelha noutro, glauca nas núvens, branca na espuma e na neve, rubra no sangue, verde na clorofila!

Se o não verificássemos, poderíamos acreditá-lo?

Revolta, turva, límpida, cristalina, gelada, tépida, vaporosa, fosforecente, orvalho ou choro, glaciário, **iceberg** ou oceano, hulha branca, hulha verde, hulha azul quando produz força e movimento, é a mesma numa molécula ou numa quantidade imensa, no sangue ou na seiva, na lágrima ou na onda... — sempre — **a Água!**

Que outro ser existe na Terra com tais qualidades?

Nossa irmã Água, lhe chamou S. Francisco de Assis, o cantor admirável desse adorável poema dos **Laudes**.

Talvez seja mais que irmã, talvez seja mãe de toda a Vida, nossa **Mãe** portanto!

Tão boa, tão útil, tão precisa, tão desejada, tão prestimosa... e sem nunca pensarmos na sua origem, na sua história, no seu drama e na sua graça!

Fluída, é incomprimível, mas é mais fofa que as penas e tão dura como a rocha; se a resfriamos, congela-se; se a aquecemos, vaporiza-se; e em ambas as crises experimenta mudanças de volume e adquire forças de expansão que a igualam aos mais poderosos explosivos.

Elemento do orbe em alguma filosofia antiga e na concepção dos alquimistas, a mitologia pagã só a divinizou na figura de Neptuno e nós modernamente fazemos dela força, movimento, calor, electricidade — escravizando-a!

Deu ninfas às fontes e aos rios, fez o deus do mar, mas ninguém a adorou como alguns povos adoraram o sol e o fogo e no entanto bem merecia ela ser entronizada e adorada como uma grande deusa ao mesmo tempo prudente e louca, fecunda e terrível, mansa e implacável, mas de cujo ventre a Vida tivesse brotado e a cujo seio a Vida se alimentasse no decurso tormentoso e obscuro dos incontáveis tempos que vêm até nós desde a época azóica!

Não quer cárcere, ama a liberdade e a vida, suspira pela luz.

Se no âmago da terra se cavar um poço, ela resuma, borbulha e surge e vem respirar o ar e vem olhar o céu.

Desenvolveu-se a civilização à sua vista e os povos andaram à sua volta como, no dizer do velho escritor, as rãs à volta do charco...

Tanto lhe devemos!...

Pois esta palestra é uma oração à Água!

E em nome da Humanidade — mau sacerdote que eu sou! — venho hoje aqui pedir-lhe, simplesmente, o perdão do nosso esquecimento!

... ..

Pode não ter existido a Atlântida, mas o que é facto, é que o Atlântico não foi sempre o grande oceano que hoje é.

Aí se travou tremenda batalha entre a Terra e a Água, em que a Água venceu, afundando-se terras de vastíssima extensão nos fins do Terciário.

Nem isto deve admirar. A fisionomia do globo, a distribuição das terras e das águas, a sua posição relativa, não foi sempre aquela que pelos mapas hoje se nos afigura.

Mares nos sítios dos continentes, continentes no lugar dos mares, lagos profundos onde hoje se erguem serras, montanhas onde hoje se vêem depressões, emergências e imersões, regressões e transgressões marinhas,

têm sido através da história da terra as cenas continuamente repetidas que hoje a geologia nos revela.

Construção da Água são todos os terrenos estratificados, todas essas assentadas de calcário, de argilas, de grés, que a vegetação recobre, que se levantam em colinas e cordilheiras, que o homem abre, rasga e explora.

Construção da Água essas vastidões de areias dos desertos, das dunas, do sub-solo.

Construção da Água os amontoados incríveis de calhau rolado que a cada passo se topam.

Construção das Águas, o alto do Bussaco e os picos dos Alpes!

Que dramas tudo isso traduz e aos geólogos lembra e rememora!

Das encostas que bordam o parque da elegante Curia, é fácil arrancar conchas de ostras e de moluscos vários que noutros tempos antes de aparecer o homem sobre a terra, ali viveram no seio de águas marinhas em cujos fundos se formaram os seus calcários.

Mas por outro lado também a Água é implacável na sua fúria destruidora.

Para fazer as suas construções sedimentares ela precisa de destruir e então usa da erosão no relevo e do embate ciclópico nas penedias das costas, infiltra-se nas rochas mais duras da crusta e estala-as e corrói-as e pulveriza-as e decompõe-as.

Tenaz e persistente é a **água mole que tanto dá na pedra dura até que a fura!**

Farte os granitos, esfolia-os, desfá-los.

Desgasta as rochas mais resistentes, arredondando-as, brune-as, pule-as, redu-las a areia e a pó, a limo e a vasa.

Quando o não pode fazer apenas com a sua acção mecânica directa, ataca-os com o seu oxigénio e envelena-as, oxidando-as.

Espera o momento da descida da temperatura e congelando-se nos seus interstícios, rompe-os e esmiçalha-os.

O seu trabalho de erosão de que resulta o modelado do relevo, como o arranque das falésias e o desgaste das costas, é formidável.

Lá no alto dos montes é neve que cai leve e mansa ou chuva apenas, que inocentemente escorre em fio pelo declive.

E num instante já é avalanche que tumultua e ressoa no vale com um trovão e tudo subverte e tudo abisma; e é regueiro e torrente, cascata e catadupa, rio ou lago ou golfo ou mar!

Ser núbem do céu ou vaga do oceano, dominar no firmamento roubando à Terra a primazia da luz do sol e olhando-a sobranceira, ou juntar-se numa massa infinda que a avassale e submeta, parece serem, en-

tretanto, os seus desejos supremos, as suas supremas e insaciáveis ambições.

É no mar onde ela mais repousa e mais permanece, e aí, que correntes, que vagas, que marés, que grandezas e que tragédias!

A riqueza do seu seio, então, onde miríades de seres vivos, desde a minúscula alga ou microrganismo da fosforecência e do **plankton** de que se alimentam os peixes, até ao enorme cetáceo que espadana nas ondas, desde a concha das pérolas aos recifes de madreperolas e corais, desde o pequenino búcio das praias aos colossais e disformes peixes da fauna abissal, desde os limos das rochas aos mares dos sargaços, a sua riqueza é incalculável e imensa.

Faz rendas de espuma nas praias fulvas, douradas pela areia, e ondeia em cumeadas medonhas nos vauzinhos do alto.

Estrada da civilização, o mar é hoje o laço que une os continentes e confraterniza os povos.

Factor essencial de progresso, aspiram por ele todas as nações, e assim Mahan e Bonamico construíram a teoria célebre do domínio do mar como condição essencial da vitória.

E no entanto, que tragédias se têm desenrolado, que lágrimas por causa do mar se têm chorado!

A história trágico-marítima está cheia de lutos, de angústias, de desesperos, de mortes, de horrores!

É um campo de epopeia e um cemitério de naufragos, o mar!

Salamina e Lepanto, o caminho das Índias e a descoberta das Américas, Trafalgar nas lutas napoleónicas, as Falckland na última guerra, páginas de vitórias brilhantes e hecatombes horríveis, tendo por campo a água e por cenário o mar!

E então o poema de trabalho, de arrojo, de coragem e heroísmo e o drama intenso, a confrangente tragédia, que todos os dias se desenrolam nessas águas inquietas, onde os humildes, os anónimos, os ignorados — os marinheiros e os pescadores — passam a vida, embalados pela onda, batidos pela tempestade, vencidos pela morte, tragados pelo mar?

O naufrágio do «Sepulveda», a catástrofe do «Titanic», a tragédia misteriosa do lugre «Aveiro», a angústia dos poveiros, a morte dolorosa dos pescadorzinhos do mexoalho, o luto constante das famílias dos marítimos de Ilhavo, o dantesco desastre do «Deister», os desgraçados do «Pensativo», para não mais lembrar, — meu Deus! se não há palavras que descrevam tais lances, nem voz que as conte, para que hei-de eu pretender revivê-las?

A graça da pérola gerada no fundo dos mares na valva das conchas, tem sido assunto muitas vezes tratado em literatura.

A graça das pérolas, tão finas, tão mimosas e tão cobiçadas pelo colo das mulheres, anda ligada à graça da Água que as abriga e esconde.

Os poetas e o povo dizem que os aljofares e as pérolas ou são feitos de lágrimas ou de orvalho, que tudo é — Água!

A água meteórica caindo em chuva, pode produzir alegria pela sua utilidade mas não tem beleza, nem nos causa a impressão delicada e a admiração do orvalho, da neblina, da neve, da água das fontes, dos rios e do mar.

Bastas vezes, pois, a chuva, aliás tão útil e solicitada até em preces à Divindade, nos aborrece e deprime. Mas já a névoa nos longes dá graciosidade e doçura à paisagem, como um véu ténue que tudo anima — o escalvado dos montes, a aspereza dos cerros, a sensaboria dos plainos.

Erguendo-se e juntando-se nas regiões mais altas da atmosfera, o vapor de água forma as núvens, de formas tão várias e tão bizarros aspectos. Tanta graça dão as núvens ao horizonte que a arte da fotografia tem de recorrer ao artifício para compor com falsas núvens a paisagem a que elas faltam.

Mais sugestiva, ainda, é a neve, água meteórica também, congelada e cristalizada em caprichosíssimas formas geométricas, depois reunidas e aglomeradas em pequenas folhas e farrapos que tombam do céu constituindo um espectáculo singular e verdadeiramente encantador.

Para nós, da beira-mar e da planície, a neve é uma coisa quase lendária e misteriosa e como tudo o que é lendário e misterioso, o espectáculo da neve torna-se apetecível como o de uma paisagem afamada, dum fenómeno raro, de um **geyser** ou de um vulcão, duma Gruta Azul ou do Sol da Meia Noite.

Em toda a minha vida, uma só vez em 1918, eu vi a neve cair sobre a terra da Beira Mar, em farrapinhos brancos que uma aragem desfez de pronto, deixando em todos nós uma impressão de espanto e maravilha, como a surpresa de um aerolito, de um eclipse ou de um cometa.

Porque aquilo que aqui chamamos neve, não é mais que uma ligeira geada, simples congelação da humidade atmosférica à superfície das coisas nas noites calmas, sem vento e sem núvens, que impeçam a irradiação.

Nas estações climatéricas e de altitude, a neve é benfazeja e desejada. Sem ela, o frio é insuportável e não haveria **sports** de inverno, nem descidas vertiginosas em **bob**, trenó ou **luge**, nem passeios e saltos em **skis**, nem jogos de hóquei, nem festas de patinagem.

Quando ela cai nos altos, que lindas se tornam as nossas serras, vestidas de branco, toucadas no cimo dos cabeços e alargando pelos ombros das lombadas o seu manto de arminho e o seu véu de gaze, como se fossem noivar ou comungar.

Branca, alvíssima, fofa, leve como penugem, quando cai, parece que nos sacodem das núvens enormes arregaçadas de penas de anjo.

A Água parada, a Água morta, a Água encarcerada, causa-me sempre tristeza e compaixão, ou mágoa ou dor.

É a Água dos charcos e dos canais impuros e imóveis, dos tanques pútridos, dos lagos miasmáticos, onde a prenderam, coitadinha, deixando-a morrer!

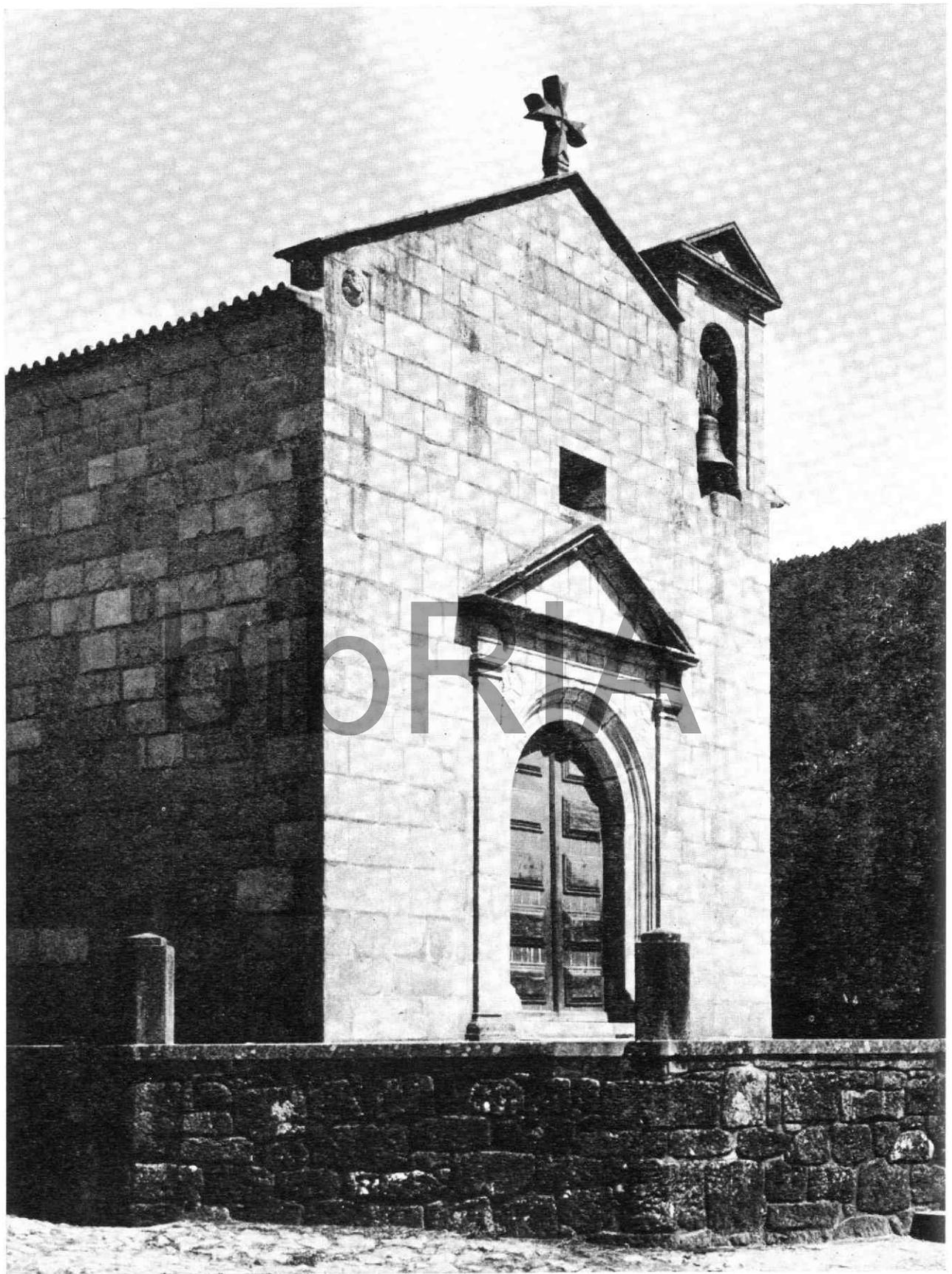
A Água dos canais precisa de movimento, maré ou corrente, agitação da brisa ou impulso do remo, ondulação, barcos, velas para expulsar a tristeza que nos causa sempre ver essa Água, silenciosa, inerte, turva e melancólica, ao contrário da Água que flui e canta ou sussurra ou rugue, seja mar revolto, rio caudaloso, torrente ou regato, jogo de água ou fonte obscura.

Como poderia eu, filho de uma terra, que tanto quero, adora e amo, exactamente por causa da sua ria, do seu mar, da sua água, que me encanta e me seduz, me inebria e me alucina, como poderia eu esquecer a Água e não sentir a sua beleza e não cantar a sua graça e não agradecer os seus dons e não impetrar os seus benefícios e não desejar os seus tesouros e não chamar ao seu culto todo o Povo meu irmão?!

E eis o motivo porque eu quase me ia perdendo na vida e porque, insensivelmente, ia também, sem querer ser poeta, quase que fazendo poesia, — por mero milagre da Água!

Desta Água, fada de tanta magia e deusa de tantos milagres, que nos gerou, nos dessedenta, nos alegra e nos purifica.

Alberto Souto



R Ó S S A S

Igreja matriz, outrora dependente da Ordem de Malta. (Conc. Arouca)

Relatório da Gerência da **JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO** respeitante ao ano de 1966

CONSELHO DO DISTRITO DE AVEIRO

(Quadrinénio de 1964-1967)

PRESIDENTE — Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida

VICE-PRESIDENTE — Dr. Humberto Leitão

PROCURADORES :

- AGUEDA — Dr. Gabriel Rodrigues Abrantes
- ALBERGARIA-A-VELHA — José Correia Martins
- ANADIA — Américo Orlando de Matos
- AROUCA — Eduardo Pinho de Sousa
- AVEIRO — Dr. José Cruz Marques da Graça
- CASTELO DE PAIVA — José Pereira Alves de Moura
- ESPINHO — Manuel Alberto da Veiga Ribeiro
- ESTARREJA — Dr. Eduardo Alberto da Costa
- FEIRA — Dr. Alexandre Manuel Pais Moreira de Figueiredo
- ILHAVO — Manuel Ferreira da Silva
- MEALHADA — Francisco Júlio Teixeira Lopes
- MURTOSA — João Martins Gusmão
- OLIVEIRA DE AZEMÉIS — Amândio Pereira Lucas
- OLIVEIRA DO BAIRRO — Manuel dos Santos Vieira
- OVAR — Manuel da Silva Borges
- S. JOÃO DA MADEIRA — Eng. Marcelino Boaventura da Silva Chaves
- SEVER DO VOUGA — José Pedro dos Santos
- VAGOS — Claudino dos Santos Costa
- VALE DE CAMBRA — Vítor Manuel Guedes de Albergaria Pinheiro

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

(Quadrinénio de 1964-1967)

PRESIDENTE — Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida

VICE-PRESIDENTE — Dr. Humberto Leitão

VOGAIS :

- Dr. Francisco Lourenço da Costa
- Dr. Joaquim de Sousa Rios
- Eng. Alberto Branco Lopes

Ex.^{mas} Procuradores ao Conselho do Distrito:

Mais uma vez me é dado o grato ensejo de contactar com V. Ex.^{as}, a quem dirijo respeitosa saudação, agradecendo a vossa presença nesta sessão de trabalhos.

De entre a competência cometida ao primeiro órgão da administração distrital, destaca-se a que vem consignada no n.º 3.º do art.º 295.º do Código Administrativo, segundo a qual lhe pertence DAR PARECER SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADE DA JUNTA DISTRITAL E DISCUTIR E VOTAR O RELATÓRIO DA GERÊNCIA.

Para cumprimento de tão importante tarefa, são-lhe dedicadas as duas sessões ordinárias: a de Dezembro destina-se ao parecer sobre o Plano de Actividade e Bases do Orçamento; a de Março é consagrada à DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA GERÊNCIA.

Na sessão ordinária de Dezembro, dignaram-se V. Ex.^{as} emitir parecer favorável acerca do documento orientador e disciplinador da acção administrativa. Agora, chamados para conhecerem da correspondência havida entre os projectos de administração e toda a acção realmente desenvolvida e das facilidades e obstáculos encontrados no decorrer da gestão anua que nos compete relatar, procuraremos fazê-lo, envidando os nossos melhores esforços no sentido de sermos claros e concisos, em ordem a possibilitar a V. Ex.^{as} uma

rápida apreciação do que foi a acção desenvolvida pela Junta Distrital no ano findo.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

O quadro seguinte mostra, em síntese, a situação financeira no ano de 1966:

Saldo da gerência de 1965	1 933 453\$70
Receita	4 202 903\$70
				Total	6 136 357\$40
Despesa	3 185 946\$10
SALDO PARA O ANO DE 1967	2 950 411\$30

RECEITA

1. Ordinária

A importância respeitante ao adicional de 2 por cento, que nos termos do art.º 784.º do C. A. é permitido às juntas distritais cobrar, totalizou 2 059 778\$90, ou seja, mais 15 129\$20 que no ano de 1965. Relativamente aos adicionais cobrados nos termos do Decreto-Lei n.º 44 187, de 14 de Fevereiro de 1962, ascenderam a 330 873\$30.

O mapa que segue discrimina a receita arrecadada nos anos de 1965 e 1966, com indicação das correspondentes diferenças:

	1965	1966	Diferenças
— Impostos directos:			
Cont. predial rústica	177 640\$30	188 927\$00	+ 11 286\$70
Cont. predial urbana	297 480\$20	305 522\$60	+ 8 042\$40
Contribuição industrial	1 236 958\$90	1 245 711\$90	+ 8 753\$00
Juros de mora cobrados na Tesouraria	6 686\$10	5 745\$50	— 940\$60
Imposto Profissional — Profissões liberais	4\$20	—	— 4\$20
Imposto sobre capitais	325 880\$00	313 871\$90	— 12 008\$10
	2 044 649\$70	2 059 778\$90	+ 15 129\$20
Adicionais cobrados nos termos do Decreto-Lei n.º 44 187, de 14-2-1962	23 098\$30	330 873\$30	+ 307 775\$00
Rendimento de diversos serviços e de bens próprios	19 897\$60	24 076\$00	+ 4 178\$40
Reembolsos e reposições	39 117\$70	147 483\$60	+ 108 365\$90
Consignação de receitas	40 698\$80	58 899\$10	+ 18 200\$30
Subsídio da D. G. A. — Asilo	19 050\$00	31 750\$00	+ 12 700\$00
Idem — Casas da Criança	50 000\$00	44 850\$00	— 5 150\$00
	2 236 512\$10	2 697 710\$90	+ 461 198\$80

2. Extraordinária

	1965	1966	Diferenças
Subsídios das Câmara Municipais para as obras assistenciais:			
— Albergaria-a-Velha	2 000\$00	2 000\$00	—
— Vila da Feira	2 000\$00	2 000\$00	—
— Águeda	3 000\$00	3 000\$00	—
— Mealhada	—	1 500\$00	+ 1 500\$00
Subsídios do I. A. M. para o Internato pelo internamento de menores	7 200\$00	7 400\$00	+ 200\$00
Produto da venda de artigos e objectos dispensáveis aos serviços	—	2 189\$60	+ 2 189\$60
Donativos de particulares para os estabelecimentos assistenciais	1 334\$00	1 983\$70	+ 649\$70
Abono de Família dos internados nos estabelecimentos assistenciais	1 980\$00	2 272\$00	+ 292\$00
Alienação de terrenos	—	1 322 250\$00	+ 1 322 250\$00
Subsídio destinado aos estudos de um internado que frequenta o Instituto Industrial do Porto	—	15 000\$00	+ 15 000\$00
Comparticipação pelo Fundo do Desemprego para a obra de construção do edifício-sede da Junta	—	120 242\$00	+ 120 242\$00
Participação da banda de música do Internato em festas e solenidades	—	22 150\$00	+ 22 150\$00
Fornecimento de cadernos de encargos e desenhos	—	1 043\$00	+ 1 043\$00
Importâncias apuradas na barraca do Internato nas «Verbenas de Aveiro»	—	2 162\$50	+ 2 162\$50
	17 514\$00	1 505 192\$80	+ 1 487 678\$80

A receita extraordinária totalizou a importância de 1 505 192\$80, destacando-se a de 1 322 250\$00, respeitante à alienação de dois lotes de terreno vendidos em hasta pública

DESPESA

No mapa seguinte dá-se nota da despesa ordinária, por capítulos, respeitante aos anos de 1965 e 1966, com indicação das respectivas diferenças:

	1965	1966	Diferenças
Presidência	17 809\$20	12 245\$30	— 5 563\$90
Secretaria	657 010\$00	943 699\$00	+ 286 689\$00
Tesouraria	7 200\$00	7 265\$00	+ 65\$00
Serviços de Assistência	889 488\$50	1 232 957\$10	+ 343 468\$60
Serviços Técnicos de Fomento	392 804\$20	544 385\$20	+ 151 581\$00
Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas	37 673\$60	58 899\$10	+ 21 225\$50
	2 001 985\$50	2 799 450\$70	+ 797 465\$20

Despesa extraordinária

A despesa extraordinária totalizou 386 495\$40 e diz respeito à adaptação de um edifício a sede dos Serviços da Junta Distrital.

PRESIDENCIA

Determina o art.º 324.º do Código Administrativo que os vogais que residam fora da capital do distrito têm direito ao abono das despesas de deslocação nos dias de reunião da Junta, por conta do orçamento distrital.

A despesa verificada resulta do pagamento das respectivas deslocações e, também, de ajudas de custo e transportes dos Membros da Junta Distrital, em serviço do respectivo Corpo Administrativo.

REUNIÕES — DELIBERAÇÕES

Também este ano, a Junta Distrital realizou as suas reuniões nos dias marcados, reunindo extraordinariamente sempre que foi julgado necessário. Totalizaram as reuniões ordinárias e extraordinárias cerca de 67 horas de trabalho.

A nenhum membro desta Junta Distrital, tal como aconteceu no ano findo, foi concedida licença, o que traduz claramente a dedicação posta no desempenho das respectivas funções.

De entre as deliberações tomadas no ano de 1966, que relatamos, destacaremos as seguintes:

— Concessão de um subsídio de 20 000\$00 à Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galifos, destinado aos encargos resultantes da organização do I Congresso Nacional de Filatelia.

— Alienação, em hasta pública, de dois lotes de terreno, anexos ao Internato Distrital de Aveiro, que foram vendidos ao preço, por metro quadrado, de 1 910\$00 e 2 020\$00, respectivamente, pela importância total de 1 322 250\$00.

— Construção do edifício-sede — Adjudicação da respectiva empreitada à Empresa de Construções Ciferro, Limitada, de Coimbra, pela importância de 1 171 978\$00.

— Idem, idem, alterações — Mereceram concordância as alterações introduzidas no respectivo projecto pelo Sr. Arquitecto dos Serviços Técnicos de Fomento, com vista a um melhor aproveitamento do espaço, em benefício dos Serviços, destacando-se a ampliação do Salão Nobre.

Parque de Máquinas — Fornecimento de uma britadeira:

Foi adquirida uma britadeira para o parque de máquinas.

Alteração das atribuições das Juntas Distritais:

Foi deliberado concordar com a alteração preconizada pela Junta Distrital de Santarém.

Acampamento Distrital da Mocidade Portuguesa:

Foi deliberado autorizar a cedência da Quinta do Forte para a realização do Acampamento da Mocidade Portuguesa.

Festival de Verão de Estarreja:

Concessão de um subsídio de 12 000\$00.

Criação de lugares:

Foi deliberado criar os lugares de director e de subdirector do Internato Distrital de Aveiro, com os ordenados de 3 500\$00 e 2 000\$00, respectivamente.

Construção do novo Internato Distrital de Aveiro:

A Junta deslocou-se a Lisboa, a fim de solicitar a SS. Ex.ª os Senhores Ministros das Obras Públicas e da Saúde e Assistência a aprovação do ante-projecto e a concessão da imprescindível participação.

Nova sede — Fornecimento de mobiliário:

Com precedência de concurso, foi deliberado adjudicar à firma F. Casimiro da Silva & Filhos, desta cidade, o fornecimento de mobiliário para a nova sede, pela importância de 295 000\$00 e, também, à firma Tonelux, desta cidade, o fornecimento de mobiliário metálico pela importância de 99 440\$00.

Pavilhão na Exposição das Actividades do Distrito através dos Municípios:

Foi deliberado instalar um pavilhão representativo da Junta Distrital.

Subsídio eventual do custo de vida:

Foi concedido o subsídio eventual do custo de vida a todos os servidores desta Junta Distrital.

Construção do novo Internato Distrital de Aveiro:

De acordo com o programa estabelecido pelo Instituto de Assistência aos Menores, foi deliberado encarregar o Sr. Arquitecto dos Serviços Técnicos de Fomento de proceder à elaboração do respectivo projecto.

Acordo de cooperação entre o Instituto de Assistência aos Menores e a Junta Distrital:

Foi deliberado aceitar as condições propostas pelo Instituto de Assistência aos Menores para a admissão de menores no Internato Distrital de Aveiro.

Internato Distrital de Aveiro:

Por sugestão do Instituto de Assistência aos Menores foi deliberado substituir a designação de Asilo-Escola Distrital de Aveiro pela de Internato Distrital de Aveiro.

Director do Internato Distrital de Aveiro:

Foi deliberado nomear, com precedência de concurso, o Professor Sr. António Caetano Moutinho, para o cargo de director.

Construção do novo Internato Distrital de Aveiro:

Apresentado o ante-projecto elaborado pela Sr. Arquitecto dos Serviços Técnicos de Fomento, foi deliberado encarregar aquele funcionário de se avistar com o Sr. Director do Instituto de Assistência aos Menores, a fim de lhe dar conhecimento da orientação seguida na respectiva elaboração, de conformidade com as sugestões por aquele apresentadas, em ordem a ganhar-se tempo, possibilitando-se, assim, a feitura definitiva e imediata do correspondente ante-projecto.

ARQUIVO DISTRITAL

Continua esta Junta Distrital muito empenhada na instalação do Arquivo do Distrito de Aveiro, em estreita colaboração com a Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos.

Para tanto, julga-se que no decurso do corrente ano serão instalados os respectivos serviços em edificio a alugar para o efeito.

SECRETARIA

O acentuado aumento de serviço verificado neste importante departamento da Junta Distrital voltou a ser notório, o que motivará, num futuro próximo,— depois da instalação dos Serviços na nova sede,— a revisão do actual quadro que, embora comportando todos os lugares previstos no respectivo quadro-tipo, é manifestamente exíguo.

O quadro seguinte, inserindo alguns números pertinentes do serviço nos anos de 1960-1965 e 1966 dará uma ideia do que antes referimos.

	1960	1965	1966
N.º de officios recebidos	953	1432	1801
N.º de officios expedidos	846	1676	2537
Autorizações de pagamento	428	1799	2074
Recibos provisórios	—	500	593
Contas de Gerência julgadas	17	19	19
N.º de folhas escritas nos Livros de Actas	62	126	130

O mapa que segue regista a despesa feita pelo capítulo da Secretaria, nos anos de 1965 e 1966.

	1965	1966	Diferenças
Pessoal maior vitalício	119 356\$00	127 076\$00	+ 7 720\$00
Pessoal menor contratado	17 912\$00	19 320\$00	+ 1 408\$00
Pessoal menor assalariado a título eventual	—	13 750\$00	+ 13 750\$00
Abono de Família	4 800\$00	4 800\$00	—
Ajudas de custo	252\$00	357\$40	+ 105\$40
Aquisição de fardamentos	—	755\$00	+ 755\$00
Aquisição de mobiliário, adornos, máquinas, aparelhos e utensílios	499\$50	155.464\$70	+ 114 965\$20
Assinatura do Diário do Governo	360\$00	360\$00	—
Aquisição de legislação, livros e outras publicações	12 105\$50	8 766\$00	— 3 339\$50
Consevação e reparação do mobiliário, máquinas, aparelhos e utensílios	86\$30	1 055\$00	+ 968\$70
Encadernações	195\$00	305\$00	+ 110\$00
Impressos e outro material de expediente	13 388\$40	23 779\$90	+ 10 391\$50
Luz, aquecimento, água e limpeza	5 529\$30	5 968\$80	+ 439\$50
Seguro de móveis e imóveis	288\$30	288\$30	—
Imposto do selo nos actos notariaes	5 925\$20	—	— 5 925\$20
Foros, censos e pensões	15\$00	15\$00	—
Emolumentos ao Tribunal de Contas	2 567\$00	1 408\$00	— 1 159\$00
Publicação de anúncios no Diário do Governo e noutros periódicos	2 825\$00	5 649\$50	+ 2 824\$50
Abono para transportes	2 104\$80	3 172\$00	+ 1 067\$20
Telefones	15 528\$40	16 600\$60	+ 1 072\$20
Percentagem pela cobrança dos adicionais às contribuições e imposto do Estado	82 193\$00	82 397\$00	+ 204\$00
Fundo de Cadastro	8 887\$00	9 450\$00	+ 563\$00
Anulações efectuadas nos adicionais às contribuições e impostos do Estado	67 332\$30	51 654\$20	— 15 678\$10
A transportar	362 150\$00	492 392\$40	+ 130 234\$40

	1966	1965	Diferenças
Transporte	362 150\$00	492 392\$40	+ 130 234\$40
Emolumentos devidos pelo registo de escrituras	4\$00	—	— 4\$00
Subsídios a Associações e Institutos Culturais do Distrito	125 800\$00	179 025\$70	+ 53 225\$70
Despesas com a organização de paradas ou exposições de produtos agrícolas ou industriais da região	—	800\$00	+ 800\$00
Encargos respeitantes à instituição de prémios destinados a estimular a agricultura, a pecuária e as indústrias da região	41 000\$00	46 000\$00	+ 5 000\$00
Encargos com a conservação e divulgação dos trajes e costumes regionais	—	16 000\$00	+ 16 000\$00
Aquisição de obras de arte e objectos artísticos e etnográficos	1 270\$00	—	— 1 270\$00
Aquisição de trajes regionais	3 400\$00	—	— 3 400\$00
Renda do andar onde se encontram instalados os Serviços	21 600\$00	21 600\$00	—
Comparticipação da Junta na Obra de Associação de Cultura e Assistência dos Serventuários Administrativos do Distrito de Aveiro	61 000\$00	111 439\$70	+ 50 439\$70
Remuneração ao pessoal menor por horas extraordinárias de serviço	786\$00	687\$90	— 98\$10
Despesas resultantes de publicações acerca do Distrito de Aveiro	40 000\$00	—	— 40 000\$00
Encargos com exposições e pavilhões	—	50 328\$00	+ 50 328\$00
Encargos resultantes da publicação da Revista «Aveiro e o seu Distrito»	—	25 425\$30	+ 25 425\$30
	657 010\$00	943 699\$00	+ 286 689\$00

ATRIBUIÇÕES DE FOMENTO

A — Serviços Técnicos de Fomento

Também nos respectivos serviços se nota um considerável acréscimo de trabalho, o que traduz o interesse das Câmaras Municipais na elaboração de estudos e projectos.

As Câmaras Municipais de Sever do Vouga e Vagos veio juntar-se-lhes a de Albergaria-a-Velha, que passou, também, a beneficiar da assistência técnica.

No ano findo, foram elaborados os seguintes projectos:

- C. M. de Oliveira de Azeméis à Estação do C. F. de UI;
- E. M. 615 — Troço entre a E. M. 615-1 e Silvã;
- Remodelação dos Paços do Concelho de Sever do Vouga;
- Revisão do projecto da Piscina Desportiva de Vagos;
- Novo cemitério de Travanca;
- Planta parcelar dos prédios a expropriar para construção de um novo arruamento em Rocas do Vouga;
- Acesso rodoviário ao Externato de S. Vicente;
- Antepiano de Urbanização de Banhos;
- Projecto de uma capela para o Cemitério de Albergaria-a-Velha;

- Levantamento para a ampliação do cemitério municipal da Murtosa;
- Arranjo do jardim em frente aos Paços do Concelho de Castelo de Paiva;
- Substituição da tubagem da conduta aduptora da rede de abastecimento domiciliário de Vagos;
- Levantamento da planta parcelar para um novo arruamento em Sever do Vouga;
- Projecto da Avenida Salazar e Avenida de acesso às escolas de Arouca;
- Projecto do jardim contíguo aos Paços do Concelho de Sever do Vouga;
- Projecto da E. M. 605 — Anadia;
- Anteprojecto do mercado para Castelo de Paiva;
- Projecto de novas instalações para os Serviços Municipalizados da Murtosa;
- Revisão do projecto da Sede da Junta Distrital de Aveiro;
- Projecto do stand da Junta Distrital de Aveiro na «Exposição das Actividades do Distrito através dos Municípios»;
- Levantamento nas Quintas — Torreira;
- Levantamento da duna do sul da Vagueira até ao limite do Concelho de Vagos;
- Levantamento do terreno para o mercado de Sever do Vouga;
- Estudo prévio do novo Internato Distrital de Aveiro;

- Projecto do stand da Câmara Municipal de Arouca para a «Exposição das Actividades do Distrito através dos Municípios»;
- Projecto do C. M. de Banhos a Levira;
- Gráficos para o stand da Câmara Municipal de Anadia na «Exposição das Actividades do Distrito através dos Municípios»;
- Projecto da E. M. 580-1.

Por entendermos que cada vez tem maior oportunidade, transcrevemos novamente o officio da Ex.^{ma} Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do Mi-

Na secção de desenho foram desenhadas cerca de 197 peças de carácter definitivo, correspondentes aos projectos elaborados e na máquina heliográfica tiraram-se cerca de 1 400 cópias.

O ante-projecto do Internato Distrital de Aveiro ocupou grande parte da actividade do Sr. Architecto dos Serviços Técnicos de Fomento.

PRÉMIOS DESTINADOS A ESTIMULAR A PECUÁRIA

De acordo com a competência conferida pelo n.º 5.º do art.º 312.º do Código Administrativo, foram concedidos os seguintes subsídios para concursos pecuários:

	1965	1966	Diferenças
Grémio da Lavoura de Arouca	4 000\$00	4 000\$00	—
Idem de Castelo de Paiva	4 000\$00	4 000\$00	—
Idem de Estarreja	5 000\$00	5 000\$00	—
Idem, Feira e S. João da Madeira	5 000\$00	5 000\$00	—
Idem, Oliveira de Azeméis	5 000\$00	6 000\$00	+ 1 000\$00
Idem de Ovar	4 000\$00	4 000\$00	—
Idem de Sever do Vouga	4 000\$00	4 000\$00	—
Idem de Vale de Cambra	—	4 000\$00	+ 4 000\$00
Idem de Bunheiro — Murfosa	4 000\$00	4 000\$00	—
Idem de Vagos	4 000\$00	4 000\$00	—
	39 000\$00	44 000\$00	+ 5 000\$00

nistério do Interior, inserto a pág. 365 do «Anuário» respeitante ao ano de 1963:

«Como é do conhecimento de V. Ex.^a, julga esta Direcção-Geral que uma das mais meritórias actividades das juntas distritais consistirá em assegurar a prestação de assistência técnica aos municípios cujos recursos não sejam bastantes para a manutenção de serviços privativos com a necessária eficiência.

Entre as juntas distritais que assim o entenderem também, correspondendo à ideia do legislador, figura a desse distrito, que criou os referidos serviços, dotando-os do pessoal indispensável ao desempenho das respectivas funções.

Impõe-se, no entanto, para se atingir o objectivo visado, que as câmaras municipais utilizem os serviços distritais, deixando de recorrer a técnicos particulares, sempre que os mesmos serviços se mostrem aptos à elaboração de projectos de obras e melhoramentos em condições economicamente mais favoráveis.

Eis o que solicito a V. Ex.^a se digne recomendar às câmaras municipais.»

Também para concursos destinados a estimular a criação da Lavoura de Arouca, único pedido formulado agricultura, foi atribuído o subsídio de 2 000\$00 ao Grémio deste Corpo Administrativo.

PARQUE DE MÁQUINAS

A fim de dar satisfação ao que o n.º 3.º do art.º 312.º do Código Administrativo estabelece—Sobre a organização de parques de máquinas e outro equipamento para obras, que possam ser utilizados, nas condições constantes dos respectivos regulamentos, pelos municípios do distrito—, procedeu-se a inquérito junto das Câmaras Municipais, em ordem a conhecerem-se as máquinas que mais interessariam aos corpos administrativos do concelho.

Por força do mesmo inquérito, verificou-se que a aquisição de uma britadeira era pedida por várias Câmaras Municipais. Adquirida esta pela importância de 118 000\$00, pode já afirmar-se que o interesse dispensado não justifica, pelo menos para já, a compra da mesma máquina, o que nos leva a encarar com sérias reservas a aquisição de outras máquinas.

REVISTA «AVEIRO E O SEU DISTRITO»

No ano que estamos a relatar, iniciou-se a publicação da nossa Revista, cujos dois primeiros Números foram atribuídos nas datas previstas.

Na «Nota de Abertura», tivemos o ensejo de afirmar:

«Aveiro e o seu distrito constituem, no todo nacional, uma zona privilegiada, quer pelas qualidades da sua gente, quer pela sua paisagem, quer pela riqueza da sua economia.

As estatísticas do que já temos colocam o distrito de Aveiro entre os que mais contam para o desenvolvimento do País.

Mas o que mais surpreende, o que mais entusiasmo, o que mais estudo merece são as possibilidades ainda inexploradas que o nosso Distrito apresenta.

Pela primeira vez, a «Lei de Meios» acaba de reconhecer, oficialmente, a necessidade do planeamento regional, prevendo verbas para os primeiros passos da sua realização. É certo que o fim principal em vista é a promoção das regiões menos desenvolvidas, para atenuar os graves desequilíbrios territoriais da nossa vida económico-social.

Se tal objectivo é justo e se impõe, não faltam, contudo, outros imperativos que exigem, também, o planeamento de regiões mais desenvolvidas, como o distrito de Aveiro.

O País tem necessidade de atingir, quanto antes, a média do nível de vida do continente europeu. Para tal, urge dar prioridade aos investimentos de maior e mais rápida rentabilidade. Ora o distrito de Aveiro tem todas as condições para multiplicar, com rapidez, os investimentos que nele se venham a fazer com são critério, podendo contribuir, substancialmente, para o aumento acelerado do rendimento nacional.

Nesta simples nota de abertura, queremos dar dois exemplos.

Na costa continental europeia a nossa ria é

a única região que o país tem com condições naturais para nela fazer um grande porto que possa servir o centro e o norte, juntamente com Leixões, que é de aproveitamento muito dispendioso, de capacidade muito limitada e de funcionamento deficientíssimo em boa parte do ano. Como segundo exemplo, transcrevemos a seguinte frase dum artigo de Daniel Constant que publicamos neste número: «o turismo «em grande», o turismo «potência», capaz de fazer de Aveiro e seu termo o mais espectacular e a mais prestigiosa zona turística de toda a Península».

Este e outros problemas de interesse para Aveiro e para o País nunca serão excessivamente debatidos, o que justifica o aparecimento desta Revista.

Já tínhamos o «Arquivo do Distrito de Aveiro», publicação altamente meritória mas de olhos postos, como exige o título, sobretudo no passado. Tão importante reputamos este aspecto histórico que lhe dedicamos algumas das nossas páginas. Nós queríamos que a nossa Revista, acarinhando o passado, se voltasse mais para o futuro.

Pensa a Junta Distrital de Aveiro que algo fez de positivo, pondo à disposição dos estudiosos uma Revista onde poderão expor as suas ideias referentes a Aveiro e ao seu Distrito.

O interesse que virá a ter depende da boa vontade de todos os que se preocupam com os problemas de ordem geral, no nosso distrito.

O primeiro número aqui está. Com tantas deficiências não nos satisfaz, mas é um pouco do muito que desejamos fazer.»

É grande o nosso júbilo ao verificarmos que os estudiosos do Distrito excederam todas as previsões colaborando da forma mais brilhante na nossa Revista. Para todos, vai o maior reconhecimento da Junta Distrital.

As Associações e Institutos Culturais do Distrito não foram esquecidos e, de acordo com as possibilidades deste Corpo Administrativo, foram concedidos os seguintes subsídios:

	1965	1966	Diferenças
Comissão das Verbenas de Aveiro	—	4 000\$00	+ 4 000\$00
Conservatório Regional de Aveiro	60 000\$00	60 000\$00	—
Academia de Música de Santa Maria, de Vila da Feira ...	20 000\$00	25 000\$00	+ 5 000\$00
Academia de Música de Espinho	20 000\$00	30 000\$00	+ 10 000\$00
Museu de Ovar	5 000\$00	10 000\$00	+ 5 000\$00
Clube dos Galitos	—	20 000\$00	+ 20 000\$00
Casa do Povo de Castelo de Paiva	1 000\$00	—	— 1 000\$00
Arquivo do Distrito de Aveiro	10 000\$00	10 000\$00	—
Banda de Música de Anadia	—	1 000\$00	+ 1 000\$00
Círculo de Teatro de Aveiro	8 800\$00	10 400\$00	+ 1 600\$00
Rancho Vindimadeiras da Bairrada	1 000\$00	—	— 1 000\$00
Banda de Música dos Bombeiros Voluntários de Espinho	—	1 000\$00	+ 1 000\$00
Banda Bingre Canelense	—	1 000\$00	+ 1 000\$00
Rancho Folclórico de Castelo de Paiva	—	1 000\$00	+ 1 000\$00
Comissão do 1.º Festival de Verão de Estarreja	—	21 625\$70	+ 21 625\$70
	125 800\$00	195 025\$70	+ 69 225\$70

ATRIBUIÇÕES DE GERÊNCIA

Continuou a acusar acentuada subida a despesa respeitante à administração dos estabelecimentos a cargo deste Corpo Administrativo. Efectivamente, a referida despesa atingiu 1 232 957\$10, ou seja mais 343 468\$60 do que em 1965, o que traduz o interesse que tão importante problema continuou a merecer.

O mapa que segue insere a despesa resultante da administração dos estabelecimentos de assistência, de entre os quais destacamos o Internato Distrital de Aveiro.

Esta meritória obra alberga presentemente 157 rapazes de todos os concelhos do Distrito.

Desde que esta Junta Distrital passe a receber, mensalmente, a importância correspondente ao acordo celebrado, afigura-se-nos que poderemos continuar a dedicar especial atenção ao problema do internamento de rapazes do nosso Distrito. É que, sob pena de outros cometimentos de real interesse não serem concretizados, não poderá esta Junta Distrital, unicamente por força das suas receitas, despende, como tem acontecido, tão avultadas importâncias no Internato Distrital.

Contamos, pois, que o acordo de cooperação nos ajude a resolver todos os problemas derivados da administração do Internato Distrital de Aveiro.

1966	Internato	CASAS DA CRIANÇA			SOMA
		Águeda	Albergaria	Mealhada	
1. Pessoal	235 184\$60	33 633\$00	34 066\$00	42 564\$00	345 447\$60
2. Mobiliário, adornos, máquinas, aparelhos e utensílios	28 732\$90	7 926\$00	5 033\$70	3 958\$60	45 651\$20
3. Conservação e reparação das instalações	39 131\$20	14 571\$20	7 940\$50	850\$60	62 493\$50
4. Material didáctico	22 152\$40	—	—	—	22 152\$40
5. Luz, aquecimento, água e limpeza	21 749\$50	3 300\$00	5 271\$20	4 128\$40	34 449\$10
6. Géneros alimentícios	295 137\$30	21 540\$80	26 691\$10	36 990\$50	380 359\$70
7. Combustíveis	32 004\$20	2 961\$70	2 030\$30	2 429\$20	39 425\$40
8. Medicamentos	4 895\$50	108\$00	429\$30	2 058\$00	7 490\$80
9. Telefones	5 531\$70	1 454\$00	3 124\$20	1 461\$70	11 571\$60
10. Artigos de vestuário e calçado	123 136\$90	5 750\$90	7 041\$70	7 936\$10	143 865\$60
11. Outros encargos	116 527\$90	6 874\$20	9 301\$90	7 346\$20	140 050\$20
	924 184\$10	98 119\$80	100 929\$90	109 723\$30	1 232 957\$10

INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO — ACORDO DE COOPERAÇÃO ESTABELECIDO COM O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES

A despesa resultante da administração do Internato Distrital de Aveiro atingiu, no ano de 1966, 924 184\$10.

O Instituto de Assistência aos Menores entregou-nos, para a mesma obra assistencial, a importância de 39 150\$00, despendendo, assim, este Corpo Administrativo, por força das suas receitas, a quantia de 885 034\$10.

Recentemente foi celebrado com aquele Instituto um acordo de cooperação, segundo o qual serão concedidos os seguintes subsídios:

- 170\$00 por cada menor, cuja admissão seja efectuada pelo Instituto de Assistência aos Menores;
- 120\$00 por cada menor admitido por esta Junta Distrital, até ao limite de 100, cujo internamento seja confirmado pelo Instituto de Assistência aos Menores;
- 50\$00 por cada educando que frequente o ensino técnico industrial e comercial.

DESPESA EXTRAORDINÁRIA

As alterações introduzidas no respectivo projecto, motivaram que a obra de construção do edifício sede dos Serviços desta Junta Distrital sofresse acentuado atraso. Julga-se, porém, que das mesmas alterações resultarão grandes benefícios para os respectivos Serviços.

Conta-se que a respectiva inauguração terá lugar no corrente ano, o último do nosso mandato

CONSTRUÇÃO DO NOVO INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO

No Relatório da Gerência respeitante ao ano de 1965, aludi ao facto de o respectivo ante-projecto estar já concluído, aguardando-se a aprovação Superior, a fim de, seguidamente, ter início a respectiva obra.

Na sessão de Dezembro do ano findo, dei conhecimento a V. Ex.ª de que, por sugestão do Instituto de Assistência aos Menores, foi o aludido ante-projecto totalmente revisto. Quando o novo ante-projecto se encontrava quase concluído, novas sugestões foram

preconizadas, desconhecendo-se a data em que o mesmo será aprovado...

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

Como aconteceu no ano de 1965, continuou este Corpo Administrativo a subsidiar o Cofre de Previdência dos Serventuários da Junta Distrital de Aveiro, cujo auxílio aos respectivos sócios deve ser realçado.

Independentemente das vantagens que os respectivos associados vêm auferindo, também os Serviços desta Junta Distrital foram beneficiados, na medida em que, no ano findo, não se verificou uma única vaga em qualquer dos lugares dos quadros do respectivo pessoal.

Aveiro, 27 de Fevereiro de 1967.			
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

bibRIA

Sumário

	Página
★ Página Heráldica — Anadia	3
★ Sal de Aveiro — Epopeia dos Marnotos	5
Pelo Dr. Victor Manuel Machado Gomes	
★ A Colónia de Garças de S. Jacinto — Aveiro	9
Por J. R. dos Santos Júnior e Osvaldo A. da S. Freire	
★ Subsídios para a História da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação — Aveiro	18
Por Francisco Ferreira Neves	
★ Ecos de uma Exposição de Arte Vareira	23
Por José Augusto de Almeida	
★ As «Janeiras», as «Pastoras» e os «Reis»	29
Pelo Dr. António Tavares Simões Capão	
★ Um Escultor Aveirense — Romão Júnior	45
★ A Propósito de um Museu de Etnografia	47
Por Humberto Leitão	
★ Quatro Séculos de História — Vila da Feira — A Praça Velha	55
Por Roberto Vaz de Oliveira	
★ Antologia Aveirense	73
★ Vária	81